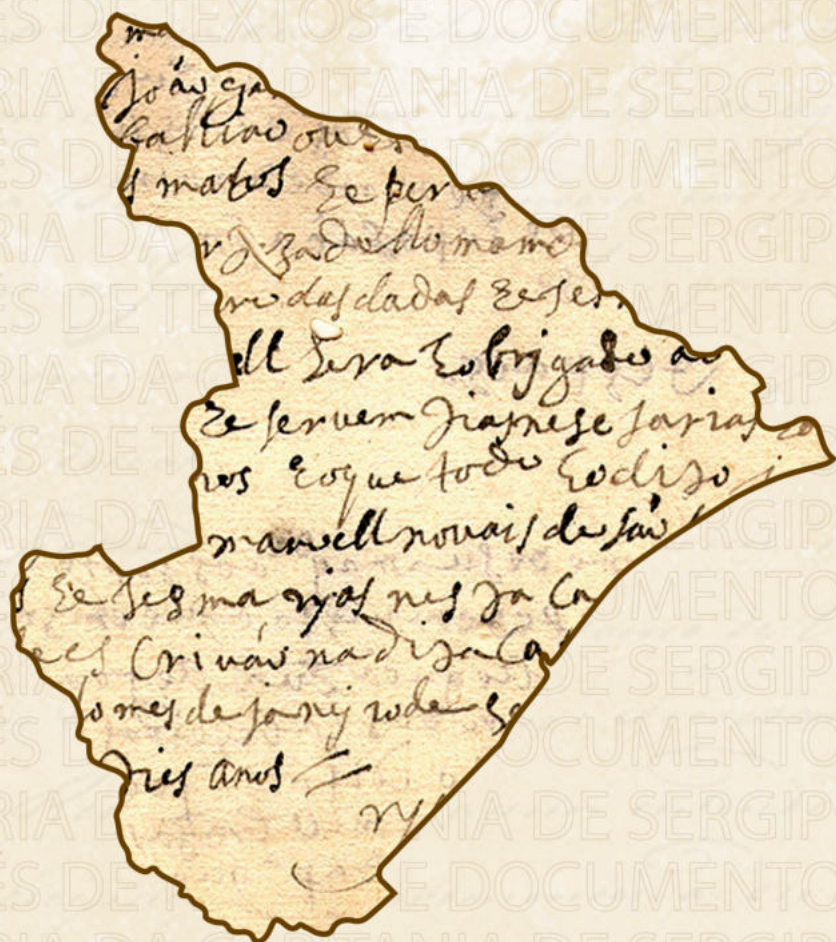


Coleção Paradidáticos sergipanos



História da Capitania de Sergipe através de Textos e Documentos

Wanderlei de Oliveira Menezes

História da Capitania de Sergipe através de Textos e Documentos

Wanderlei de Oliveira Menezes



Editora
SEDUC

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

Aracaju/SE
2021

GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
Belivaldo Chagas Silva

Coordenador do Programa Editorial da SEDUC
Sidiney Menezes Gerônimo

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE
Eliane Aquino Custódio

Assessor Administrativo do Programa Editorial da SEDUC: Jonas José de Matos Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Membros do Conselho Editorial:
Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO
José Ricardo de Santana

SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE
Mariana Dantas Mendonça Gois

História da Capitania de Sergipe através de Textos e Documentos - Wanderlei de Oliveira Menezes

Capa: Eronides Pereira de Oliveira Neto

Diagramação: Eronides Pereira de Oliveira Neto

Revisão Ortográfica: Wanderlei de Oliveira Menezes

Editora SEDUC – 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Menezes, Wanderlei de Oliveira

M543h História da Capitania de Sergipe através de textos e documentos [recurso digital] / Wanderlei de Oliveira Menezes. – SEDUC, 2021.

138 f. – (Coleção Paradidáticos Sergipanos).

ISBN 978-65-5371-028-3

1. História de Sergipe - Período Colonial. 2. Livro Paradidático. I. Menezes, Wanderlei de Oliveira. II. Título.

CDU: 94(813.7)(075)

Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

O Programa Editorial da SEDUC

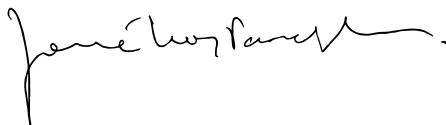
O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

A magia de escrever e desenhar é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e das Secretarias Municipais de Educação - SEMEDs.

Histórias de Sergipe é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



Josué Modesto dos Passos Subrinho

Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

O trabalho com documentos históricos é um recurso didático que favorece o acesso dos alunos a inúmeras informações, interrogações, confrontações e construção de relações históricas. Contudo, cabe ao professor saber dispor desse recurso no momento apropriado, ganhar experiência em conduzir os questionamentos, em solicitar contraposições, em destacar as contradições entre os dados internos às fontes ou obtidos em fontes diferentes. O mais importante, vale lembrar, é sempre avaliar as situações significativas de sala de aula, em que os estudantes se envolveram, comparam seus conhecimentos prévios com as novas informações, conseguiram interpretar e abstrair questões pertinentes ao saber histórico.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra aos professores da rede pública estadual de Sergipe que fomentaram em mim o amor ao conhecimento histórico.

Toda minha educação básica foi em escolas públicas estaduais da minha terra natal – a cidade de Itabaiana. Há trinta anos atrás eu iniciava minha trajetória estudantil no Grupo Escolar “Djalma Lobo” (primeira série e segunda). Fui aluno do Colégio Estadual “Dr. Augusto César Leite” (da terceira série à oitava) e, brevemente, no Colégio Estadual “Nestor Carvalho” (quinta série). Há dezenove anos, concluí o ensino médio no Colégio Estadual “Murilo Braga”.

Destacarei, sequencialmente, todos os professores que direta ou indiretamente lecionaram História para mim da primeira série do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. No ensino fundamental menor: Helena, Manuel, Inês, Rita de Cássia e Joana. No ensino fundamental maior: Isabel, José Wilson Moura, Maria da Purificação Aragão e Alessandro. No ensino médio: Maria Célis Rezende e José Aroldo.

Obrigado, queridos mestres. Esta singela homenagem é muito pouco diante do universo que vocês abriram na vida de um estudante que conheceu toda sorte de dificuldades financeiras e sociais e fez da educação o seu degrau de ascensão e espaço de lutas por uma sociedade mais justa, fraterna e humana.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece à editora SEDUC e ao corpo de servidores que a compõe pela oportunidade de publicar a presente obra, por meio do edital de publicação de obras literárias (2021).

Estendemos nossos agradecimentos também ao parecerista anônimo pelas competentes sugestões, críticas e correções que certamente melhoraram esta obra. Ao competente diagramador Eron Neto pelo bom trabalho realizado. Não poderia esquecer as correções e sugestões do querido amigo de longa data Cezar Neri.

Elevamos nossa gratidão a todos os autores que tiveram excertos de suas obras aqui citados, muitos dos quais contemporâneos dos tempos coloniais. A estes fazemos uma homenagem in memoriam. Já aos que se acham presentes entre nós, agradeço fraternamente a colaboração. Obrigada por serem, de certa forma, coautores desta obra.

SUMÁRIO

Apresentação	12
I. O território de Sergipe antes da Conquista	17
1. Os primeiros sergipanos	20
2. A lenta penetração portuguesa em Sergipe	22
3. Os primeiros aldeamentos jesuítas em Sergipe	23
4. A catequese jesuítica, a origem dos índios e o dilúvio	29
5. As alegrias do padre Gaspar Lourenço	31
6. Os batismos dos gentios	34
7. As dificuldades dos missionários	35
8. Gaspar Lourenço na aldeia do cacique Surubi	39
II. A Conquista de Sergipe d'El Rei (1589-1590)	42
9. O fracasso da missão jesuíta (1576)	45
10. Os caciques sergipanos em guerra	46
11. Os embates entre nativos e colonizadores	47
12. Os interesses em jogo na conquista de Sergipe	49
13. A guerra de conquista de Sergipe	51
14. A resistência indígena e a conquista de Sergipe	54
15. Uma pequena biografia do conquistador de Sergipe	56

III. A colonização e buscas pelas minas de prata (século XVII) 59

16. Fundação e conquista de Sergipe	62
17. A capitania de Sergipe logo após a conquista	64
18. Sergipe d'El Rei e a colonização da América portuguesa	64
19. Sergipe d'El Rei em 1612	67
20. As grandezas de Sergipe d'El Rei no começo do século XVII	68
21. Sofrimentos e retribuições a um colono	69
22. Carta de sesmaria de Tomé Fernandes (1594)	70
23. Sesmarias dos padres da Companhia de Jesus (1601)	71
24. Carta de sesmaria de Pedro Homem da Costa (1623)	72
25. A esperança das minas de pratas (1618)	73
26. A expedição das minas de prata de Itabaiana (1619)	75
27. A lenda das minas de prata em verso	79

IV. Dominação Holandesa (1637-1645) 81

28. A conquista militar da capitania de Sergipe (1637)	84
29. Conquista de Sergipe pelo frei Calado	85
30. Currais de Sergipe durante a ocupação holandesa (1639)	87
31. A importância de Sergipe para os holandeses	89
32. O aproveitamento de Sergipe pelos holandeses	90
33. Sergipe: pequeno, mas com gados e prováveis minas (1633)	92
34. As condições da paz com Holanda (1648)	93
35. Que se dê Sergipe aos holandeses!	95

V. Governo, administração e poder político (1645-1763)	97
36. Revolta de Pestana de Brito	100
37. As novas preocupações de Sergipe (século XVII)	102
38. A Revolta do Sal e da Vila Nova (1709-1711)	103
39. Índios contra latifundiário (1718)	106
40. Conflitos entre capitães-mores e ouvidores-gerais	107
41. A Capitania de Sergipe em 1730	108
42. Os produtores de açúcar em Sergipe (1757)	110
43. O milagre de Santo Antônio e a escravidão (1761)	112
44. Criação das vilas de Sergipe (1697)	113
45. Descrição de São Cristóvão em 1724	115
46. Descrição da Cidade de Sergipe D'el-Rei (1694)	117
VI. A época da subalternidade administrativa (1763-1820)	119
47. O começo da subalternização da Capitania de Sergipe	122
48. Os abusos do Sargento-mor Bento José de Oliveira	123
49. Sergipe no final do século XVIII	126
50. Elogio à Capitania de Sergipe	128
51. Sergipe em 1808	128
52. Os índios aldeados em Sergipe (1803)	130
Referências documentais	132
Referências bibliográficas	134

APRESENTAÇÃO

Esta obra foi pensada inicialmente como uma trilogia dedicada à História de Sergipe. Cada volume abordaria um momento específico da nossa História. Este primeiro volume tem como marco cronológico o período colonial. É o tempo da Capitania de Sergipe d'El Rei. O segundo volume trataria da Província de Sergipe d'El Rei durante o período imperial (século XIX). O último da série teria como foco o regime republicano e a História do Estado de Sergipe recente (século XX). Contudo, por uma série de situações não foi possível finalizar o projeto inicial. Conseguimos, com todo esforço possível, finalizar apenas este primeiro volume.

Esta obra não deve ser entendida apenas como um compilado de textos e documentos sobre a História de Sergipe. É uma proposta de intervenção pedagógica voltada para o novo ensino médio. Não se trata de mais um livro paradidático sobre a História de Sergipe como tantos que temos desse gênero desde o final do século XIX (FREITAS, 2007, p. 57-61). Aqui se esboça uma proposta diferenciada. Em vez realizar sínteses baseadas na historiografia, procurei fazer o caminho diferente: construiremos nossa visão acerca dos principais acontecimentos e situações históricas a partir de testemunhos escritos, sejam eles textos ou documentos históricos. Oferecemos aqui uma forma prática e inovadora de se estudar a História de Sergipe por meio de fontes de informação consagradas e algumas desconhecidas dos nossos historiadores e professores. É uma obra feita por um professor-pesquisador que dedicou mais de duas décadas de vida à reflexão acerca do ensino de História e da pesquisa histórica local, especialmente dos períodos colonial e imperial.

Essa obra nasceu dos diálogos que travei com outros professores (do ensino básico e superior), com graduandos do curso de História que

tive a felicidade de ajudar na formação acadêmica, quando, por breve período, estive como professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (2017-2019), instituição que me conferiu os títulos de graduado, bacharel e mestre em História. O germe da ideia aqui concretizada vem de muito antes. Nos idos dos anos 90 do século passado, eu ouvia meus professores reclamando dos livros paradidáticos de História de Sergipe pouco densos e sem atividades interessantes para serem trabalhadas com os alunos. Naquela época, eu era um aluno do ensino fundamental maior da Escola de 1º Grau “Dr. Augusto César Leite”, em Itabaiana. Era o contexto de implementação da LDB e da atuação do saudoso ex-secretário de educação e cultura Luiz Antônio Barreto (1944-2012) que muito estimulou os estudos de História, Geografia e Cultura sergipana no currículo escolar, porém faltavam-lhe os instrumentos adequados naquele contexto para que a proposta fosse bem sucedida.

Foi na Universidade Federal de Sergipe que descobri, através dos meus mestres-professores, que poderia, em vez de constatar e resmungar essa situação, contribuir de forma positiva para dinamizar o ensino de história local. A licenciatura em História que fiz apontava forte preocupação com a formação do professor-pesquisador. Tornei-me historiador antes de ser professor. Minha vida foi um contínuo perscrutar documentos antigos nos arquivos em Sergipe e na Bahia e frequentar bibliotecas e outras instituições de pesquisa para coletar e sistematizar textos e testemunhos do passado sergipano.

As mudanças curriculares do começo deste século para o ensino médio priorizaram mais o ENEM que os estudos sobre Sergipe. Os assuntos relacionados à realidade sergipana, foram abordados, na maioria das vezes, como apêndices, devido à grande quantidade de assuntos das disciplinas de Ciências Humanas, o que inviabilizou de forma profunda

o trabalho sistemático com esses conteúdos fundamentais para o aluno conhecer um pouco a história local e regional. Mesmo assim, os assuntos relacionados a Sergipe continuaram a ser explorados em cursinhos preparatórios para concursos. Eu mesmo lecionei em diversos cursinhos esses temas e sentia a necessidade de bons materiais para subsidiar minha prática pedagógica.

A proposta do novo ensino médio, a ser aplicado no próximo ano em todas as instituições de ensino, reacende a esperança dos estudos sobre Sergipe entre alunos da última etapa da educação básica. A nova grade curricular do novo ensino médio traz como uma de suas inovações a criação dos “estudos sergipanos”, como itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com quarenta horas/aula, no eixo estruturante de investigação científica como atividade integradora, podendo ser ministrada por meio de núcleo de estudos (IFACHAI-6A ou 9A) no terceiro semestre, oficina (IFACHAI-6B ou 9B) no quinto semestre ou ainda sob a forma de incubadora (IFACHAI-6C ou 9C), no sexto semestre (SERGIPE, 2021, p. 512-541).

Este livro está estruturado em seis capítulos, com regular distribuição de páginas entre eles. Os capítulos são organizados, normalmente, por períodos ou acontecimentos históricos relevantes. Iniciaremos o capítulo com uma exposição que auxilie o entendimento do contexto abordado. É importante ressaltar que essa exposição é uma breve apresentação do momento histórico que os textos e documentos históricos abordam. Portanto, será preciso consultar a bibliografia sobre o tema, seja em outros livros didáticos ou mesmo em obras historiográficas. Logo abaixo, temos algumas questões norteadoras sugestivas, cabendo ao professor acatar, mudar ou aprimorá-las ou mesmo desconsiderá-las. As intervenções dos alunos e as leituras possíveis e criativas são sempre relevantes na discussão das

temáticas, pois se deve levar em consideração às metodologias ativas da aprendizagem ao critério da abordagem do professor, como bem ressalta José Moran (2019). Com isso, temos uma proposta aberta desta obra, sujeita às contribuições e construções. A ideia é não ter um livro fechado, mas inspirador de novas abordagens e metodologias. Cada capítulo terá um título sugestivo, breves considerações sobre o texto e documento para facilitar sua leitura, o excerto selecionado e a referência documental ou bibliográfica. Os textos e documentos selecionados procuram oferecer uma visão ampla e complexa dos processos históricos abordados.

Deixo bem claro que aqui não fazemos um trabalho de natureza paleográfica, codicológica ou de crítica filológica. Tive que realizar adaptações e adequações nos textos e documentos utilizados com o único objetivo de contribuir para que as leituras fossem menos penosas e mais inteligíveis. Caso o leitor mais arguto deseje certificar das alterações empreendidas, deixo as referências documentais e bibliográficas para que verifique devidamente das alterações propostas. Confesso que nem sempre consegui fazer os textos serem mais atraentes, mas busquei quixotes-camente adequar escritos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas aos leitores contemporâneos. Não é uma tarefa das mais fáceis...

Procurei oferecer aos alunos, professores e pesquisadores a experiência de ter acesso a obras e documentos que embasaram a construção do saber histórico sobre o passado sergipano. Obtive acesso a essas fontes de informação mediante muito esforço e sacrifícios em mais de duas décadas como pesquisador. Mesmo vivendo numa sociedade da informação, conforme aponta Manuel Castells (2002), muitos dos escritos presentes neste livro são complicados de serem acessados. Ofereço cinquenta e duas possibilidades de leitura sobre o passado sergipano num único livro. São fontes de informações seguras e confiáveis que possibilitam múltiplas lei-

turas e olhares sobre o passado sergipano.

Esta obra se fundamenta no estabelecimento dos temas mais relevantes fixados pela historiografia sergipana. Mesmo tendo uma cronologia básica, deixamos bem claro que o encadeamento de acontecimentos não deve ser lido de modo rígido. Pode o professor selecionar a ordem que assim o desejar ou mesmo a sequência de textos que julgar mais adequada. Esses ajustes são sempre bem-vindos em sala de aula

Este livro teve a preocupação de dialogar, sempre que possível, com as leis 10.639 e 11.645 que abordam a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, respectivamente. Os negros afrodescendentes e as populações ameríndias nativas e seus descendentes merecem além do respeito e reconhecimento a devida reparação histórica por serem fundamentais na constituição étnica da sociedade sergipana.

O leitor tem em mãos uma obra que é resultado de muito esforço heurístico, boa formação estudantil e acadêmica, reflexões pedagógicas críticas, diálogos e sacrifícios de dias de trabalho não remunerado. Caso tenha críticas e/ou sugestões, deixo aqui um canal de contato (wanderley.menezes@professor.se.gov.br) para que possamos ouvi-los e dirimir eventuais dúvidas.

Que esta obra seja proveitosa a alunos, professores e pesquisadores e que sirva de estímulo a novos estudos sobre Sergipe! Aproveitem este livro que foi feito com muito esmero para/por ti.

Wanderlei Menezes

CAPÍTULO I

O Território de Sergipe Antes da Conquista

CAPÍTULO I

O Território de Sergipe Antes da Conquista

Nenhuma obra de História de Sergipe seria satisfatoriamente adequada se não considerasse o passado pré-histórico e os povos primitivos que viveram neste território. Foram esses homens e mulheres que tiveram os primeiros contatos com os elementos europeus no começo da Época Moderna.

Considerando-se a dificuldade de acesso a textos e documentos, optamos por priorizar os testemunhos históricos do final do século XVI. Mesmo se tratando de textos escritos por colonizadores, procuraremos enfatizar o protagonismo dos povos ameríndios residentes entre os rios São Francisco e Real.

Neste capítulo abordaremos, especialmente, as primeiras tentativas de catequese por parte de padres jesuítas no que futuramente denominaríamos Sergipe d'El Rei. O principal texto explorado é a carta de Inácio de Toloza acerca dos trabalhos missionários, comandados pelo padre Gaspar Lourenço e João Salônio. No ano de 1575 tivemos a primeira tentativa oficial de colonização do território sergipano, contudo os embates entre colonizadores/jesuítas e população nativa se intensificariam a tal ponto de prejudicar a catequese irremediavelmente.

A parte norte da capitania hereditária de Francisco Pereira Coutinho permaneceu durante quase todo século XVI sem a presença efetiva da colonização portuguesa. Nosso território era povoado por diferentes grupos ameríndios. Essa situação mudaria no último quarto de século. A presença frequente de europeus mudaria profundamente o destino da terra do Cacique Serigi.

Questões norteadoras:

1. Como as condições naturais se refletiam na ocupação das tradições arqueológicas sergipanas? (texto 01)
2. Quais os elementos apresentados por Lilian Salomão que ajudam a explicar a demora das autoridades portuguesas em ocupar Sergipe? Como a presença francesa acelerou esse processo? (texto 02)
3. Como os padres José de Anchieta explicam a tentativa frustrada de se promover a colonização de Sergipe por meio da catequese? (texto 03)
4. Como os padres jesuítas explicaram o mito da origem dos nativos? (texto 04)
5. Quais os mais destacados feitos da ação missionária de Gaspar Lourenço? (texto 05 e 06)
6. Como portugueses, mamelucos e indígenas dificultaram a catequese de 1575? (texto 07)
7. Como Inácio de Toloza viu a ação missionária na Aldeia do cacique Surubi? (texto 08)
8. Conforme a carta de Toloza, qual a relação entre os nativos e o padre Gaspar Lourenço? (textos 04 a 08)

1. OS PRIMEIROS SERGIPANOS

Os excertos abaixo foram extraídos do importante estudo do antropólogo Fernando Lins de Carvalho (1948-2018) e se baseiam nos diversos estudos arqueológicos realizados em Sergipe. A obra se debruça sobre a Pré-História em Sergipe com excelentes análises de artefatos, registros rupestres e rituais de sepultamento das três tradições arqueológicas identificadas pelo autor.

Dentre os agrupamentos pré-históricos sergipanos, as sondagens, escavações e raras citações bibliográficas permitem, como hipótese preliminar, a identificação de três culturas [pré-históricas].

Uma primeira cultura, anterior à fixação da tradição Aratu, a que denominaremos, para distingui-la, como Canindé, com datações obtidas em carbono 14 (C-14) e escavações em níveis mais antigos, permitindo-nos situá-la a partir de nove mil anos do presente¹; a Tradição Aratu, com maior volume de estudos arqueológicos na região, presente na grande maioria dos sítios arqueológicos sergipanos entre os séculos VIII ao XVII, e a Tradição Tupi-guarani, a mais recente, a partir do século IX. [...]

Tradição Canindé

Provavelmente os contingentes populacionais da cultura Canindé chegaram à região vindos do planalto goiano ou do médio São Francisco, à procura de condições mais favoráveis à ocupação humana.

Os grupos de caçadores-coletores que se instalaram no baixo São Francisco, no holoceno, exploraram as potencialidades do ecossistema da região. A proximidade da água, com a presença da piracema nas corredeiras², com a fácil proteína animal obtida do peixe, a fauna disponível e

¹ É forma de datação mais recorrente entre os arqueólogos que leva em consideração o tempo de modo regressivo a partir do presente, sem que haja necessidade de se considerar os calendários históricos, em especial o calendário do mundo cristão ocidental que conta os anos a partir do nascimento de Jesus Cristo, ocorrido há 2021 anos atrás.

² Processo no qual os peixes nadam contra a correnteza de rios para realizarem a desova.

constatada a partir de vestígios arqueológicos em fogueiras, a possibilidade de contatos interétnicos pelo rio tornaria os terraços do São Francisco, aparentemente, local ideal para a instalação de grupos de tecnologia simples e economia extrativista. [...]

Tradição Aratu

A partir de vestígios coletados e de algumas sondagens e escavações, constata-se a presença da tradição Aratu e colinas próximas ao litoral, geralmente na encosta, tais como sítios identificados em Pacatuba, ao norte, ou em Cristinápolis, ao sul.

A tradição Aratu, em Sergipe, apresenta características similares à de outros sítios prospectados³ no Brasil. Trata-se de uma cultura de agricultores ceramistas, situados em grandes aldeamentos circulares localizados em elevações suaves (500 por 200 metros, em alguns casos).

Tradição Tupi-guarani

Hábéis canoieiros, os Tupis utilizaram o curso das bacias hidrográficas próximas ao litoral para sua expansão. Quando da presença portuguesa, no século XVI, já ocupavam extensa faixa do litoral, desde o Iguape até a costa do Ceará. [...] Procuravam edificar suas aldeias em terrenos baixos (até 400 metros acima do nível do mar) e próximo a rios navegáveis. São sempre encontrados a curta distâncias de rios navegáveis e em zonas de mata. [...] As bacias do São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza-barris, Piauí e Real, nos pontos considerados, foram priorizados, em tese.

³ Prospectar sob o ponto de vista arqueológico significa série de procedimentos que visam a identificar a presença de vestígios arqueológicos na superfície do solo ou no subsolo. Esse levantamento nos permite identificar o perfil arqueológico de uma dada área e suas potencialidades.

CARVALHO, Fernando Lins. **A Pré-História Sergipana**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 53, 57-58, 105-106, 122-123.

2. A LENTA PENETRAÇÃO PORTUGUESA EM SERGIPE

Este excerto é parte da dissertação de mestrado da professora Lilian Salomão que foi publicada sob o formato de artigo na Revista Cadernos História. A autora realiza um estudo acerca da conquista e colonização de Sergipe e os empecilhos para a sua efetivação.

O território da capitania de Sergipe d'El Rei era uma parte daquela da Bahia de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho, em 1534, com 50 léguas de costa. Ela se estendia do rio São Francisco à baía de Todos os Santos. Aquele veterano da Índia não conseguiu conter as desavenças entre os colonos e as lutas com os indígenas. Refugiou-se em Porto Seguro e, em 1548, forçado pelo donatário desta capitania, tentou voltar para defender as próprias terras de uma possível invasão francesa. Encontrou a morte, entretanto, na ilha de Itaparica. Seu herdeiro, Manuel Pereira Coutinho, não possuía recursos para executar a tarefa em que seu pai fracassara. Renunciou, portanto, a seus direitos sobre a capitania, contentando-se em receber uma renda anual. [...]

Franceses e portugueses haviam começado a fazer o comércio do pau-brasil com os indígenas, praticamente ao mesmo tempo. As florestas formadas por esta madeira tintorial eram mais densas entre Paraíba e o rio Real, onde as espécies eram de qualidade superior. O malogro da administração de Francisco Pereira Coutinho permitiu a continuidade do contrabando em Sergipe. O estabelecimento de um governo geral em Salvador não mudara nada. Por um lado, a coroa portuguesa se considerava prejudicada, uma vez que o pau-brasil constituía um de seus estancos; por outro lado, permanecia o risco de ocupação estrangeira e a dificuldade

de comunicação entre as duas principais capitanias, Bahia e Pernambuco. Era, portanto, necessário afastar os franceses da costa do Brasil.

Obstáculos naturais e a presença de navios estrangeiros dificultavam a navegação de cabotagem entre Pernambuco e Bahia. Também a comunicação terrestre se apresentava bastante perigosa, uma vez que tribos hostis habitavam a região. Os Tupinambás eram os aliados dos franceses, facilitando-lhes a pilhagem dos produtos da terra e o combate contra os portugueses. Este clima de animosidade decorria do apresamento de indígenas e sua escravização. Os franceses, porém, queriam somente os produtos da terra, que os indígenas lhes forneciam.

SALOMÃO, Lilian da Fonseca. A lenta penetração portuguesa no Brasil. O caso de Sergipe d'El Rey, território marginal. *In: Cadernos UFS: História*, São Cristóvão/SE, v.2, n.3, p. 106-107, 1996.

3. OS PRIMEIROS ALDEAMENTOS JESUÍTAS EM SERGIPE

O relato a seguir é de autoria do padre José de Anchieta (1534-1597), um dos maiores missionários jesuítas da história, sobre a missão jesuítica que aconteceu na década de 1570 no que futuramente chamaremos de Sergipe. Suas crônicas são um excelente testemunho histórico dos avanços e retrocessos no processo de catequização dos indígenas no primeiro século de colonização portuguesa na América. Foi dramaturgo, gramático e poeta de reconhecido valor literário. Escreveu a primeira gramática da língua tupi e é considerado um dos primeiros autores da literatura brasileira. O trecho aqui selecionado compõe as suas “Informações dos Aldeamentos da Bahia”, primeiramente publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo LVII, parte I, 1894). Utilizamos a edição de 1933, organizada por Antônio Alcântara Machado, como base principal. Tivemos acesso a uma cópia do códice CXVI da Biblioteca Pública Eborense para corrigir eventuais equívocos dessas publicações, através do querido amigo Jackson da Silva Lima.

Na era de 1574, sendo governador Luís de Brito e o padre provincial Inácio Toloza, o gentio⁴ do rio Real, que estava cinquenta léguas desta cidade [de Salvador], e que sempre esteve de guerra com os portugueses pelos saltos e agravos que lhe tinham feito, donde tinham mortos alguns portugueses, vieram os principais daquela parte pedir padres que lhes fossem pregar a lei de Deus, como o tempo da salvação de muitos era chegado. Detiveram-se aqueles índios por alguns meses nas igrejas desta Bahia para ver se se entendia deles virem com algum mau propósito, por ser gente que tinha pouco comércio com os Portugueses. Mas entendendo-se isto ser chamamento de Deus, em janeiro de 1575 mandou o padre provincial com os ditos índios o padre Gaspar Lourenço e um Irmão, tendo-se esperança de grande conversão naquela parte, pelo muito gentio que havia. Dali por diante mandou também o governador com o Padre um capitão com alguns portugueses para ver se naquela terra se podia fazer alguma povoação, porque diziam ter ele ali dez léguas de terra, os quais portugueses foram causa daquilo não ir por diante, e da guerra que se fez, porque pretendendo seu interesse, que são escravos, com enganos resolveram tudo.

Chegado o padre ao rio Real, os portugueses que com ele iam fizeram sua habitação na barra do rio e o padre passou por diante às aldeias, que a primeira estava dali a seis léguas e as outras mais. Foi o padre recebido por todos os índios com mostras de muito amor, mostrando o desejo que tinham de o ver e ouvir a palavra de Deus. Fez logo uma igreja de São Tomé. Depois de estar com aquela gente, foi por diante visitar as outras aldeias, onde fez a igreja de Nossa Senhora da Esperança e outra de São Inácio na aldeia de Surubi, que era o principal de toda aquela terra, muito nomeado e temido entre os portugueses. Estas três igrejas andava o Padre visitando com muita consolação e quietação dos índios até que Nosso Se-

⁴ Este era o termo utilizado para designar os povos ameríndios. Há forte conotação pejorativa, pois se considerava que esses povos não conheciam ao deus cristão e por isso eram ignorantes.

nhor desse outro remédio.

Daqui passou o padre ao Sirigi, pôs em paz todas aquelas aldeias, que por ali estavam, que eram vinte e oito, pregando a todos sua salvação. Uns folgavam de o ouvir, outros também se escondiam para não ver. Fez, então, o padre entre este gentio uma igreja de São Paulo para os ir visitar algumas vezes, e os que quisessem ouvir as coisas de sua salvação o pudessem fazer; de que os índios ficaram muito contentes, parecendo-lhes que com isto ficariam livres dos agravos que lhes faziam os portugueses, porque onde quer que os padres foram pregar a lei de Deus entre o gentio, assim nesta Bahia, como nas capitâneas onde o houve, sempre tiveram contra si os portugueses, como bem se tem mostrado no que tem sucedido.

Depois que o padre pôs em paz toda esta terra, se tomou para a igreja de São Tomé, e daí foi visitar os portugueses que estavam na barra e a confessá-los e dizer missa, e como o padre levava encomendado do governador, que lhe escrevesse que terra era aquela, o padre lhe escreveu na verdade, porque tudo era areais e terra inútil, porque os índios que nela residiam estão no sertão, mas como os portugueses tinham outro intento, escreveram o contrário do que o padre escrevia, que começou alvoroçar o ânimo de muitos que dali esperavam seu proveito. Entravam nisto alguns homens que lá tinham escravos fugidos, e porque apontei nestes escravos, direi a sua fugida, porque também o governador Mem de Sá aponta naquela fugida destes escravos no encampamento que lhes fez o padre Antonio Pires das aldeias no ano de 1571. [...]

Estava o gentio de Serigi todo quieto com a paz que lhe o padre tinha dado, e com a igreja que lhe tinha feito. Tomou o demônio para instrumento do que pretendia a um mameluco, o qual se foi a algumas das ditas aldeias, dizendo-lhes que olhassem o que faziam que o padre os enganava e não cressem o que lhes dizia o padre, que os juntava para serem escravos, e que já no mar tinha alguma gente junta para os irem amarrar. Isto dizia o

mamaluco pelos portugueses, que estavam na barra do rio, que foram com o padre, e como esta gente facilmente crê o que lhe dizem, principalmente se é coisa de medo, e eles sabiam bem como os portugueses tinham tratado a todos os vizinhos e viam, que no mar estavam portugueses, como lhes o mameluco dizia, levantaram-se todos, e parte dos da igreja de São Paulo, ficando alguns para verem o fim da coisa, e foi quererem os portugueses ir dar guerra a um principal⁵, que estava no sertão, que chamavam Aperipê, e segundo se entendeu depois, mais foi esta guerra com desejo de resolver os que estavam de paz, para que mais facilmente houvessem escravos, que por outro respeito.

E indo os da guerra já de caminho, mandaram quatro índios das igrejas dos padres, que fossem diante das aldeias apelar gente. Os índios de Serigi, como estavam já pervertidos com as palavras do mameluco, as quais viam ser verdadeiras, cuidaram, que aqueles quatro índios iam por espias, e mataram logo dois deles, e esta foi a ocasião de todas aquelas vinte e oito aldeias se levantarem, tendo custado muito trabalho ao padre Gaspar Lourenço fazer aquelas pazes, porque todos tiveram para si, que os portugueses iam a guerra a eles, e não ao Aperipê, e não sem causa suspeitaram isto, pois o mameluco lhes o tinha dito.

Depois disto, como o demônio não cessava de buscar manhas para destruir aquela obra, que se ali começava a fazer nas almas do gentio daquelas igrejas, tornou-as a acometer mais abertamente e nasceu também doutros mamelucos, os quais, sabendo que o governador estava de caminho para ir a guerra ao Aperipê, lhes foram persuadir, que a guerra era contra eles, porque os portugueses vinham buscar escravos e que o padre lhes não havia de valer que não tinha armas, nem tinha ninguém de sua parte e que se aparelhassem que não havia o governador de tardar muito. A isto se juntaram ferros, que lhes faziam alguns portugueses, que andavam

⁵ Entenda cacique, que era considerado pelos portugueses como os principais de uma determinada tribo.

entre eles daqueles que estavam na barra do rio, dizendo: “Vivam nossos parentes e nós nos vingaremos”. Subitamente se alvoroçou toda aquela gente de São Tomé, e andava tão revolta que parecia andar o demônio entre eles. Pregavam pelas ruas: “Vamo-nos, vamo-nos antes que venham estes portugueses”.

Vendo o padre Gaspar Lourenço tal alvoroço, os fez ajuntar, falando com eles, dando-lhes a entender quão mal faziam em deixar a igreja por mentiras que lhes diziam e eles chorando respondiam: “Não fugimos da igreja nem de tua companhia, porque, se tu quiseses ir conosco, viveremos contigo no meio desses matos ou sertão, que bem vemos, que a lei de Deus é boa, mas estes portugueses não nos deixam estar quietos, e se tu vês que tão poucos que aqui andam entre nós tomam nossos irmãos que podemos esperar, quando os mais vierem, senão que a nós e as mulheres e filhos farão escravos”? Mostrando alguns deles os pingos e açoites que em casa dos portugueses tinham recebido, e isto diziam com muitas lágrimas e sentimentos.

Estando eles desta maneira muito quietos, foi um mameluco a aldeia do Surubi, que era de Santo Inácio e tomou uma índia de um principal que diziam ser escrava de um português e a levou escondidamente; logo se levantou toda aquela aldeia dizendo: “Vamo-nos todos e não esperemos mais porque se um mameluco tem poder para nos fazer isto dentro em nossas casas que fará o governador, quando vier”?

O qual já a este tempo estava muito perto; foi-se então este principal com sua gente para outro lugar mais dentro do sertão, por onde alguns queriam dizer não irem fugidos, mas que se afastavam até ver a chegada do governador para ver como se havia com eles, porque além disto acontecer, tinha este Surubi morto alguns portugueses, mas em sua defesa, como fica acima dito, e temia-se ainda, porque depois que tinha a igreja, não tratara ainda com portugueses, posto que já tinha mandado um seu irmão

a visitar o governador e a confirmar a paz que o padre tinha feito.

Chegando o governador com a demais gente à igreja de São Tomé, soube como Surubi era ido de sua aldeia; mandou logo após ele gente de guerra, o qual acharam com sua gente em um mato assentado e sentindo ele que os portugueses iam em sua busca, fez uma cerca de ramos, que eles costumam fazer, quando andam por terras de contrários. Houve alguma escaramuça de flechas e ali foi morto por desastre o Surubi com pelouro de uma espingarda e os seus se deram, ainda que não faltam homens de boas consciências, que digam que os tais se entregaram debaixo da palavra do capitão, dizendo que se entregassem por paz e que os trariam para as igrejas, não lhes nomeando serem escravos e com isto se entregaram, por onde os trouxeram todos cativos e chegando a igreja de São Tomé o governador fez cárcere dela, em que mandou recolher toda aquela gente que traziam para dali serem repartidos, guardando-os sempre sem o padre lhe o poder impedir; e tal ficou a igreja depois, que para nela dizerem missa foi necessário cavá-la um palmo, para tirar o mau cheiro e sujidade dela.

Não se pode dizer os agravos e medos que foram feitos aos índios de São Tomé e de Nossa Senhora da Esperança em todo o tempo que o governador e mais portugueses ali estiveram, porque não ficou mantimento nem legumes, nem galinha, nem coisa alguma que não destruíssem, até lhes tomarem suas contas, que é toda sua riqueza, nem lhes ficava machado nem foice, que lhes não tomassem; e nisto parou aquela grande conversão, que se aparelhava naquela terra e os índios do Serigi ficaram de guerra até agora.

Partiu-se o governador para esta cidade [de Salvador] e mandou que os índios daquelas duas igrejas viessem também, e se repartissem pelas quatro igrejas, que nesta Bahia estão. Partindo-se todos para esta cidade, alguns portugueses se deixaram ficar pelo caminho e amarravam alguns índios dos ditos, porque o padre ora vinha atrás, ora adiante, por

acudir a todas as partes e chegou a coisa a tanto que os índios, vendo-se tão perseguidos, amarraram um português e o tiveram desta maneira até que o padre chegou, e o mandou desamarrar; nem isto bastava para terem algum comedimento.

Chegou o padre Gaspar Lourenço a estas igrejas da Bahia com mil e duzentas almas, as quais se repartiram pelas quatro aldeias que os padres [jesuítas] tinham; e como já o gentio delas se ia gastando e agora pouco tempo há de seis anos a esta parte vieram duas grandes doenças, bexigas e sarampo ficaram tão diminuídas que se tornaram em três.

ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 371-377.

4. A CATEQUESE JESUÍTICA, A ORIGEM DOS ÍNDIOS E O DILÚVIO

O documento a seguir são partes da longa carta do padre Inácio de Toloza (1533-1611) ao padre geral da Companhia de Jesus, em 07 de setembro de 1575. É um relato minucioso das ações missionárias do padre Gaspar Lourenço. O documento original encontra-se em Lisboa, na Biblioteca Nacional (Portugal). A primeira edição desse manuscrito devemos a Felisbelo Freire (1891, p. 6-13), em sua História de Sergipe. Outra transcrição é feita por Emanuel Araújo (1999, p. 41-54). Mas optamos por uma edição modernizadora com base nos originais, confrontando com essas duas edições. Nessa carta temos a narrativa de mais de seis meses de ação missionária de Gaspar Lourenço e João Salônio no território sergipano.

Agora vou cantar o que até aqui há sucedido na missão de Gaspar Lourenço. Viram do Rio Real, muitos índios principais das aldeias comarcãs⁶ que estão naquelas partes: quarentena, cinquenta e sessenta léguas desta cidade, todos em grande desejo de levar padres que os ensinassem

⁶ Entenda como vizinhas administrativamente. O autor do manuscrito se vale da designação administrativa de comarcas para transpor aos indígenas.

as cousas de sua salvação e como era gente que antes estava de guerra, sem ter comércio com os brancos, aguardou-se alguns meses para ver se vinham bem movidos e constando claramente que Deus os trazia pareceu serviço de Deus aceitar esta empresa e assim no mês de janeiro de 1575 partiu o padre Gaspar Lourenço com o irmão João Salônio, a ensinar-lhes as cousas de sua salvação. [...]

Pela manhã, antes de começar a jornada, dizendo todos juntos as ladainhas, pedindo a Deus que os desse prospera viagem.

Já pela noite, no fim de sua jornada, faziam o mesmo. E como todo aquele caminho é despovoado, recolhiam-se em algumas choças que os índios faziam, onde com muita caridade repartiam com eles a pesca que tomavam e o padre provia também os necessitados. E sempre foram assim e muitas vezes descalços pelas águas que haviam de passar, mas todos foram com grande paz e alegria, até o Rio Real. Em meio do caminho um principal, que ia com ele, porque o havia morto em sua aldeia um filho foi logo ao padre, dizendo já meu filho é morto, por ventura vai ao inferno? O padre respondeu que sim, porque não era batizado a ele com grande tristeza disse chorando: “peso-me muito disto; me batize para ser filho de Deus e não ir ao inferno”.

Um principal conta a ele uma história que eles têm por certa para explicar sua origem. Dizendo que em tempo passado, aconteceu que os seus por não quererem ser bons, se levantou contra eles um principal e os fez guerra, e depois muito ansiado tomou um dardo, e deu com eles em terra e fez que se abrissem as fontes e se apagassem todos e que ele fez uma casa de folhas muito bem tapada ai se defendeu da água; e depois de todos mortos e a água passada, saiu e assim começaram as gerações, que a cousa é muito longa de contar. O que isto disse, acrescentando que por isto estão desunidos e não tem nada porque tudo perdeu com a água.

Ouvindo o padre isto e entendendo que tinham alguma notícia do

dilúvio, mas corrupta, lhe explicou a verdade, declarando-lhe a história do Gênesis, até chegar como Noé fez sua maldição a Cam, porque fez burla dele, dizendo que eles descendiam deste Cam e, por isto, andavam todos apartados de Deus. Folgaram todos muito ouvindo isto e deram desejos de aprender as coisas de Deus.

Carta do padre Inácio de Toloza ao padre geral da Companhia de Jesus em 07 de setembro de 1575. Biblioteca Nacional (Lisboa). Códice 4.532, f. 162v-163.

5. AS ALEGRIAS DO PADRE GASPAS LOURENÇO

O trecho abaixo é uma continuação da carta manuscrita citada no texto anterior. Selecionamos trechos sobre a atuação do padre Gaspar Lourenço e sua atividade missionária entre os índios do território sergipano.

Chegaram todos com boa disposição ao rio Real a vinte e oito de janeiro e deixando o padre o capitão aposentado em lugar apto, passou a visitar uma aldeia de índios, que estava seis léguas dali. Sabendo os da aldeia que vinham, saíram todos com grande alegria a recebê-los, com grandes choros, como costuma fazer, trazendo cada um algum presente ao padre, conforme sua pobreza, como farinha, batatas, e cousas semelhantes, e foi hospedado de um principal, com muitas caridades, assim ele, como todos os Índios que tinham em sua companhia, repartindo-os por todas as casas. Este principal pregava pela aldeia que havia sido causa que se perdesse a gente que em tempo passado fugiu das aldeias, e por isto fazia esta festa ao padre e o abraçando apenas o levou para sua casa. Outro dia pela manhã começou o padre a dar a razão aos principais da aldeia, de sua vinda, dizendo que vinha manifestar-lhe a lei de Deus e ensinar-lhe o caminho de sua salvação e livrá-los da cegueira em que estavam e começou logo

a fazer uma maneira de Igreja para dizer missa e ensinar-lhes a doutrina, mas era tanta a gente que vinha a visitar o padre, assim daquela aldeia como das outras, que quase todo o dia gastava em trabalhos a consolá-los e assim o dia seguinte se acabou a Igreja, onde se disse missa, os ensinaram à doutrina com grande consolo de todos.

Chama-se a Igreja de São Tomé, o apóstolo, e fizeram juntos dela casa em que morassem e pudessem ter concerto religioso e de ali a poucos dias levantaram uma cruz de alguns oitenta palmos, muito formosa, e que ficou toda a gente espantada com ver a veneração, com que a haviam levantado. O principal daquela aldeia, quando se viu sem Igreja levantou as mãos para o céu, dizendo: “Bendito Senhor Deus que vejo já em inteira glória isto é o que desejava. Pesa-me do tempo passado”.

Logo começou o padre a ensinar-lhe a doutrina pela manhã, à tarde e à noite. Um índio de nossas aldeias ia tangendo a campainha por toda a aldeia e assim acudiam muitos diante da casa, donde o padre os ensinava as causas de nossa santa fé e o irmão tomou cargo da escola dos moços, que foram a princípio cinquenta e depois chegaram até cem e em breve tempo sabiam as orações e a um que principalmente residiu com os índios, por que para eles principalmente era enviados, acudia também com alguns brancos que estavam de ali a algumas seis léguas, consolando-os com dizer-lhes missa e confessando-os e um dia volvendo para esta aldeia de São Tomé os consolou Deus Nosso, porque estando em roda dela, ouviram grandes vozes diante da casa, onde moravam e era uma moça da escala de São Sebastião que o padre havia deixado, para que vigiasse pelas casas e que estava ensinando a doutrina aos meninos das aldeias e depois os fazia persignar e santificar por si a cada um, e isto fez todo o tempo que esteve ausente, que foram nove dias.

Teve em estes dias muitas visitas dos principais do Rio de São Francisco e de outras partes; todos vinham pedir ao padre que os fosse vi-

sitar e fazer igrejas em aldeias e o principal de todos foi um índio chamado por estas partes Surubi, do qual todos se temiam, porque em os tempos passados tinha morto alguns brancos e nunca havia podido aceitar sua amizade; este em sabendo que o padre havia chegado àquela aldeia, logo o enviou a visitar por um irmão seu, pedindo-lhe com muita instância que fosse a residir em sua aldeia, e dando conversa ao irmão para que o levasse em uma rede ao que ele não quis ir que não era bom estar com aquela ruim gente, isto dizia por que de mil almas que havia naquela aldeia de São Tomé as quinhentas eram escravas, que em tempos passados foram de seus senhores, que estão acolhidos, dizendo que haviam sido soltos.

Despediu o padre a este índio dando-lhe esperança que o iria visitar, mas o Surubi não pode descansar, até não trazer o padre com alguma gente de sua aldeia; foi de todos muito bem recebido e diante de todos deitou o padre uma prática por grande espaço, com tanta eloquência e fervor que deitou o índio espantado a não saber que responder... E assim se despediu sem fazer mais palavras. Daqui tomaram ocasião à gente entre si que não havia entrado em a aldeia com boa intenção, sim com desejos de quebrar a cabeça do padre adiante de todos, e havia alguns que estavam esperando; agora será, agora será; mas as obras mostraram que não foi esta sua intenção, sim que ficou tão confundido com a prática do padre e tão atado de pés e mão, olhando-o e dizia que não podia mais falar e assim se tornou para sua aldeia.

Carta do padre Inácio de Toloza ao padre geral da Companhia de Jesus em 07 de setembro de 1575. Biblioteca Nacional (Lisboa). Códice 4.532, f. 163-163v.

6. OS BATISMOS DOS GENTIOS

No mesmo documento citado nos dois textos anteriores, há informações acerca dos batismos de nativos realizados pelos missionários.

Alguns batismos fizeram em pessoas, que estavam em extrema necessidade (porque as demais deram ordem que não batizasse, até estar a terra pacífica e elas bem instruídas nas coisas de nossa santa fé que ficaram disto tão consoladas que todo trabalho que levaram todo caminho lhes parecia nada, vendo já dar remédio a algumas almas que custaram sangue do Filho de Deus, que parece, não aguardavam outra coisa senão a ida dos padres para ir gozar de um Criador.

O primeiro batismo foi de uma vida que estava já para expirar e vendo-a um índio Tapuia que ia a companhia do padre que apenas sabia falar a língua, veio correndo pra onde estava o padre, varrendo a casa onde haviam de morar, dizendo-lhe: “vem padre, que a vida de fundo está para morrer.” Deixando tudo que tinha entre as mãos, foi logo o padre e batizou-a com a salvação acostumada, e que tornou todos os gentios atônitos, vendo aquilo, colocou-lhe o nome de Maria e dali a pouco foi gozar de seu criador.

O segundo batismo foi de uma velha, que toda vida havia andado entre brancos e nunca tinha sido batizada; visitando o padre a aldeia a achou já a cabo e depois de bem instruída nas cousas de sua salvação a batizou com muito conselho e daí a poucos dias foi gozar de seu criador.

O terceiro foi de outra índia muito enferma e estando o padre falando nas coisas de sua salvação, o marido tinha já preparado para o batismo e ela com grande desejo que tinha de batizar-se, se levantou da rede em que estava muito enferma; batizou-a o padre e daí há poucos dias se foi a gozar de seu criador. Estas foram às premissas do Rio e estas me parecem

não ser os patronos daquela cristandade.

Depois batizou o padre outros quatorze inocentes, por estarem enfermos e temer que morressem sem batismo. [...]

Na aldeia de São Tomé batizaram outra índia, estando já a morrer, e assim que quando o padre lhe falava, mostrava pouca vontade disto, parecendo-lhe que só se batizasse logo havia de morrer que lhes ensinava o demônio, porque como os padres agora não batizavam senão aos que estavam à morte, pareceu-lhe que em batizando-se logo havia de morrer. Mas outro dia visitando-a ele padre e dizendo-lhe que se não queria o inferno era necessário batizar-se, ela disse que o desejava muito, que o dia antes quando soltou algumas palavras foi porque não estava em seu entendimento e assim depois de bem instruída, a batizou o padre e assim daí a três dias foi gozar de seu criador e enterraram-na na porta da igreja com a solenidade que se costuma em nestas aldeias e ficaram todos admirados de vê-lo.

Carta do padre Inácio de Toloza ao padre geral da Companhia de Jesus em 07 de setembro de 1575. Biblioteca Nacional (Lisboa). Códice 4.532, f. 163v-164 e 165v.

7. AS DIFICULDADES DOS MISSIONÁRIOS

Nesse trecho da carta de Inácio de Toloza narraremos as situações que obstaculizaram o trabalho missionário e chegaram a colocar em risco a vida dos padres.

Estando as cousas desta maneira, vendo o demônio tão bons princípios na conversão daqueles gentios e que já começavam tirar-lhes as almas da boca, nas quase tanto anos senhoreavam, começou a levantar as tempestades acostumadas para impedir esta obra; usou de diversos meios. O primeiro foi logo, a princípio. Antes que o padre partisse para o rio Real,

foram seis índios com suas mulheres da Aldeia de Santo Antônio adiante dele, sem sua licença e alguns índios do Rio Real pouco afeiçoado à Igreja, mataram, comeram e tomaram suas mulheres por mancebas.

Isto urdia o demônio, para que se travasse guerra e desta maneira se impedisse a cristandade; mas o padre não supôs nada disto até estar no Rio Real, onde vendo as mulheres que pouco antes havia casado perguntou: “que é de vossos maridos?” Responderam chorando estas índias: “mataram”. Estavam ali alguns principais e disse o padre: “enfim que mataste seus filhos e os comestes e sabendo que eu vinha ensinar-lhes cousas da nossa salvação.”

Os que não tinham culpa, escusavam-se, mas o padre dissimulou o melhor que pode, dizendo que nem aquilo havia de ser bastante para deixa-os, tomou as mulheres aos índios que os tinham e do cuidado dela a um índio de Santo Antônio e desta maneira ficou o demônio frustrado em que desejava. Outro meio foi pelos próprios índios escravos daquela aldeia, por um deles começou a pregar que os nossos tinham por costume juntar os índios, fazer-lhe alegria e depois os cativá-los e entregá-los aos brancos. Outro escravo que fugiu dos brancos, foi-lhes dar as mesmas novas, dizendo que bem os haviam dito e que não se ficassem nos brancos e que havia já chegado um barco com artilharia para seu senhor, e o mandou que o ajudasse a atirar, mas eu quiz, disse ele, e assim breve vereis como dão em nós e serão todos presos e cativos. [...]

Deu logo conta disto ao padre a ao que os índios com as más novas estavam não com medo dos brancos, quais todos prontos em armas, e alguns moços discutiram depois que tinham isto determinado entre si que se os brancos viessem sobre eles, que se haviam de meter todos na Igreja e dizer-lhes: “não nos cativeis, porque já somos filhos de Deus e temos igreja”. Mas não era menor o medo que tinham os nossos especialmente de outros brancos, que estavam na companhia do padre, porque diziam estar

desapercebido, porque não sabemos o que há de acontecer; um deles fugiu aquela noite, com medo e foi dar rebate ao capitão que estava seis léguas dali dizendo que os índios estavam levantados e queriam matar os padres e como nestas novas comumente se acrescenta, logo nos vem recado desta cidade [de Salvador] que os padres seriam comidos e toda cidade estava alvoroçada com isto, mas em breve tempo se soube a verdade.

O padre como viu os índios com aqueles medos e enganados com mentiras, chamou os principais e disse-lhes: “esta fama aí, que nos quereis matar si isto é assim, seja esta noite, antes da manhã; isto é o que desejamos, para isso viemos”. E eles então descobriam a verdade: que aqueles escravos lhes haviam dado aquelas más novas, mas que não tinham propósito de fazer mal a ninguém que bem sabiam que eram mentiras e com isto se despediam do padre. Mas aquela noite foi muito trabalhosa para os índios, como para os brancos pelo medo que todos tinham da morte. [...]

O principal desta aldeia, chamado Pepita, disse a sua mulher: “se o padre fugiu, tomemos nossas redes e vamos com ele”. Outros vieram à noite ver se os padres estavam nas redes e quando os viram muito alegres. Outros diziam: “durmamos junto dos padres, se alguns os vierem matar morremos também com eles”. Também desta vez ficou o demônio burlado, porque os índios ficaram mais confirmados na paz, e entenderam que o que o padre pregava era verdade e o que os escravos diziam era mentira. [...]

Dissimulei o melhor que pude, dizendo que costumava sempre dar uma orelha aos padres, que eu havia de enviar prestes o padre Luiz da Grã para ajudar aquela cristandade e assim me informaria da verdade e assim foi, porque o padre depois que foi visitar aquelas partes me escreveu estas palavras. Todos certificam o contrário do que se escreveu do padre Gaspar Lourenço e assim pela bondade de Nosso Senhor nada aproveitaram os demônios as invenções que buscam para impedir a cristandade e em que

nunca cessa de buscar ardis, como aconteceu agora que escreveram os mesmos à câmara desta cidade [de Salvador] muitas cartas, dizendo que os padres eram impedimento, que os escravos não voltassem aos seus senhores e assim veio a câmara com todos seus oficiais a dar-me queixas deles, dizendo-me que os padres impediam as cousas do serviço de Deus, que pusesse remédio a isto. E deram a entender que dariam guerra aquela terra, e que ia pôr os padres em perigo de vida, mas claramente mostrei-lhes que aquele escrito era falso. [...]

Depois de haver o padre convertido a aldeia de São Tomé e a gente pacificar, passou a visitar as aldeias comarcãs onde há tanto tempo havia que o desejava. Passaram nestes caminhos grandes trabalhos, por ser por montanhas em terras muito fragosas. Passaram por algumas partes que as ervas os cortavam as pernas e não podiam andar calçados por haver muitas águas e atoleiros.

Acontecia-lhes ir mais de meia légua por um arroio que dava a água, as vezes do joelho, acrescentava-se a isto a falta de mantimentos, especialmente, que a quaresma os obrigava a jejuar. A comida não era mais que bananas e farinha molhada em água, pimenta e por fruta tinham alguns caranguejos que os índios traziam seis léguas dali.

Foi uma partida muito contra a vontade dos índios desta aldeia, e com grande sentimento, todos a uma boca diziam e pregavam pela aldeia: “vai o padre morrer, preparemo-nos para vingar a morte”. Isto diziam pelo temor que tinham de Surubi, mas o padre confiando na graça de Deus começou seu caminho sem querer levar ninguém da aldeia, senão só seu companheiro, o que foi maior espanto.

Carta do padre Inácio de Toloza ao padre geral da Companhia de Jesus em 07 de setembro de 1575. Biblioteca Nacional (Lisboa). Códice 4.532, f. 164-165.

8. GASPAR LOURENÇO NA ALDEIA DO CACIQUE SURUBI

Uma passagem importante da carta de Inácio de Toloza é a narrativa da ida do padre Gaspar Lourenço à aldeia do grande cacique Surubi, famoso pela sua bravura e resistência à dominação de seu povo aos desejos dos colonos portugueses.

Uma passagem importante da carta de Inácio de Toloza é a narrativa da ida do padre Gaspar Lourenço à aldeia do grande cacique Surubi, famoso pela sua bravura e resistência à dominação de seu povo aos desejos dos colonos portugueses.

A primeira aldeia onde entrou foi a do Surubi, que está a dez ou doze léguas de São Tomé por muito ruim caminho. Foram muito bem recebidos e apresentados na casa de Surubi e os padres estiveram um grande espaço de tempo em pé diante dele, que estava deitado em sua rede sem falar-lhes uma só palavra. E até que depois mandou que os dessem alguma coisa para comer e foram quatro espigas de milho. Parece que aguardava que o padre começasse a prática e os juntasse a todos que lhes desse razão de sua vinda, a que fez o padre. Depois, começou pela manhã a pregar-lhes as coisas de sua salvação; e como vinha a dar remédio às suas almas e acabou depois do meio-dia. Ficaram contentes e todos a uma voz, disseram que folgavam muito com sua vinda e que queriam igreja. E assim logo no outro dia começaram a cortar madeira para ela e os mais honrados eram os primeiros a carregá-la a trazê-la às costas até o mesmo Surubi e assim em breve tempo a acabaram, porque a cobertura era de palha que há muito por aquelas partes e é a da invocação do glorioso Santo Inácio.

Tinha naquela aldeia mais de mil almas. Enquanto não tinham a igreja, se os ensinavam a doutrina em a casa e acudiam a ela grandes e pequenos de muito grande vontade e como não tinham costume de ver brancos em suas aldeias estavam todos atônitos em vê-los, se fora coisa

vinda do céu e quando saiam de casa, todos como saiam as casas para vê-los grandes e alguns pequenos perguntavam se os padres eram gente com quem se podia conversar e habitar.

Para confirmar-se mais o Surubi nas pazes enviou um irmão seu com alguns índios a ver o governador e nossas Igrejas; foram bem recebidos e o governador os mandou dar de vestir e algumas ferramentas. Foram todos muito contentes, vendo o conceito que tinham os cristãos de nossas aldeias. Depois de deixar o padre quietos e animados os desta aldeia de São Tomé de que na minha; mas o padre consolou-os dizendo que também era necessário dar as boas novas do Evangelho às outras gentes. Ao segundo dia da jornada encontraram com uns principais, que os vinham esperar pelo caminho, abrindo-lhes os caminhos por onde haviam de passar, porque todos estavam cerrados com as árvores. Foi grande a alegria que tiveram em este encontro, assim os nossos, como os índios e logo repartiram com o padre o que traziam, com caridade e fizeram uma choça em que repousaram esta noite e depois foram a sua aldeia onde foram recebidos de toda gente com tão grandes mostras de amor, como se fora muito tempo que os conversaram; e ali esteve o padre alguns dias ensinando-lhes as cousas de sua salvação.

Daí passou a outras aldeias; em algumas foi muito bem recebido, em outras não os faziam bom rosto, temendo que os iam juntar para seu mal e assim diziam porque estavam muito escandalizados dos tempos passados, em que os brancos os tinham feito grandes danos. Uns se queixavam que os haviam tomado suas mulheres, outros seus filhos; o padre respondia que ao passado não sabiam dar remédio, que também eles tinham morto muitos brancos, mas que se eles queriam ser cristãos e amigos dos brancos que tivessem por certo que não seriam agravados.

A primeira coisa que fazia ao entrar numa aldeia era ver se havia alguns enfermos em extrema necessidade, preparando-lhes o padre a virtu-

de do santo batismo e as penas do inferno, que estão guardadas para os não batizados, expurgando-os de seus feiticeiros; claramente respondiam, não queriam ser batizados, que não temiam o fogo do inferno. Então, tomou o padre um tição e o pôs junto do enfermo, dizendo não temos que arder como este fogo? Mas nem isto bastou! Assim morreram. Parece que já ao demônio estavam entregues aquelas almas, mas o padre ficou com muita dor de ver sua perdição.

Carta do padre Inácio de Toloza ao padre geral da Companhia de Jesus em 07 de setembro de 1575. Biblioteca Nacional (Lisboa). Códice 4.532, f. 165-165v.

CAPÍTULO II

A Conquista de Sergipe d'El Rei (1589-1590)

CAPÍTULO II

A Conquista de Sergipe d'El Rei (1589-1590)

A ação violenta do governador-geral do Brasil Luís de Brito contra os missionários jesuítas e tribos locais levou ao malogro da catequese. Em resposta, os indígenas assassinaram portugueses, afrontando o poderio dos colonizadores. Enquanto isso, o litoral próximo ao rio de São Francisco era frequentado por franceses continuavam a manter estreitos laços com as tribos litorâneas.

A conquista do território de Sergipe ainda não era prioridade para as altas autoridades durante a década de 1580. O foco principal eram a conquista da Paraíba. Essa situação se alteraria substancialmente nos últimos meses do ano de 1589, com a chamada “Guerra de Sergipe”.

O problema da colonização do território sergipano foi decidido pela estratégia de conquista mais violenta possível. Em Salvador, o governador interino Cristóvão de Barros reuniu uma considerável força militar, composta de brancos portugueses, mamelucos e muito indígenas, com o intuito de aplicar a chamada “guerra justa” contra os indígenas de Sergipe.

Os soldados “voluntários” que atuaram na matança dos indígenas sergipanos receberam como prêmio pelos serviços prestados à coroa portuguesa numerosas porções de terras que foram destinadas à criação de gado e produção agrícola. Eram as chamadas sesmarias. Assim, começava a história da concentração fundiária em Sergipe

Durante a conquista de Sergipe tivemos milhares de nativos assassinados. Os demais que escaparam da morte foram escravizados, evadiram para os sertões da Capitania ou mesmo se submeteram ao jugo dos conquistadores.

Questões norteadoras:

1. Como Sacchino explica o fracasso da missão jesuíta em Sergipe? (texto 09)
2. As promessas dos caciques sergipanos foram cumpridas? Justifique. (texto 10)
3. Como se deu a conquista de Sergipe, segundo Ilma Fontes? (texto 11)
4. Quais os interesses em torno da Conquista de Sergipe? Explique-os (texto 12)
5. Como o cronista Frei Vicente Salvador caracterizou a Conquista de Sergipe? (texto 13)
6. Como se deu a resistência indígena durante a Conquista de Sergipe? (texto 14)
7. Discorra sobre a atuação de Cristóvão de Barros nas diferentes partes da América portuguesa. (texto 15)
8. Com base nos textos citados neste capítulo, podemos afirmar que a Conquista de Sergipe foi baseada no princípio da “guerra justa” por parte dos colonos portugueses e na guerra tradicional por parte dos indígenas? Justifique sua resposta.

9. O FRACASSO DA MISSÃO JESUÍTA (1576)

O relato abaixo foi escrito pelo padre R. P. Francesco Sacchino (1570-1625), publicada inicialmente em latim pela gráfica Filios Martini Nutij, da Antuérpia, em 1620, com o título “*Historiae Societatis Iesu*”. Teve cinco volumes. Utilizamos a edição elaborada pelo maranhense Antônio Henriques Leal como base para discutir a missão jesuíta de 1575-1575. O relato abaixo é iniciado com a data de 1576.

Arruinaram-se totalmente os trabalhos do Rio Real. O governador Luís de Brito veio com tropas para bater os índios do Aperipê e ao aproximar-se da aldeia de Santo Inácio fogem seus habitantes. Ele considera a fuga quebra de paz, persegue-os. Surubi morre e os outros entregam-se. Cativa a todos e os encurrala na igreja de São Tomé como em um cárcere. Os soldados assolam tudo quanto encontram, e o governador arrebanha quantos achou e os arrasta para a Bahia; de modo que o resultado de tantas esperanças foi o cativo de mil e duzentos transportados para a Bahia “que Deus com a morte se serviu libertar dentro do ano de cativo”.

Outro tanto praticava D. Antônio de Salema no Rio de Janeiro, levando a guerra a Cabo Frio, mas no meio dela intervieram os padres que os acomodaram. Diz o autor que esta guerra era movida por interesse, por isso que lançavam mão dos índios e os escravizavam a despeito das exortações e reclamações dos padres. Por aqui é lícito afirmar que a porta que o autor julgava aberta não era a do Evangelho. Ia achar, porém, a liberdade destes míseros novo apoio em D. Antônio Barreiros, trigésimo bispo da Bahia, que ali aportou este ano [1576].

SACCHINO, Francesco. *Historiae Societatis Jesu*. In: LEAL, Antonio Henrique. **Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil**. Tomo II. Lisboa: Castro Irmão, 1874. p. 153-154.

10. OS CACIQUES SERGIPANOS EM GUERRA

O texto a seguir é uma adaptação de um roteiro cinematográfico, intitulado “A fúria da raça”, escrito em 1987 pela jornalista, psiquiatra e produtora cultural sergipana Ilma Fontes (1947-2021). O filme não chegou a ser feito, porém o texto foi publicado como obra de ficção, baseado em pesquisas históricas e antropológicas. O trecho que trazemos é um diálogo imaginado entre os principais caciques sergipanos e se acha na cena 117 da obra.

No Carbé (centro do terreiro) os caciques reunidos, Serigi com uma varinha na mão, riscando o chão (à moda dos padres), delimitando as áreas. No círculo central: Aperipê, Siriri, Japarutuba, Baepeba, Pacatuba e Pindaíba. Mais atrás vários outros caciques (15), (existiam então 28 aldeias tupinambás).

Serigi: toda a terra da nação tupinambá com nossas famílias do mar à caatinga será vigiada noite e dia. Do Rio Sergipe ao Irapiranga estaremos de atalaia⁷. Do Sergipe ao Siriri, Siriri (olha para ele). Daí até o Poxim do Norte, Japarutuba. Do Poxim do Norte ao Grande Rio Opara⁸ e até a Serra da Tabanga ao Riacho do Tamanduá com a Ilha de São Pedro, Pindaíba. De outro lado do Ipiranga, Baepeba vigia. O que acontecer na Tabanga, do Rio Real ao grande rio Opara se deve saber. Os jovens aos quatorze anos já devem estar preparados para a guerra. Vivemos para a guerra, para que esta terra não tenha outros donos senão os que aqui estão.

Japarutuba: Grande Chefe, a minha terra e a do meu irmão (aponta Pacatuba) só terá um dono depois de nós se for nosso parente. Nem margaiá (outros índios) nem peroangaipá (portugueses) mandará depois de nós.

Serigi: Os espíritos dos nossos mortos mandam que vivamos para a guerra, para que esta terra não mude de língua.

Aperipê: Erima, Erima, tupinambá, outra língua esta terra não terá!

⁷ Entendo no sentido antigo do termo que equivale à vigília.

⁸ Era o nome antigo que os indígenas davam ao Rio de São Francisco.

Caciques (em coro): Erima, erima, tupinambá, outra língua esta terra não terá.

FONTES, Ilma. **A fúria da raça**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 163-164.

11. OS EMBATES ENTRE NATIVOS E COLONIZADORES

Novamente utilizaremos o roteiro cinematográfico “A fúria da raça” da recentemente falecida Ilma Fontes. Aqui temos uma contextualização sobre a situação que resultou no processo de “guerra justa” que levou à matança dos indígenas pela força militar comandada por Cristóvão de Barros e a efetiva conquista do território sergipano que finalmente era integrado à colonização portuguesa de forma concreta.

O cacique Serigi se junta a Aperipê e tramam uma vingança contra os padres, que julgam responsáveis pela chacina induzidos por um mameluco criado na casa Garcia e encarregado de dizer aos índios que os padres vieram para ajuntá-los e facilitar o trabalho dos soldados. Uma comissão indígena vai à sede do Governo pedir a volta dos padres, e Luís de Brito reúne o Conselho para decidir se envia ou não uma 2ª missão. A essa reunião está presente Cristóvão de Barros que vota contra a 2ª missão, intuindo a vingança Tupinambá. Voto vencido, a 2ª missão chega acompanhada de cento e cinquenta soldados e, após uma festiva recepção, são todos mortos e devorados pela gente de Serigi e Aperipê. Cristóvão de Barros, que teve seu pai canibalizado junto a toda a comitiva do primeiro Bispo (Frei Sardinha), odeia os nativos com sede de extermínio, e conclama o Governo para uma intervenção enérgica. Mas de Pernambuco vem o pedido da presença das forças armadas para combater a nação Potiguar que, sediada na Paraíba, ameaça o progresso pernambucano. As razões econômicas dali prevalecem e a conquista de Sergipe é preterida pela da

Paraíba.

Para Sergipe são enviadas duas expedições para o garimpo de pedras preciosas no Rio das Contas e São Francisco (Opara), sendo que neste há a necessidade de construção de uma embarcação, que se realiza com a ajuda do cacique Porquinho e sua gente (Caetés). Nesse meio tempo muda o governo, sendo Luís de Brito substituído por Lourenço Veiga que logo requisita a presença do comandante da expedição ao Rio São Francisco, Sebastião Álvares, para prestar contas à Fazenda d'El Rey. Sebastião vai à Bahia e quando retorna não encontra nem o barco nem seus ajudantes brancos e índios. Havia deixado Diogo de Castro no comando e este, percebendo a aproximação de caçadores de escravos que vêm de Pernambuco, chefiados por Francisco Caldas e Gaspar Dias de Ataíde, ajunta os aldeões de Porquinho e desce o São Francisco com o barco construído.

Ajudando a tropa de Pernambuco, vem o cacique Braço de Peixe com 200 flecheiros tabajares. Já tendo aprisionado 7.000 caetés, Braço de Peixe percebe a intenção dos comandantes de também aprisioná-lo com seus flecheiros assim que cheguem ao mar. Pede reforços ao cacique Assento de Pássaro e na noite de véspera do embarque ataca os portugueses, libera os prisioneiros e canibaliza toda a tropa, partindo em seguida para a Paraíba, onde se ajuntará aos antigos inimigos Potiguares.

Em 1589, Cristóvão de Barros, imbuído do cargo de provedor-mor da Fazenda, recebe subsídios do Rei Felipe II (Portugal havia caído sob o domínio espanhol) e invade Sergipe com um exército de 5.000 soldados, armados de canhões. Destrói a aldeia Baepeba na Batalha do Natal e, na entrada do ano de 1590, elimina Aperipê, marchando em seguida contra a aldeia de Serigi. Mata o cacique Siriri, que vem dar reforços ao grande-chefe e, aprisionando Serigi, logo consegue a rendição dos caciques Pacatuba, Japaratuba e Pindaíba, tornando-se senhor das terras que vão desde a ermida de Santo Antônio do Aracaju até o riacho Tamanduá. Retornando à

Bahia, Cristóvão é surpreendido pela presença de Rodrigo Sora ocupando seu cargo no Governo. Por isso, parte para Portugal levando seu agravo, deixando a Capitania de Sergipe mais uma vez entregue ao desgoverno. [...]

A presença dos franceses em visita a Serigi demonstra a relação de trocas comerciais e afetivas, trazendo nos porões de suas caravelas instrumentos agrícolas, facas, facões, tecidos de seda e algodão - presentes do agrado dos índios, e levando grandes carregamentos de Pau-Brasil, algodão e pimenta da terra. Nos tempos de comércio, os franceses pousam sem reservas na aldeia Serigi, acontecendo relações amorosas entre as índias e os marujos franceses⁹.

FONTES, Ilma. **A fúria da raça**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 12-14.

12. OS INTERESSES EM JOGO NA CONQUISTA DE SERGIPE

A professora Lilian da Fonseca Salomão expõe de forma clara as motivações que levaram à Conquista de Sergipe.

Sem dúvida, o que interessava aos baianos, naquela época, era a obtenção de mão-de-obra. O governador-geral era o primeiro a dificultar o trabalho dos jesuítas, já que frequentemente combatia os indígenas, fosse para procurar braços para a agricultura, fosse para castigá-los, indiscriminadamente, pelo apoio que alguns davam aos franceses.

⁹ É importante acentuar que muitas das relações amorosas entre europeus e ameríndios eram na realidade abusos sexuais. Como bem acentua SMITH (2014), as questões de opressão por colonização, raça ou gênero não podem ser analisadas de modo separado, pois “já que os corpos dos índios são ‘sujos’, são considerados sexualmente violáveis e “estupráveis”, e o estupro de corpos considerados inerentemente impuros ou sujos simplesmente não conta” (p. 199). A pesquisadora Sueli Carneiro (1995, p. 546) denominou esse processo de “estupro colonial”.

A pacificação do gentio pelas missões só poderia ser realizada a longo prazo. Considerando-se a premência da solução dos problemas já apontados, mas também a falta de mão-de-obra e a necessidade de ocupar novas terras, o governador Cristóvão de Barros organizou e comandou a conquista de Sergipe, sob a forma de campanha militar. Era a “guerra justa”, ordenada e custeada pela Coroa, segundo Frei Vicente do Salvador, que declara, ainda, que se esperava “trazer muitos escravos”. Por esta razão, segundo o mesmo cronista, os colonos de Pernambuco se juntaram aos da Bahia naquela campanha.

Logo que os colonos se consideraram vitoriosos, o governador distribuiu os cativos (4.000, segundo Frei Vicente de Salvador) e as terras, que, em seguida, foram ocupadas pelos rebanhos destinados aos engenhos e aos açougues da Bahia e de Pernambuco. Domínios muito amplos se constituíram imediatamente e a Casa da Torre (dinastia fundada por Garcia d’Ávila, almoxarife do rei, chegado ao Brasil com o primeiro governador-geral) obteve territórios que, segundo Capistrano de Abreu, eram mais vastos que certos grandes reinos.

A luta contra os aborígenes não estava terminada. Já afastados do litoral, sua perseguição continuou, com os objetivos de capturar os fugitivos e de ocupar os espaços do interior, sobretudo os vales dos rios. Concentrados nos rios São Francisco, Piranhas, Jaguaribe e Parnaíba, os Cariris foram os que mais resistiram. A guerra só terminou no início do século XVIII, época em que a pecuária ganhou novo impulso.

SALOMÃO, Lilian da Fonseca. A lenta penetração portuguesa no Brasil. O caso de Sergipe d’El Rey, território marginal. *In: Cadernos UFS: História*, São Cristóvão-SE, v.2, n.3, p. 108, 1996.

13. A GUERRA DE CONQUISTA DE SERGIPE

“História do Brasil, 1500-1627” é uma obra clássica escrita no século XVII pelo Frei Vicente Salvador (1564-1635?). Nesse livro temos crônicas acerca dos primeiros séculos de colonização portuguesa na América. Sergipe ocupa três capítulos. Trazemos, quase na íntegra, o capítulo sobre a guerra da conquista de Sergipe (XX) pela riqueza de detalhes acerca desse acontecimento histórico.

Muito estimou Cristóvão de Barros entrar no governo do Brasil para poder ir vingar assim a traição que o gentio de Sergipe fez aos homens da Bahia, de que tratamos no capítulo dezessete deste livro, como a morte de seu pai Antônio Cardoso de Barros, que ali mataram e comeram indo para o Reino com o primeiro bispo desta Bahia, como tenho contado no capítulo terceiro do terceiro livro, e assim apelidou por isso muitos homens desta terra e alguns de Pernambuco, e uns e outros o acompanharam com muita vontade, porque, sendo guerra tão justa, dada com licença de El-Rei, esperaram trazer muitos escravos.

Fez capitão da vanguarda a Antônio Fernandes e da retaguarda a Sebastião de Faria e, determinando ir ao longo do mar, mandou primeiro pelo sertão Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues, seu irmão, com cento e cinquenta homens brancos e mamelucos e mil índios, para que levassem todos os tapuias que de caminho pudessem em sua ajuda, como de feito levaram perto de três mil flecheiros. E assim, vendo-se com tanta gente, sem esperar por Cristóvão de Barros cometeram as aldeias dos inimigos que tinham por aquela parte do sertão, os quais foram fugindo até se ajuntarem todos e fazerem um corpo com que lhe resistiram e puseram em cerco muito estreito, donde mandaram quatro índios dar conta a Cristóvão de Barros do perigo em que estavam. Com que mandou apertar mais o passo e chegando a um alto viram um fumo, a que mandou Amador de Aguiar com alguns homens e trouxeram quatro espias que tomaram aos inimigos,

dos quais guiados os nossos chegaram aos cercados véspera da véspera do Natal, às duas horas depois do meio-dia, os quais vistos pelos contrários fugiram logo e levantaram o cerco, mas não tanto a seu salvo que lhes não matassem seiscentos e eles a nós seis.

Dali desceram à cerca de Baepeba, que era o rei e príncipe de todo este gentio, e tinha juntas das suas mais duas cercas, nas quais todas haveria vinte mil almas. Os nossos fizeram suas trincheiras e lhes tomaram a água que bebiam, sobre que houve mortos e feridos de parte a parte, mas da sua mais.

Também lhes abalroaram o lanço de uma cerca que eles logo refizeram e por onde estava Sebastião de Faria abalroaram outra, da qual saíram e nos mataram um homem e feriram muitos, mas os nossos os fizeram retirar, matando-lhes trezentos.

Finalmente determinou o Baepeba concluir o negócio e para este efeito mandou avisar os das outras cercas que saíssem contra os nossos para ele também sair e colhendo-os em meio os matarem, o qual aviso levaram três índios aventureiros por meio do nosso arraial, porque não tinham outro caminho, às quatro horas da tarde, sem que lhe pudessem impedir mais que um deles que mataram.

Ouvido pois o mandamento, se saíram das cercas e o nosso general lhes saiu só com os de cavalo, que eram sessenta homens, e os pôs em fuga, não consentindo que os nossos os seguissem, como queriam, porque os da cerca principal do Baepeba não lhes dessem nas costas, donde à noite do Ano Bom¹⁰ de 1590, vendo-se sem os das outras cercas e sem a água, começaram também a fugir, indo os mais valentes diante despedindo nuvens de flechas, com que forçaram os nossos que por aquela parte estavam não só a dar-lhes caminho, mas ainda a lhes irem fugindo; porém o general, atravessando-se-lhes diante, a brados e com o conto da lança os

10 Entenda ano novo, ou seja, 31 de dezembro de 1589.

fez parar e voltar aos inimigos até os fazer tornar a cerca, onde, entrando os nossos após eles, lhes mataram mil e seiscentos e cativaram quatro mil. Alcançada a vitória e curados os feridos, armou Cristóvão de Barros alguns cavaleiros, como fazem em África, por provisões de El-Rei que para isso tinha, e fez repartição dos cativos e das terras, ficando-lhe de uma coisa e outra muito boa porção, com que fez ali uma grande fazenda de currais de gado, e outros a seu exemplo fizeram o mesmo, com que veio a crescer tanto pela bondade dos pastos que dali se provêm de bois e engenhos da Bahia e Pernambuco e os açougues de carne.

Está Sergipe na altura de onze graus e dois terços, por cuja barra com os batéis diante costumavam entrar os franceses com naus de mais de cem toneladas e vinham acabar de carregar da barra para fora, por ela não ter mais de três braças de baixa-mar. E assim ficou Cristóvão de Barros não só castigando os homicidas de seu pai, mas tirando esta colheita aos franceses que ali iam carregar suas naus de pau-brasil, algodão e pimenta da terra, e sobretudo franqueando o caminho de Pernambuco e mais capitanias do Norte para esta Bahia e daqui para elas, que dantes ninguém caminhava por terra que o não matassem e comessem os gentios. E o mesmo faziam aos navegantes, porque ali começa a enseada de Vaza-barris, onde se perdem muitos navios por causa dos recifes que lançam muito ao mar e os que escapavam do naufrágio não escapavam de suas mãos e dentes. Donde hoje se caminha por terra com muita facilidade e segurança, e vêm e vão cada dia com suas apelações e o mais que lhes importa, sem esperarem seis meses para monção, como dantes faziam, que muitas vezes se tinha primeiro resposta de Portugal que daqui ou de Pernambuco.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil – 1500-1627**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p. 301-303.

14. A RESISTÊNCIA INDÍGENA E A CONQUISTA DE SERGIPE

O texto abaixo é um manuscrito inédito do escritor são-cristovense Manuel dos Passos Oliveira Teles (1859-1935) que localizamos em nossas pesquisas na Bahia. Esse texto aborda a conquista militar e seus efeitos a curto prazo.

Engrossaram-se as fileiras de Cristóvão de Barros e só marcharam escoteiros os que unicamente contribuiram com sua pessoa. Todos ajudaram a tomar a terra, com sua pessoa, armas, escravos e cavalos. Os ricos e abastados fizeram, senão todas, pelo menos grande parte das despesas da guerra, concorrendo com bagagem e dinheiro; e estes sacrifícios ou obrigações foram largamente remunerados pelos primeiros governadores com a concessão de extensas dadas de terra [sesmarias]. Como algumas vezes acontece que a vizinhança ou iminência de um perigo, por circunstâncias inesperadas e opostas, desperta súbito nas que procuram demovê-lo impetuoso ardor que tempera o susto que lhes toma a alma, essa luta com os franceses e com o gentio teve o poder de disfarçar o medo dos aventureiros por um admirável irrompimento do entusiasmo.

Cristóvão de Barros confia a vanguarda das tropas a Antônio Fernandes e a retaguarda a Sebastião de Faria, expedindo suas forças por mar e com elas embarcando, e por terra, cujo comando confiou a André Rodrigues e Rodrigo Martins. Compunham-se as forças de terra de mil índios e cento e cinquenta moradores, entre brancos e mamelucos, tendo aqueles capitães ordem do general para engrossarem as fileiras pelo engajamento e aquisição de índios, ordem que foi prudentemente executada com resultados satisfatórios.

A marcha foi dura e penosa. Atravessaram sertões ínvios, abrindo picadas, assentando pontes, vadeando rios e lagoas, sujeitas às intempéries e dos assaltos das feras. E assim foram abrindo caminho até à passagem em que Boipeba, outro valente chefe ou morubixaba, apresentou-se-lhes a

sustar a marcha. O conflito foi brutal e o perigo foi grave. Os índios abriram algumas brechas e claras nas linhas portuguesas, mas foram batidas graças aos prontos e rápidos auxílios de Cristóvão de Barro, e fugiram com perda considerável. Entretanto, o insucesso não intimida Boipeba. Reúne alguns milhares de índios (Varnhagem diz que os calculou chegar a uns vinte mil flecheiros), e vai esperar os conquistadores em uma várzea do Vaza-barris, perto do litoral, onde levanta três entrincheiramentos.

Todavia não foi mais feliz o morubixaba, a despeito da sua grande ala de exército, e as forças portuguesas sucumbiriam ao número se faltasse-lhes a perícia do general. Destroçaram Boipeba em diferentes encontros, e o foram sitiando a pouco e pouco até que o cacique apertado mais e mais pelas angústias do cerco, a ponto de já não ter água para desalterar a si e a suas tropas, e acossado pelo desespero se dispôs a abrir caminho entre as forças portuguesas custasse o que custasse, ferindo-se então batalha decisiva em que foi o cacique completamente devastado. Juntaram os campos milhares de índios mortos, ficaram cativos uns quatro mil, e grande número internaram-se pelo sertão. Ignora-se o fim de Boipeba, cujo nome não aparecerá mais no seguimento desta narração.

Pouco a pouco foi sendo batidos e destroçados os outros morubixabas, Muribeca, Pindaíba, Pacatuba e Japarutuba – com quem Cristóvão de Barros firmou pazes. Com a submissão dos índios não acabou, entretanto, a luta que continuou renhida. Expulsar os franceses, empresa temerária e arriscadíssima, foi muito mais rápida do que se poderia esperar dos homens açoitados pelas intempéries e já quase exaustos. Tal era a impaciência e a ânsia de exterminarem os franceses que todos os estouvamentos foram resignadamente superados.

Os encontros sucediam-se quase sempre com desvantagem para os portugueses. Os índios apareciam ainda ao lado dos franceses, vibrando com armas de fogo, abrindo brechas nas fileiras dos pobres aventureiros.

Os candeais e tabuleiros de Itabaiana foram teatro de duas batalhas, na primeira das quais, que teve lugar junto a um dos três picos (Serra do Sobrado) ficaram estendidos cento e cinquenta portugueses, de cujas armas serviram-se os franceses para os índios, a quem haviam ensinado, o artifício do fogo, seguindo o testemunho de Brás de Abreu, um dos companheiros do general, que três anos depois, quase tomado o país, em uma segunda batalha, recebeu muitas flechadas e pelouradas¹¹.

Mas, no fim de contas, as melhores posições estratégicas cederam, não nos sendo possível pela escassez de documentos narrar circunstanciadamente o desenlace da luta que teve lugar pelas armas de 1593 a 1596, no governo de Tomé da Rocha e Diogo de Quadros. O certo é que Cristóvão de Barros vibrou com o golpe mortal sobre os franceses, que de então em diante foram enfraquecendo e os índios seus aliados, espavoridos, abandonaram suas fileiras. Em breve viram-se os franceses reduzidos aos seus próprios recursos. Cristóvão de Barros tira das suas vitórias o partido que nessas ocasiões pode ditar as leis da guerra e lança os fundamentos da povoação destinada a ser sede do seu governo, a qual deu o nome de São Cristóvão.

TELES, Oliveira. Christophaneida (1892) - Introdução à História de Sergipe (manuscrito). Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Arquivo Teodoro Sampaio, Cx. 04, doc. 07.

15. UMA PEQUENA BIOGRAFIA DO CONQUISTADOR DE SERGIPE

O texto abaixo é o verbete de Cristóvão de Barros, levantado por Elysio de Oliveira Belchior (1923-2011) numa obra acerca dos primeiros colonizadores do Rio de Janeiro.

¹¹ Seria uma espécie de bala de pedra, ou seja, uma pedrada.

Cristovão de Barros, “homem sagaz e prudente e bem afortunado em as guerras (Fr. Vicente Salvador), depois de exercer o governo do Rio de Janeiro, passou-se para a Bahia, nomeado provedor-mor da Fazenda Real. Em 1578, já desempenhava tal cargo. Não abandonou, todavia, a produção do açúcar, tornando-se dono do engenho localizado na enseada de Jacareacanga, outrora propriedade de seu pai Antônio Cardoso de Barros, antigo donatário da Capitania do Ceará, morto e devorado pelos Caetés em companhia do 1º Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha. Tão pouco deixou a vida de guerreiro, sustentando frequentes lutas contra o gentio do Nordeste, vencendo-os em vários combates. Não estava alheio a seus cometimentos o desejo de tomar vingança da cruel morte infligida ao pai pelos indígenas. Na peleja travada em potiipeba derrotou o famoso cacique Mbapeva (Boipeba), saindo na vanguarda de suas tropas, “só com os de cavalo, que eram sessenta homens”. Morreram no combate de primeiro de janeiro de 1590, mil e seiscentos indígenas, caindo prisioneiros outros 4.000. [...] Ainda em 1590, Cristóvão de Barros fundou a cidade de “São Cristóvão do Rio de Sergipe” [...]

Na verdade, quando provedor da Santa Casa da Misericórdia, de Salvador, ocupava o governo da Bahia, no ano de 1587, em junta da qual fazia parte, outrossim, o bispo D. Antônio Barreiros; o ouvidor-geral interino Martim Leitão, designado para ela, não tomou posse por ausente.

O governador Manuel Teles Barreto, a quem substituíam, falecera inesperadamente. Aos 21 de abril de 1587, Cristóvão de Barros achava-se no Recôncavo da Bahia, coletando esmolas para a Santa Casa, quando três navios ingleses chegaram a Salvador e iniciaram o bombardeio da cidade, tão forte que, “desanimados e cheios de medo, os moradores fugiram dela para os matos e posto que o bispo pôs guardas e capitães nas saídas que eram muitas porque não estava murada, para que detivessem os homens e deixassem sair as mulheres, muitos saíram entre elas de noite e alguns com

manto mulheril.

Ao troar das bombardas acudiu Cristóvão de Barros, fortificando a cidade, castigando alguns fugitivos “e para exemplo dos outros pôs um a vergonha no pelourinho metido no cesto com uma roca à cinta”. Equipou algumas embarcações com homens armados, e com eles repeliu os invasores. “Os corsários receberão perdas de muitos homens que lhe mataram e muitos aleijados e feridos indo-se bem necessitados de mantimentos “ – relatou Cristóvão de Barros a El-Rei, em carta de 26 de setembro de 1587. Na mesma missiva reclamava da falta de pólvora, como sempre clamara e pedira ao Soberano: “como se verá por muitas cartas minhas em que sempre a pedi sem nunca se enviar a esta terra salvo agora nestes navios que chegaram quinze dias primeiro que os ingleses viessem”. E endossava as queixas dos moradores da cidade que outrora governara: “Também a capitania do Rio de Janeiro clama por ela por não ter e os franceses tornarem de novo a buscar pau brasil ao Cabo Frio que é dezoito léguas do mesmo Rio de Janeiro donde agora foram deitados de o fazerem-se gentio pelo não haver na terra por eles como dantes fez-lhe uma cilada andando eles trazendo o do mato as costas o pau em que mataram cinco e cativaram um e com isto se levantaram as naos como Salvador Correia, capitão do dito Rio o deve escrever a Vossa Alteza, Nosso Senhor”.

Cristóvão de Barros terminou seus dias em Portugal. Era irmão de Francisco de Barros, herói das Índias. Casou-se com Isabel de Barros, que, relatou Maria de Góis perante o Santo Ofício, em 1587 foi encontrada em “feitiçarias” com Dona Mércia, esposa de Francisco de Araújo, no caminho da Vila Velha.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965. p. 79-81.

CAPÍTULO III

A Colonização e Buscas pelas Minas de Prata (século XVII)

CAPÍTULO III

A Colonização e Buscas pelas Minas de Prata (século XVII)

A colonização de Sergipe se deu de modo paulatino e baseada na ocupação de grandes latifúndios por sesmeiros que atuaram de modo direto ou indireto na conquista da capitania. Como bem disse o historiador Felisbelo Freire: o sergipano foi pastor antes de ser agricultor. Nas primeiras décadas de ocupação do território, duas atividades econômicas foram preponderantes: a criação de gado e a busca de metais preciosos.

A busca de pastos para o gado foi um dos motivos que levaram a Conquista de Sergipe e fomentaram a colonização do território. Senhores de terras, escravos e gados se sentiram estimulados a ocupar o território com suas famílias e posses. Houve casos do envio de homens aventureiros que se deslocaram para a Capitania de Sergipe estimulados pela esperança de explorar as riquezas naturais, expressos na presença de rios e matas adequadas à criação extensiva.

A outra atividade relevante desse período foram as buscas de metais preciosos, especialmente da prata e do salitre. Desde as andanças de Gabriel Soares de Souza (2010, p. 60) por Sergipe antes da Conquista que se suspeitava da existência de minas na região. Porém é com Belchior Dias Moreia (1540-1619) que as investigações mineralógicas tomam dimensões extraordinárias. Uma grande expedição oficial é montada sob o comando do governador-geral do Brasil e nada se achou de mineral valioso na Serra de Itabaiana. Mesmo assim, teremos a criação de lendas e durante quase todo o período colonial aventureiros, altas autoridades ou descendentes de Belchior Dias continuaram procurando prata da Serra de Itabaiana.

Questões norteadoras:

1. Apresente os motivos que levaram a criação da Capitania de Sergipe? (textos 16 e 18)
2. Quais as potencialidades econômicas da Capitania de Sergipe? (textos 17, 19 e 20)
3. Compare as justificativas dos colonos para obterem sesmarias. (textos 21, 22, 23 e 24)
4. Apresente duas circunstâncias ocorridas no governo do capitão-mor João Mendes que o texto faz alusão. (texto 25)
5. Como podemos compreender a expedição mineralógica de 1619, sob o ponto de vista prático? (texto 26)
6. A poesia de Alberto de Carvalho tem fundamento histórico? Justifique. (texto 27)
7. Quais as duas principais atividades econômicas da Capitania de Sergipe no primeiro século de colonização apresentadas nos textos e documentos deste capítulo?

16. FUNDAÇÃO E CONQUISTA DE SERGIPE

O texto abaixo é um subcapítulo da obra “Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640” do notável historiador português José Veríssimo Serrão (1925-2020). Nesse texto, temos os resultados esperados e realizados da conquista de Sergipe pouco tempo após sua integração ao império ultramarino português.

A conquista da terra de Sergipe fizera-se no ano de 1591, ao gentio da região que se tornara aguerrido pela amizade dos franceses ali instalados. Estes, na curiosa expressão do padre Jácome Monteiro, ergueram “uma arrochela”, ou forte bastião de defesa, com o apoio de 30 aldeias de índios que contavam 25.000 homens prontos a lutar contra os portugueses. Em 1594, o antigo ouvidor-geral António de Aguiar dava um parecer, em Lisboa, quanto à maneira, que lhe parecia mais vantajosa, de se abrir um caminho terrestre entre a Bahia e o Recife; o monarca queria realizar esse projeto, mas tendo em conta a prévia informação do magistrado. E este foi claro: convinha abrir aquela rota, a fim de permitir relações mais estreitas entre as duas capitanias e dar a Sergipe os meios de crescimento de que a terra amplamente carecia. Por tal motivo, convinha separar a nova capitania de Sergipe — criada anos antes pelo triunvirato governativo que antecederia a ida de D. Francisco de Sousa — e que englobava as terras do rio Real até o rio S. Francisco, num total de 20 léguas de costa marítima.

Aliás, a capitania fora já provida no capitão Tomé da Rocha, que ali se fixara com a família e os amigos, e que com dispêndio da sua própria fazenda se manteve até 1594. Sergipe representava, com efeito, a segurança das vias terrestres que deviam unir a Bahia ao rio S. Francisco, ao longo de cinquenta léguas; e a Coroa tinha de estimular o surto dessa região, não apenas por razões econômicas, mas também por imperativo de defesa contra os índios que eram ali hostis à presença dos moradores portugueses.

Para que a terra de Sergipe pudesse acompanhar o progresso das

outras capitanias – tal a opinião do licenciado Aguiar – impunha-se que Filipe II enviasse alguns oficiais da administração e operários para a construção de casas e centros urbanos. E deste modo, propunha que seguissem para Sergipe, com um salário compensador, dois pedreiros e igual número de carpinteiros e ferreiros, bem como um mestre de construção de engenhos de açúcar. Para segurança das gentes locais deveria a Corte ordenar ainda a fixação de trinta soldados.

Vivia ali, em 1592, um colono, de nome Garcia de Ávila, que dominava a região ao norte do rio Real, mas a sua presença não garantia a posse da terra, nem mesmo no que concerne à exploração agrícola, pois faltavam-lhe braços para o trabalho do campo. Os índios tinham fugido da zona da costa pelo receio de serem atacados por grupos de negros que haviam fugido da Bahia e que tomavam o caminho de Sergipe. Podia-se melhorar a situação dos moradores se a Coroa incumbisse Garcia de Ávila de construir uma vila no rio Real, tanto mais que era o próprio colono quem a desejava erguer à sua custa; “e fazendo-se esta vila fica mais povoada a terra que é semente da fazenda de Sua Majestade”.

De tal modo a capitania se desenvolveu que, no ano de 1601, ao serem arrendados os dízimos do Brasil, por seis anos, a Gabriel Ribeiro, já a despesa de Sergipe atingia 296.000 réis, sendo 196.000 para os encargos da administração e o restante para o clero local, não havendo despesas militares a assinalar. Sendo, no quadro das capitanias, a de menor rendimento, importa ter em conta que era, também, a mais jovem no conjunto das terras do Brasil. Mas com o século XVII o seu progresso foi notável.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 67-68.

17. A CAPITANIA DE SERGIPE LOGO APÓS A CONQUISTA

O trecho abaixo foi extraído da edição de um manuscrito denominado “Relação das Capitanias do Brasil”, escrito por um autor anônimo do início do século XVII, foi primeiramente publicado graças ao grande historiador Francisco Adolfo Varnhagem, em 1900. É um texto curto que apresenta breves informações acerca das capitanias da América portuguesa. É possível perceber o desenvolvimento da Capitania de Sergipe nos primeiros anos de criada.

Esta capitania fica no distrito da Bahia de Todos os Santos e pelos moradores dela foi conquistada e povoada. Está em onze graus da banda do Sul, e a terra é muito fértil, e de grandes várzeas pelo que há nela muitas criações de vacas, éguas, muitas mandiocas e pescarias e podem-se nela fazer muitos engenhos posto que até agora não há mais que dois começado. Terá cinquenta moradores, em seu distrito, e parecendo que ia em muito crescimento a fez capitania o governador D. Francisco de Sousa e lhe deu o capitão-mor e mais oficiais, com jurisdição de vila, separando-a da cidade da Bahia de que era aldeia, mas os moradores da dita cidade se opuseram a isso e corre sobre isso demanda.

A Capitania de Seregipe d’El Rey. Apud.: VARNHAGEM, Francisco Adolfo (ed.). *Relação das Capitanias do Brasil* (anônimo - século XVII). *In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 62, parte 1, p. 12, 1900.

18. SERGIPE D’EL REI E A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

Rodrigo Ricupero é um dos mais brilhantes historiadores brasileiros da atual geração. Na obra “A formação da elite colonial”, ele estuda os processos políticos, sociais e econômicos da conquista e colonização dos territórios da América portuguesa no começo da ocupação. O excerto aqui analisado está na terceira parte da obra, sob a designação “Terra, Trabalho e Poder”, no capítulo nono (O patrimônio fundiário II, último capítulo do livro).

Consolidado o domínio da capitania da Paraíba, o passo seguinte da expansão portuguesa foi a conquista da região conhecida posteriormente como Sergipe d’El-Rei, entre o Rio São Francisco e o norte do recôncavo da Bahia, que até o final da década de 1580 permanecia sob controle de tribos inimigas.

As primeiras tentativas de ocupação do território de Sergipe ocorreram ainda no governo de Luís de Brito de Almeida e tinham como principal responsável Garcia D’Ávila, porém acabaram limitando-se ao combate contra os índios inimigos. Estes, contudo, no final do governo de Manuel Teles Barreto, segundo Frei Vicente do Salvador, procuraram acertar um acordo de paz, sendo então enviada uma nova expedição que acabou sendo destruída pelos mesmos índios. A conquista de Sergipe propriamente dita, iniciou-se, então, como resposta ao que os colonos consideraram uma traição e foi dirigida por Cristóvão de Barros, provedor-mor que nesse momento participara da junta que governava interinamente o Estado do Brasil, devido ao falecimento do governador-geral.

Conquistada e povoada basicamente por moradores da Bahia, não se sabem os motivos que levaram a que a área fosse transformada em capitania independente. Diogo de Campos Moreno creditava tal iniciativa ao monarca, mas, em documento anônimo do início do século XVII, a medida era creditada ao governador-geral D. Francisco de Sousa, o que teria, inclusive, provocado uma demanda, sustentada pelos moradores de Salvador, contra tal separação.

De qualquer forma, os moradores viam a conquista da região como mais uma possibilidade de obtenção de escravos e de terras, então escassas no entorno de Salvador. Daí a facilidade com que Cristóvão de Barros conseguiu recrutar as tropas para a empresa, afinal, como nos conta frei Vicente do Salvador, “Apelidou por isso muitos homens desta terra (Bahia) e alguns de Pernambuco, e uns e outros o

acompanharam com muita vontade, porque, sendo guerra tão justa, dada com licença de El-Rei, esperavam trazer muitos escravos, não restando dúvidas sobre a legitimidade dos escravos capturados. Assim, não causa surpresa que os principais companheiros de Cristóvão de Barros fossem os senhores de engenho Sebastião de Faria, comandante da retaguarda da expedição, e Rodrigo Martins, que juntamente com seu irmão Álvaro Rodrigues, capitaneavam as tropas que seguiam pelo interior. [...]

A pecuária tornou-se a atividade dominante, consolidando o papel auxiliar desempenhado pela nova capitania [...]

As terras da capitania foram rapidamente repartidas pelos moradores da Bahia e alguns de Pernambuco também, numa verdadeira corrida envolvendo as principais personalidades da elite baiana que aproveitaram para aumentar suas propriedades fundiárias. Daí que dentre os sesmeiros da capitania se encontrassem o bispo D. Antônio Barreiros, diversos clérigos, os jesuítas, os beneditinos, vários funcionários da administração colonial, o alcaide-mor de Salvador Duarte Moniz Barreto, o famoso Garcia D'Ávila, o contratador dos dízimos Antônio Vaz, o desembargador Baltasar Ferraz, Antônio Cardoso de Barros e muitos outros.

Nem todas as terras distribuídas foram realmente aproveitadas, obrigando o governador-geral D. Francisco de Sousa a ameaçar por meio de um pregão em Salvador

tirar as terras dos que não as aproveitassem. De qualquer forma, Sergipe tornou-se uma grande área de pecuária com imensos latifúndios [...]

A expansão territorial pelas partes do Brasil, comandada pelos altos membros do Governo-geral e sustentada pelos grupos dominantes locais das capitanias primitivas, serviu, como nos casos da Paraíba e de Sergipe, para o reforço destes grupos, imediatamente, por meio do cativoiro de escravos e pela apropriação fundiária e, a médio prazo, por meio da ocupação dos principais cargos régios.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial - Brasil c. 1530 - c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 310-313.

19. SERGIPE D'EL REI EM 1612

O sargento-mor Diogo de Campos Moreno (1566-1617) é um dos mais importantes cronistas do período colonial. Sua obra “Livro que dá razão ao Estado do Brasil – 1612” é um estudo descritivo sobre as capitanias da América portuguesa, dentre as quais Sergipe que ele destina um capítulo específico e um belíssimo mapa. Utilizamos uma edição de 1955 e cotejamos com o manuscrito original para tirar as dúvidas em relação aos termos empregados. Foi preciso alguns ajustes para termos um texto mais adequado à leitura fluente, porém mantivemos o sentido do texto.

Passado o rio Real, toda a terra até o rio de São Francisco, que ocupa mais duas enseadas do Itapicuru e Vaza-barris, são da obrigação de Sergipe, que pela abundância de gados que produz e dos muitos povoadores que ali se juntaram, foi Sua Majestade servido de nomear capitania à parte, confirmando os juízes e vereadores, vigário e coadjutor que ali introduziu D. Francisco de Sousa, sendo governador-geral, e ao capitão se lhe deram cem mil réis de ordenado. Tem o rio Sergipe uma povoação de casas de taipa cobertas de palha, pequena, à qual chamam a cidade de São Cristóvão [...]

Toda esta terra é fértil de mantimentos de toda sorte. Fazem nela muitas madeiras de importância para embarcações e edifícios, as quais com muita facilidade podem-se trazer à Bahia para fábrica de galeões¹². Tem poucas águas para engenhos, contudo há canas plantadas e engenho começado.

Destas enseadas do Itapicuru e Vaza-barris fogem todos os navios como da morte, pela força com que as águas sempre chamam para terra

12 Era um navio que se distingue dos demais por ter quatro mastros, de alto bordo, armado em guerra, e, frequentemente, ser utilizado no transporte de cargas que possuíam alto valor na navegação oceânica entre os séculos XVI e XVIII.

a todo tempo, de sorte que com pouco que aponte a ser travessia, quem se acha das pontas para dentro, não podendo ganhar nada, de necessidade há de varar em terra, porque nem há lugar estar sobre amarra, que todo o fundo é sujo e logo se cortam e assim se têm perdido nesta paragem muitos navios.

Esta capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, para as quais vai todos os anos muito gado, assim para comer como para serviço. Criam-se nestes pastos muito boas éguas e bons cavalos, que dos do Brasil são os melhores.

Tem esta capitania mais de duzentos moradores brancos, separados uns dos outros a respeito das criações, para as quais são tão cobiçosos de ocupar terra que há morador que tem trinta léguas de sesmaria em diferentes partes. António Cardoso de Barros tem de sesmaria, desde o rio de Sergipe até o rio de São Francisco, por costa e pela terra adentro mais de oito léguas e outros muitos moradores desta maneira têm ocupado com quatro currais terra em que se podem acomodar muitas gentes. E sobre essas posses há grandes diferenças e não é possível comodamente fazer-se o que convém ao bem comum e serviço de Sua Majestade.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão ao Estado do Brasil - 1612**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 161-163.

20. AS GRANDEZAS DE SERGIPE D'EL REI NO COMEÇO DO SÉCULO XVII

A obra “Diálogos das grandezas do Brasil” era uma obra anônima de um escritor do século XVII. Hoje é atribuída autoria a Ambrósio Fernandes Brandão (1655-1618). O autor simula um diálogo entre dois amigos, Alviano e Brandônio. As informações acerca da Capitania de Sergipe são dadas por este último de modo bastante breve.

Segue-se logo a povoação e fortaleza de Sergipe del Rei, situada em 11 graus, coisa pequena, e só abundante de gado, que naquela parte se cria em grande cópia. É capitania de Sua Majestade, onde tem uma fortaleza e capitão com soldados, que defendem o porto de piratas, vedando-lhe o fazer das aguadas¹³ e prover-se do necessário, como costumavam fazer antes de ali haver fortaleza vizinha com a capitania da Bahia, cabeça de todo este Estado do Brasil.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 53.

21. SOFRIMENTOS E RETRIBUIÇÕES A UM COLONO

O excerto abaixo é um trecho de carta de sesmaria transcrita por Felisbelo Freire. Em virtude dos truncamentos do manuscrito que se baseou o citado autor, fizemos leves adaptações para que o texto fique mais inteligível.

Diz Brás de Abreu que ele veio, sendo governador Cristóvão de Barros, ajudar a tomar este Sergipe com suas armas, cavalos e escravos a sua custa em serviço de Sua Majestade e sempre o acompanhou-lhe em todos os rebates sempre esteve prestes donde recebeu muitas flechadas e pelouradas por estarem os franceses em companhia do dito gentio e lhe ensinavam o artifício de fogo¹⁴ por terem muitas espingardas que lhe ficaram de cento e cinquenta homens que tinham mortos havia três anos na Itabaiana nos três picos, ora queria os ditos franceses por mar e o gentio por terra a tomar a Bahia, se lhe não viera dar guerra o dito governador Cristóvão de Barros e ora matou muito gentio e ora foi sem quinhão como muitos foram se ele e até agora não pediu terra nenhuma de sesmaria e ora

¹³ Essa expressão significava provisão de água doce que se carrega nas embarcações. Nesse contexto, seria um lugar onde as embarcações paravam para abastecer de água potável.

¹⁴ Manusear armas de fogo.

está informado que correndo para o rio arriba de Sergipe e entre a dada¹⁵ de João dias Cardoso e seus filhos, e entre a dada de Antônio de Andrade caminha correndo para o rio Piauí¹⁶ arriba e poente até a tapera do Paranassu estão os sobejos e na mesma fronteira para o rio de Piauí com todas as enseadas mais uma légua em quadro para ele dito Brás de Abreu e Pedro Gonçalves Bigode pede a vossa mercê lhe faça mercê dos ditos sobejos e légua na forma que pede em sua petição com todas madeiras e fontes de água e pastos.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891. p. 418.

22. CARTA DE SESMARIA DE TOMÉ FERNANDES (1594)

Essa é a primeira carta de sesmaria de Sergipe registrada no livro de dadas da Capitania de Sergipe. Nesse documento vemos um dos soldados que colaborou na conquista de Sergipe solicitando terras em áreas de manguezais. Ele e sua família já eram moradores da capitania desde sua fundação. Infelizmente não se tem mais acesso ao manuscrito que Felisbello Freire transcreveu. Tivemos que adaptar esse texto quinhentista para poder ser lido de forma mais fluente, porém conservando seu conteúdo.

Saibam quantos esta carta de sesmaria deste dia para sempre virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1594, aos 23 de julho da dita era, nesta cidade de São Cristóvão, capitania de Sergipe, de que é capitão e governador o senhor Tomé da Rocha [...].

Diz Tomé Fernandes que ele veio ajudar a dar guerra em Sergipe,

15 Porção de terra que era destinada por uma autoridade a um indivíduo. Deve ser entendido como sinônimo de sesmaria.

16 Na transcrição feita por Felisbello Freire (1891, p. 418), temos a palavra “piragohi” que acreditamos se tratar de Piauí, uma das bacias hidrográficas mais importantes de Sergipe na região sul do Estado. Infelizmente, a citada certidão de carta de sesmarias não existe no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, onde estão mais de uma centena desse tipo de documento. Isso inviabiliza dirimir essa dúvida.

em companhia de Cristóvão de Barros, capitão geral das entradas, com suas armas e escravos a sua custa sem prêmio nenhum nem coisa alguma de El-Rei e depois da terra já ganhas neste serviço de sua Majestade gastou oito meses, o qual daí há um ano tendo notícias que vinham moradores a povoar, não quis ser dos derradeiros e não atendendo ao muito trabalho que passam nas terras novas veio sua casa movida trazendo consigo uma filha casada onde já nesta capitania há três anos mora ajudando a povoar assim na paz como na guerra.

Pede a vossa mercê, havendo respeito a ser dos primeiros e por seu ofício permanecer a terra com embarcações lhe dê de sesmaria na Cotinguiba para onde se acabam os mangues verdadeiros que chamam Corropoiba, três mil braças de terra pelo rio acima e para o sul quatro mil braças, a qual terra se medirão donde se acabam os ditos mangues que declara e para este assim e da maneira que corre o dito rio, ressaltando pontas enseadas com suas águas, madeiras e pastos.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891. p. 349-350.

23. SESMARIAS DOS PADRES DA COMPANHIA DE JESUS (1601)

Este excerto de carta de sesmaria, solicitada pelos religiosos da Ordem de Jesus nas áreas próximas ao atual agreste sergipano, é um valioso testemunho acerca da presença de religiosos nos sertões da Capitania de Sergipe promovendo a colonização. O manuscrito original não se encontra entre as outras cartas de sesmarias do livro de dadas. Tivemos que recorrer novamente a transcrição de Felisbello Freire (1891). Para melhor entendimento do texto, tivemos que fazer alguns ajustes sem, contudo, distorcer o conteúdo.

Diz o irmão Amaro Lopes, em nome do padre-reitor da Companhia de Jesus, que eles, há quatro anos (pouco mais ou menos) que estão

ajudando a povoar esta capitania, sustentado a passagem do Vaza-barris e vindo todos os anos a esta capitania ajudar o espiritual com muito trabalho.

Outrossim aqui são moradores da terra no que em tudo fazem muito serviço a Deus e a Sua Majestade porque ora eles suplicantes tem medo muito fábrica, assim de gentes como de gado e suas criações e a terra que lhe é dada não é capaz de sustentar a sua fábrica o mais que querem meter por quanto não servem mais que de pastos e ora junto a Serra de Cajaíba que podem ser oito léguas desta povoação está uma tapera que se chama Pixapoam, a qual se se povoar se fará muito serviço a Deus e a Sua Majestade e bem acrescenta muito a esta capitania por quanto é fronteira e segura esta capitania para que se possam alargar povoando suas terras que por medo deixam alguns de povoar e ora eles a querem povoar e por nela fábrica de gente e gado e cultivá-la para que tenham mantimentos para poderem se sustentar visto serem moradores.

Já pedem a Vossa Mercê lhe dê, em nome de Sua Majestade, por devoluta no primeiro vale que está antes da dita tapera para eles três léguas de terra, a qual se demarcará para o dito vale direito ao rio Vaza-barris e pelo rio acima tornando pelas fraldas da [Serra de] Itabaiana e Cajaíba para oeste de maneira que fique as ditas três léguas em quadro

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891. p. 373.

24. CARTA DE SESMARIA DE PEDRO HOMEM DA COSTA (1623)

Esse excerto de carta de sesmaria de Pedro Homem da Costa e Pedro Alves nos informa acerca dos possíveis fundadores da atual cidade de Estância. É mais outro documento que não temos o original e teremos que recorrer a transcrição de Felisbello Freire. Fizemos sutis modificações para melhor entendimento do texto.

Dizem Pedro Homem da Costa e Pedro Alves, ambos cunhados, moradores nesta capitania, que há muitos anos que nela são moradores com suas mulheres e filhos e nela em todas as ocasiões que se ofereceram do serviço se Sua Majestade se acharão com suas armas, cavalos e escravos e com muitos negros da terra¹⁷ e com toda a mais fábrica que tem e presumem e porque para seus gados e outras criações que tem não tem pastos nem matos para comerem e uns escravos fazerem roçarias de mantimentos e prantarem canas e algodão e pretenderem fazer engenhos e nos limites do rio Real da banda do norte está um ribeiro que vem do sertão e se mete no mar salgado de um braço ou estiro¹⁸ de mesmo rio Real, a qual ou braço se chama Piauí ou o que por nome for ou tiver donde há terras devolutas e por aproveitar razão de nelas haverem dadas a Diogo de Quadros três léguas que nunca povoou, salvo a parte onde João Dias Cardoso povoou.

Eles suplicante tem roçarias e algodões e agora querem fazer o dito engenho e cultivar as ditas terras e meterão gados nelas e suas criações de que pode resultar proveito a Fazenda de Sua Majestade.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891. p. 417.

25. A ESPERANÇA DAS MINAS DE PRATAS (1618)

Este Essa carta do capitão-mor de Sergipe João Mendes ao governador-geral do Brasil D. Luís de Souza é um testemunho valioso que está compilado no chamado “Livro 1º do Governo do Brasil”, que atualmente está no Itamaraty. Utilizamos a última versão transcrita desse código e a comparamos com os manuscritos originais.

17 A expressão significa índios. Era uma forma preconceituosa de se denominar os nativos, comparando-os a escravos para assim justificar a sua escravização.

18 Entenda prolongamento ou extensão.

A [carta] de Vossa Senhoria de 13 de dezembro, recebi estando no caminho para o rio [de São Francisco] em companhia de Cristóvão da Rocha e Belchior Dias Moreira, com quem tratei como Vossa Senhoria na sua carta me mandava, também vai e muito contente a receber as mercês e honras que Sua Majestade lhe faz por abrir as minas, o que tenho por grande sinal e certeza de ter minas como diz e assim também vai seu sobrinho Francisco Dias.

E estando eu a caminho e Cristóvão da Rocha para nos partirmos, me veio notícia do rio Real estarem lá três naos de inimigos, um patacho¹⁹ e uma lancha, que entraram no dito rio e tomaram muitos porcos e galinhas e roubaram o mais que havia na casa do morador onde deram e assim a limpam as cacimbas. Entendo que é necessidade d'água a que vou acudir com muita brevidade e assim as mais paragens onde o podem fazer nesta Capitania. Dizem que são franceses e assim avisarei ao capitão-mor da Bahia para que haja também vigia, e se se fizerem na bolra²⁰ do Norte avisarei com muita brevidade.

Aos mais não seja essa a razão para que se impeça a viagem, porque neste tempo não há que arrazoar que todas as noites tomam terra se querem haja vigia na embarcação de Vossa Senhoria, se não forem na bolra do norte não espere Vossa Senhoria por aviso meu.

É necessário cem pacabiras²¹ de farinha para jornada do salitre, por quanto no Rio a falta dela donde Cristóvão da Rocha pretendia prover-se. Eu me tenho oferecido ao dito assim para gente branca que o irá acompanhar como para tudo o mais e assim em tudo seguirei a ordem de Vossa Senhoria. Lima dará uma pedra da qual um ferreiro tirou aqui prata

19 Trata-se de um barco à vela de dois mastros, tendo na proa uma vela redonda, usado para transporte e reconhecimento de uma dada área.

20 Rodela no topo da haste da bandeira, ou seja, sinal.

21 Era um embrulho amarrado que se pode carregar, feito de umas folhas duras que nem se rompem, nem a água passa. Era um instrumento feito pelos indígenas por meio de uma folha de bananeira, cujo nome era a pacavira, de acordo com Antônio Geraldo da Cunha, em verbete de seu Dicionário etimológico da língua portuguesa (2010, p. 468).

²², mande Vossa Senhoria fazer ensaio se sinta bem porque desta não nos faltará muita como tenho por certeza.

Em vindo do Rio Real, vou esperar Vossa Senhoria ao rio de São Francisco com mais gente, que é Belchior Dias e seu sobrinho. Cristóvão da Rocha vai segunda-feira aprestar-se do mais que lhe falta para o Rio. Seja Vossa Senhoria servido prover-me de algumas armas, pólvora e balas, por quanto não tenho com que me defender dos inimigos.

Guarde Deus a Vossa Senhoria. São Cristóvão, hoje dia dos Reis (6 de janeiro). João Mendes.

SALVADOR, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (Eds.). **Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática/Ministério das Relações Exteriores, 2001. p. 240-241.

26. A EXPEDIÇÃO DAS MINAS DE PRATA DE ITABAIANA (1619)

Este documento dos manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa – Portugal) é o mais antigo do fundo sobre Sergipe. Temos a narração da expedição mineralógica à Serra de Itabaiana incentivada por Belchior Dias Moreia, um filho de Diogo Álvares, o Caramuru. Importantes autoridades coloniais vieram a Sergipe e nada encontraram, mas a partir daí se criou um imaginário de lendas e outras tentativas de localizar as famosas minas de prata. Fizemos a transcrição modernizada a partir do manuscrito. Temos a narração da expedição mineralógica à Serra de Itabaiana incentivada por Belchior Dias Moreia, um filho de Diogo Álvares, o Caramuru. Importantes autoridades coloniais vieram a Sergipe e nada encontraram, mas a partir daí se criou um imaginário de lendas e outras tentativas de localizar as famosas minas de prata. Fizemos a transcrição modernizada a partir do manuscrito.

²² O capitão-mor se refere a cidade de Lima, no Peru, pertencente ao império espanhol que nessa época era integrado ao império português, por meio da união dinástica, conhecida por União Ibérica (1580-1640). A referência é claramente as minas peruanas, como a de Potosí, famosas pela abundância que abastecia Madrid

Senhor,

Já pode ser que conforme muito que estes navios se detiveram, receba Vossa Majestade juntamente cartas em que avisava de minha partida a averiguar a certeza das minas de Belchior Dias Moreia e esta em que traço do sucesso delas, e assim chegaram juntos a esperança e desengano das invenções ou ignorâncias do seu autor porque ambas estas coisas se podem crer de seu modo e procedimento.

Escrevi a Vossa Majestade, em fim de abril passado, como em razão da carta porque Vossa Majestade fazia mercê a Belchior Dias de o tomar por fidalgo de sua casa e lhe dá a administração geral das minas que descobrindo-as e sendo do proveito que a afirmava, tomara na viagem de Pernambuco para esta cidade [de Salvador] o lugar da Alagoas, onde nos visamos, e depois de praticarmos e encarecer o homem a muita qualidade do serviço e a pouca mercê que em recompensa dele se lhe fazia, assentáramos por escrito que eu prosseguisse embora minha jornada, e dali há dois meses me [ausentaria] a Bahia para que viesse beneficiar as minas e ver por experiência o que prometia por lhe ser necessário este tempo para abrir caminhos e a prestar outras coisas. E, sem embargo, que sobre as instâncias que por meio do capitão de Sergipe e de Cristóvão da Rocha tinha feito com ele para me dar alguma pedra, as fiz então pessoalmente de novo muito apertadas o não pude persuadir dando o negócio por tão certo que não era necessário acrescentar experiências as que ele já fizera para conformar a verdade e riqueza das minas.

Celebrado este assento, partir-me da Alagoa e estando nesta cidade atendendo aos particulares do serviço de Vossa Majestade e entre algumas ocupações de importância, mandou aqui em fins de junho a um seu sobrinho Francisco Dias d'Ávila para me levar consigo e me acompanhar até a capitania de Sergipe onde devia estarem as minas e como o que eu alcançará de modo e prática de Belchior Dias quando nos viramos em Ala-

goas e a contumácia de negar a pedra a certa desconfiança a representei ao sobrinho duvidando a jornada de que ele não somente me assegurou por parte do tio, mas começou a publicar que sobrestando na ida dava causa a se não descobrirem as minas ou porque assim o cresse na realidade pelo que Belchior Dias lhe afirmava, segundo depois se viu ou porque o mesmo Belchior Dias ordenava que fizesse todas estas instâncias lhe parecendo que sendo o inverno tão entrado e o caminho muito trabalhoso e arriscado o não poderia cometer sem grande dificuldade e que assim ficaria por mim o negócio mostrando e ele que pois me chamaria satisfeito a sua obrigação.

Enfim, prestando-me o melhor que pude com gente, mineiros e todos os instrumentos e matérias necessárias, partir-me por terra em 17 de julho com grande invernada e infinitas desconmodidades; e vendo-me no Rio Real com Belchior Dias, passei dali a Sergipe dando com seu ouro na conformidade que tratáramos. Fui à Serra da Itabaiana, dez léguas ao sertão da Cidade [de São Cristóvão]. Chegados ali nos levou o dia seguinte a meia ladeira de um oiteiro semeado de seixos e pedras brancas pondo-nos sobre um socavão que disse ser a Mina São Pedro que prometera, o qual posto que à primeira vista tinha alguma aparência de mina em razão de uma pequena beta que cavando ao centro em pouca altura logo se perdia, todavia estava muito longe de ter as qualidades que a verdadeira mina requer.

Tirou-se do socavão uma pedra branca rija passada de alguns seios, que fazendo nela ensaios Fernão Gil, castelhano mineiro muito prático de trinta anos do Peru, que comigo levava, nem pôs o azougue nem pôs fogo deu metal algum. Respondendo da mesma maneira os ensaios que com um italiano fez também Belchior Dias, o qual vendo-se confuso começou a avexar e oferecer outra mina de grande rendimento no Rio Real onde em sua companhia o não dei ao capitão-mor Martim de Sá vindo-os esperar

de outra serra na cidade o qual chegaram depois de alguns dias. E ensaiadas as pedras que trouxeram foram como às de Itabaiana e não tiradas de minas porque eram soltas e espalhadas pela superfície da terra, de maneira que acabado de desenganar, e convencido Belchior Dias de sua ignorância e pouco fundamento com que entrara em negócio de tanta consideração, fiz o auto que com esta carta envio a Vossa Majestade para constar da verdade trazendo-o preso comigo a esta Bahia, onde fica e se tratará do caso como parecer que convém pagando em primeiro lugar sem falta alguma a Fazenda de Vossa Majestade todas as despesas da jornada por que ao menos lhe custe já isto sua doidice a que parece se deve mais atribuir o sucesso que a outra coisa o porquê de ir um homem velho e doente a este Reino gastar sua fazenda sem pedir a de Vossa Majestade e andar lá três ou quatro a anos em requerimentos fundados não as sei em que se possa inferir o contrário.

Os trabalhos da jornada, perigo e incomodidades que se passaram por terra e por mar foram grandes. E certo os dou todos por bem empregado a troco de alcançar o desengano destas quimeras ou sonhos de Belchior Dias de tantos anos em que Vossa Majestade não ficou menos servido que no efeito das minas, sendo verdadeiras atalhando durar mais tempo uma fábula que tão introduzida estava, espero que se ofereçam outras ocasiões do serviço de Vossa Majestade nas quais senão pode ser empregar-me com maior zelo confio que será com melhor sucesso. Deus guarde a católica pessoa de Vossa Majestade. Bahia, 15 de setembro de 1619.

Dom Luís de Souza

Carta do governador-geral do Brasil Luís de Souza ao Rei de Portugal D. Felipe II em 15 de setembro de 1619. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe -avulsos. Cx. 01, doc. 01.

27. A LENDA DAS MINAS DE PRATA EM VERSO

O escritor itabaiense Alberto de Carvalho (1932-2002) em Vão Livro (1996) nos oferece uma bela poesia acerca da lenda criada sobre o carneiro de ouro, que a tradição popular julgava haver na Serra de Itabaiana. Percebe-se claramente que o autor contextualiza a atuação de Belchior Dias Moreia, como o criador da quimera relacionada às minas de prata em Sergipe na primeira metade do século XVII, na poesia “Prata e Sonho”.

Belchior (o Moreia) sonha minas
de prata
Ouro, esmeraldas.
Espera títulos, documentos, forais.
Foi arrestado.
Restou a lenda do carneiro de ouro
Em certa serra.
Nasci entre lendas, sonhos, fastos
E um carneiro de nada.
Agora, entre metáforas, símbolos
E promessas
Arrepio-me entre o mundo vivo
E sem sonhos.
As lendas não são necessárias
A esperança, sim.
Escreva sem medalhas, títulos,
Condecorações
Não salvacionista ou qualquer ista
Digo e espero:
Até que o mundo arrebente
E o mundo sou eu.

CARVALHO, Alberto de. **Vão livro** (poemas, contos, ensaios, palestras). Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado da Cultura, 1996. p. 50.

CAPÍTULO IV

Dominação Holandesa

(1637 - 1645)

CAPÍTULO IV

Dominação Holandesa (1637 - 1645)

Na primeira metade do século XVII as conquistas da parte norte da América portuguesa foram ocupadas pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. Após uma tentativa de dominar Salvador, capital administrativa, os holandeses tomaram Pernambuco e estenderam suas possessões do Maranhão até Sergipe.

A conquista holandesa ocorreu sob a administração do Conde Maurício de Nassau em 1637. Naquele momento as tropas luso-brasílicas estavam em retirada e decidiram, sob o comando do Conde Bagnuolo, adotar a tática de terra arrasada e a cidade de São Cristóvão foi incendiada e os rebanhos trasladados para a Bahia.

Quando as tropas de Sigmund Von Schkoppe adentraram em Sergipe viram um quadro desolador. Mesmo assim, os holandeses buscaram extrair o gado, buscar prata e fortificar o rio São Francisco para posterior tomada de Salvador. Todavia, o que se viu posteriormente foi o avanço das tropas luso-brasílicas e a Capitania é recuperada em 1645 num importante avanço em direção a Pernambuco que pouco tempo depois expulsou os holandeses.

Há fartos registros desse e sobre esse período na documentação primária e na produção historiográfica. O mapa da capitania de Sergipe com Itabaiana de 1642 de Georg Marcgraf, com desenhos de Franz Post e publicado por Gaspar Barleus, é uma prova da atenção que os holandeses deram a Sergipe que tinha até brasão.

Questões norteadoras:

1. Como Barleus explica a conquista da Capitania de Sergipe pelos holandeses? (texto 28)
2. Compare as narrativas de Barleus e do Frei Calado sobre a Conquista de Sergipe. (texto 28 e 29)
3. O que o texto 30 demonstra em contradição e consonância com os textos 28 e 29?
4. Como Maurício de Nassau entendia a importância de Sergipe no quadro dos domínios holandeses na América portuguesa? (texto 31)
5. Como poderia ter sido aproveitada a Capitania de Sergipe, segundo Barleus? (texto 32)
6. Sobre os acordos de paz entre Portugal e Holanda, compare os argumentos dos textos 33 e 34.
7. Por quais motivos Sergipe não teve o devido aproveitamento para os holandeses?

28. A CONQUISTA MILITAR DA CAPITANIA DE SERGIPE (1637)

Gaspar Barleus (1584-1648) é o mais conhecido cronista do período holandês no Brasil. Ele deixou registrado em sua “História dos feitos recentemente ocorridos no Brasil” (1647), importantes relatos acerca da administração de Maurício de Nassau. O trecho selecionado faz alusão à Conquista de Sergipe.

Enquanto realizamos a nossa empresa na África, o Conde de Bagnuolo, com cerca de 2.000 soldados, arrastando mais propriamente do que levando a guerra ao Sergipe del Rei, mandados para ali pequenos troços, infestava-nos as terras, lavouras e engenhos, queimando, talando, saqueando. Em consequência, resolveu Maurício expulsar daquela posição ao conde espanhol. Detido, porém, por grave enfermidade. com as forças quebrantadas pela pertinácia de uma febre contínua, que durou três meses confiou a ação ao coronel Schkoppe, militar ardoroso e prudente. Convocando as companhias estanciadas às margens do São Francisco, em Alagoas, no Cabo de Santo Agostinho, no próprio Recife e em Muribeca, mobilizou-as contra o inimigo. Teve Schkoppe para companheiro de armas o consultor João Gisselingh, membro do Conselho Supremo e Secreto. Já estavam armados 2.300 soldados, 400 índios, que Nassau chamara de suas aldeias, e 250 marinheiros, os quais: Gisselingh, com extraordinária diligência aprestava para a guerra.

Mandou-se o almirante Lichthart andar ao pairo diante da Baía de Todos os Santos, a fim de atrair do interior o inimigo. Suspeitou Bagnuolo que Maurício usara aquele plano para lhe fechar o caminho e impedir aos seus o retrocederem, e, sendo informado de que Nassau fazia suas tropas passar o São Francisco, aproximando-se, conduziu o seu exército para a Torre de Garcia de Ávila, situada 14 léguas de S. Salvador, para o norte, e fê-lo com tal celeridade que arrastava os soldados, sem lhes dar descanso nem de dia, nem de noite. Ouvira dizer que as forças holandesas já se

achavam presentes, tendo penetrado 20 léguas além do Sergipe, para a banda do sul.

Schkoppe, desalojando a Bagnuolo de suas primeiras posições, arrasou a própria cidadezinha do Sergipe, os engenhos dos adversários e os pomares. Feita esta devastação, reconduziu a soldadesca, com incrível velocidade, para as margens do São Francisco. Acampando aí, por ordem do Conde, na margem meridional do rio fez alto algum tempo, para que, apoderando-se do gado, oprimisse os contrários com os incômodos de fome certíssima, o que, segundo a praxe militar, foi arduamente executado pelos nossos. Encontrando três mil cabeças de gado, voltou cada um para as suas guarnições. O facto seguinte mostra a abundância de gado que tem essa região: demorando-se ali Bagnuolo, abateram-se 5.000 reses e tangeram-se 8.000 para o consumo futuro da soldadesca; por nós foram mortas 3.000, além das que se transportaram para a margem do sul.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974. p. 65-66.

29. CONQUISTA DE SERGIPE PELO FREI CALADO

Outro cronista que relatou a conquista de Sergipe foi o Frei Manuel Calado (1584-1654). Esse religioso residiu no Brasil por três décadas, nas capitanias da Bahia e de Pernambuco e foi testemunha ocular de vários acontecimentos à época da segunda Invasões holandesas do Brasil em Pernambuco, sendo inclusive amigo do Maurício de Nassau. No relato abaixo, extraído da obra “Valeroso Lucideno”, publicada originalmente em Lisboa, em 1648, temos mais detalhes sobre a conquista de Sergipe.

Outros foram caminhando até passar o Rio de S. Francisco, outros chegaram até Sergipe d’El-Rei, e outros foram logo varando para a Bahia, e alguns, que por cansados, ou por mais não poderem se ficaram por entre

os matos sem tomar passaportes, os índios Potiguares, que vinham em companhia dos flamengos, os foram matando a quantos acharam com uma nunca vista crueldade, não perdoando às crianças dependuradas dos peitos das mães.

Chegaram os holandeses por mar, e por terra com todo seu exército ao rio de S. Francisco com cuja chegada o Conde de Bagnuolo se passou da outra banda do sul, e foi marchando para Sergipe d'El-Rei, aonde se aposentou; e o Conde de Nassau João Maurício chegando ao Penedo não passou da outra banda do rio, antes dali fez alto, enquanto os soldados andaram saqueando todas as coisas dos moradores retirados, e deu princípio a uma fortaleza que ali edificou. E os moradores do Porto Calvo, e das mais povoações que lhe ficaram atrás, que quiseram vir tomar passaportes para se tornarem para suas casas, ficando debaixo de seu domínio, lhe os concedeu, e lhe deu caminho seguro para se tornarem, e o mesmo fez aos moradores do rio de S. Francisco, e depois de se deter ali dois meses, se tornou por mar para o Recife deixando no rio ao Governador Sigismundo Schkoppe com a maior parte da gente de guerra acabando a fortaleza e tanto que no Recife reformou o exército de gente, armas, e munições.

Mandou ao Sigismundo que fosse desalojar de Sergipe ao Conde de Bagnuolo, o qual o fez com tanto rigor, que foi matando a quantos moradores achou, que não se puderam retirar com tanta pressa como convinha; o Conde de Bagnuolo se foi sem ver o inimigo retirando para a Bahia, e o inimigo o seguiu até o rio Real, aonde fez uma fortaleza, a qual proveu de artilharia, e soldados, e se tornou a vir ao Recife.

E é de notar que em Sergipe d'El-Rei, e em toda sua Capitania não ficou morador algum, porque todos como puderam, e por caminhos desviados se retiraram com suas vacas, e cabedal, ainda que os campos ficaram com muito gado espalhado por lhe haverem derrubado os currais, e não haver vaqueiros que os ajuntassem.

O Conde de Nassau, general dos holandeses, tanto que teve toda sua gente junta, parecendo-lhe que de uma vez havia de conquistar, e ganhar todo o Brasil, fez uma grossa armada de trinta e cinco naus e outras embarcações menores e metendo-lhe dentro todas as coisas necessárias para a empresa, e com muitos artificios de fogo e seis mil homens de guerra, determinou de ir tomar a Bahia de Todos os Santos, cabeça de todo Estado do Brasil; o que sabido por Gaspar Dias Ferreira, homem em parte de nação hebreia, o qual se havia metido com os holandeses, e vivia entre eles com mulher e filhos dentro de suas fortificações, para ganhar mais terra com os holandeses, se ofereceu ao Conde de Nassau para o acompanhar nesta jornada e dar-lhe conselho nas coisas de importância. O Conde de Nassau lhe agradeceu a oferta e o levou consigo na sua nau capitânia e à sua mesa com cargo de Comissário das Fazendas e Riquezas que na Bahia se tomassem dos despojos, e ia tão confiado em a tomar, que já o julgava por feito.

CALADO, Frei Manuel. **O Valeroso Lucideno e Trinfo da Liberdade.** V.1. 4.ed. Recife: FUNDARPE, 1985. p. 91-92.

30. CURRAIS DE SERGIPE DURANTE A OCUPAÇÃO HOLANDESA (1639)

O excerto abaixo é parte de um relatório que Adriaen Van Der Dussen (1585-1642) produziu sobre as capitânicas conquistadas. No apenso IV temos uma relação dos currais de gado de Sergipe apresentada por Domingos da Cruz Porto Carreiro em exposição entregue ao Conde de Nassau e Alto Conselho sobre o povoamento de Sergipe e Rio São Francisco. Esse documento original está na coleção de manuscritos do Instituto Arqueológico Pernambucano. Temos os lugares, nomes dos proprietários e quantidade de currais.

Rio Sergipe: Sebastião da Silva; Francisco de Castro; Silvestre

Fernandes; Antônio Fernandes; Lourenço de Souza; Gaspar de Souza; João de Almeida; Manuel de Amorim; Brás Rabelo e Antônio Fernandes. Rio Jacaré (Jacarecica): Bastião da Silva; Catarina, Antônio Fernandes, Esquerdo. Antônio de Savelo, Senhor do Draga, Bernardo Correa, Martim de Souza, Aires da Rocha, o Cavalcante, Os Rochas, Antônio da Costa, Os Garajaus, Jordão de Salazar, Maria Teles, Afonso Pereira, João Carvalho, O padre Frei Manoel, Pedro Álvares, Ana Ferreira, Gaspar Fernandes.

Pacatuba correndo e o rio de São Francisco: Maria de Araújo, Gonçalo Oliveira, Maria de Araújo, Bartolomeu Pereira.

Estes currais são só nos limites do rio de São Francisco que são ao todo noventa e quatro.

Os frades do Carmo com três currais, Manoel Pacheco, Beatriz Pereira, Os Burgos, O Machado, O Moreira dos Padres, O Albarda, Manoel Pinto, Luís Vaz, João Aranha, Gerônimo Pereira Gato, João Freire, Gaspar Carvalho, O Fialho, Antônio das Neves, Manoel Gonçalves Massagão, O Bacalhão, Braz Rebelo com quatro currais; Francisco; Galego; Pedro Pinheiro; Gaspar da Cruz; Domingos da Cruz; Gerônimo Cordeiro; Diogo Velho; Amaro Cruz; Gaspar Rabelo; Paulo Constantino; Felipe Jácome; Gonçalo de Almeida; Manuel Tavares; Maria Janaína (2); Antônio Cardoso de Barros de Lima (24 currais)

DUSSEN, Adriaen Van Der. **Relatório sobre capitâneas conquistadas Brasil pelos holandeses (1639)**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. p. 166-168.

31. A IMPORTÂNCIA DE SERGIPE PARA OS HOLANDESES

Este documento é uma correspondência de Maurício de Nassau (1604-1669) ao Alto Conselho em primeiro de junho de 1641. Nesse texto percebemos a posição estratégica que Sergipe desempenhava para os planos nassovianos.

Quanto ao estado de nossas conquistas nestas regiões, tenho que dizer a Vossos Altos Poderes, que, algum tempo antes de receber a carta da Assembleia dos XIX, que nos deu, ao mesmo tempo, ordem para tentar dilatar aqui os limites de nossas possessões, havíamos previsto que, em consequência da revolta de Portugal contra a Espanha e elevação ao trono do Duque de Bragança, que imediatamente enviou embaixadores para junto de Vossos Altos Poderes, pedir-se-ia a suspensão das hostilidades aqui; e, considerando quanto é importante a anexação da capitania de Sergipe del Rei às nossas conquistas, pois que até hoje dela vínhamos tirando todo o gado necessário, o que se impossível, nos houvera colocado em grande embaraço, resolvemos, sem delonga de um instante, mandar ocupar Sergipe, que fora abandonado, e mandar fortificar essa praça para que no caso de um tratado de paz, possamos incluir essa capitania na jurisdição desta região.

Não paramos aí, porém. e continuando a considerar o que nos fora instantemente recomendado, examinamos o que poderíamos fazer para aumentar e assegurar nossa conquista, de acordo com o estado de nossas forças aqui. Após maduras deliberações, decidimos que nada melhor tínhamos a fazer que ir tentar o sucesso de nossas armas contra a cidade de Luanda de São Paulo, no reino de Angola, e ver se, apoderando-nos dessa praça e assenhoreando-nos do comércio dos negros, poderíamos prejudicar os interesses de Castela e Portugal. Outras razões induziram-nos também a realizar esta expedição.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: correspondências com os Estados Gerais**. 2.ed. Recife: Ed. UFPE, 2006. p. 110.

32. O APROVEITAMENTO DE SERGIPE PELOS HOLANDESES

Esse excerto é novamente um escrito do grande cronista Gaspar Barleus. Desta vez ele demonstra o papel que a ocupação de Sergipe desempenhou para os planos da Companhia das Índias Ocidentais e as dificuldades de se promover o povoamento do território.

Pela obediência e veneração à Pátria e aos seus representantes e movido pelas cartas dos Estados Gerais e dos diretores da Companhia [das Índias Ocidentais], aquiesceu Nassau a prorrogar-se lhe o governo por mais algum tempo e, resolvido a permanecer no cargo, determinou dilatar o território da Companhia. anexando-lhe primeiramente o Sergipe del Rei, região antes deserta e do primeiro ocupante. Com esse fim, partiu para ali com tropas André, governador do forte de Maurício no Rio de São Francisco. Tendo munido prévia e providamente a sua fortaleza, invadiu aquela capitania, cingiu com trincheira uma igreja ali existente, construiu um arsenal e fortificou a vilazinha contra os assaltos do inimigo. A causa desta expedição foi porque, situada essa região entre a Capitania da Baha e as terras do domínio holandês, era vantajosa para a defesa das nossas fronteiras, abundava de gado e dava mais de uma esperança de minas.

Se não me engano, só o escritor português Nicolau de Oliveira enumera Sergipe entre as capitanias. Chamam-lhe os índios Serigi, nome de um rio. Vai-se à vilazinha por um rio pequeno, inacessível a navios maiores pela exígua profundidade do estuário. Dista do Rio Real onze léguas para o Sul e do São Francisco apenas sete, para o Norte. Possuía a região vários currais de gado, que, achando-se em ruínas, podem ser restaurados pelo cuidado dos governadores. Quanto à pesca, é afamada a

região, por estender-se à beira-mar. Entretanto, foram os holandeses burlados nas suas esperanças de minas ali, pois os minérios cavados em vários sítios não contêm prata nem valem nada, segundo declara Pedro Mortammer, a quem se confiara a pesquisa deste segredo. Toda a segurança dos habitantes depende do forte de Maurício, porque o sertão não pode ser defendido contra as forças ordinárias do inimigo. [...]

Os limites do Brasil holandês, dilatados pela felicidade das armas, estendem-se desde o Rio Real, que separa o Sergipe da capitania da Bahia, até o rio Maranhão. O Sergipe, numa extensão litoral de trinta e duas milhas, foi primeiro anexado ao domínio português por Cristóvão de Barros Cardoso, a quem o rei das Espanhas doou, em recompensa de seus serviços, essas mesmas terras entre o Sergipe e o rio de São Francisco, com direito de vendê-las e reparti-las com os colonos que quisesse, com a condição de fundar ali as colônias dentro do prazo marcado pelo rei. Isto fez que diversos baianos emigraram atraídos para lá e, decorridos alguns anos, construíram quatro engenhos, posto que de menor custo, quarenta currais de gado e uma vilazinha, que contava uns cem fogos. Tudo isto, devastado pelas guerras, deixou de si tristes vestígios, sendo dispersos os habitantes e expulsos para a Bahia. O gado remanescente coube ao inimigo, a nós ou à voracidade das onças, e a tal ponto se tornou escassa a tomadia dele que raros caçadores o buscam.

Não há esperança de se restituir a esta região a sua antiga prosperidade, senão mandando-se-lhe colonos, e nunca se conseguiriam estes, a não ser com o conceder-se-lhes habitação segura e com o doarem-se-lhes terras e granjas. Calculam mal os que acreditam que o aproveitamento da região pode ser feito pela Companhia e que a criação do gado pode ser promovida pela administração pública, porquanto a região não está resguardada das invasões dos inimigos, é de resultado incerto a pecuária, e por melhor êxito que logre, será vil o preço do gado, em razão da ex-

trama economia de moeda na presente quadra. Para defender a província seriam precisas algumas companhias de cavalaria e de infantaria e outros recursos, que se orçam no mínimo em 150.000 florins. Além disso, haveria receio de que a gestão desses interesses despertasse no administrador a cobiça, levando-o a lucros iníquos e a cruéis extorsões contra a população, segundo consta de exemplos recentes.

Depois de frequentes análises, verificou-se que nenhum valor têm os minérios que se apanham nas montanhas do Sergipe (chamam-lhes Itabaiana). Dizem que foram descobertos esses minérios, durante o governo de D. Luís de Sousa, por um mameluco Belchior Dias, o qual, lançando casualmente os olhos a umas pedrinhas brilhantes, supôs que encerravam prata. Referido o caso ao rei da Espanha, Sousa, a quem ele mandara explorar os montes e desvendar-lhes os segredos, enviou ao seu soberano vãs esperanças e a notícia do trabalho perdido.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974. p. 211, 332-333.

33. SERGIPE: PEQUENO, MAS COM GADOS E PROVÁVEIS MINAS (1633)

João de Laet (1582-1649), grande cosmógrafo holandês, autor da monumental obra “Novus Orbis ou descrição das Índias Ocidentais”. Aqui nos interessa o livro XV sobre o Brasil. Em 1626, ele compilou uma enorme quantidade de informações sobre a América. Em 1630 saiu a primeira edição em holandês. Três anos depois foi impressa uma edição em latim, que traduzimos e transcrevemos o pequeno trecho abaixo.

Entre a Capitania da Bahia e a de Pernambuco está situado Sergipe d’El Rei, como dizem, uma cidadezinha no interior do país, à qual se

chega por um rio médio e que não tem mais que 13 pés de profundidade em sua embocadura na maré mais alta, dista do Rio Real 11 léguas para o norte e sete do [Rio] São Francisco, para o sul.

Há muitas vacas e há quem escreva que se encontraram no interior das terras veios de prata. Não vi nenhum outro além de Oliveira²³ que tenha colocado Sergipe entre as capitanias por isso achei por bem retirá-lo dentre elas.

LAET, Johannes de. **Novus Orbis seu descriptionis indiae Occidentalis libri XVIII**. Leiden: Lugdunum Batavorum apud Elzevirios, 1633. p. 590.

34. AS CONDIÇÕES DA PAZ COM HOLANDA (1648)

Este documento histórico faz parte do repertório de fontes transcritas pelas historiadoras portuguesas Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva a partir de manuscritos do Arquivo da Casa do Cadaval relacionados ao Brasil. Essa obra é composta de diversos documentos do século XVII. O texto selecionado está inserido no contexto das negociações de Paz entre a dinastia de Bragança, sob o reinado de D. João V, e a Companhia das Índias Ocidentais (Holanda). Há ponderações importantes sobre as negociações e Sergipe tem papel destacado nesse processo. O documento original tem três páginas e é datado de 05 de dezembro de 1648, produzido pelo Conselho de Estado.

Pediam os holandeses que se lhes largasse as capitanias de Rio Grande [do Norte] e Pernambuco, até Sergipe Del Rei. Pretendiam ficar com Angola e São Tomé e que ainda se lhes desse dez mil caixas de açúcar pelas perdas sofridas, depois que os portugueses se tentavam libertar da sua tutela. Estas capitulações, só o ouvi-las ofendia a piedade cristã e o

23 Esse autor faz clara alusão à obra “Livros das Grandezas de Lisboa” (1620), de Nicolau de Oliveira (1566-1634). No tratado oitavo (Tratado das terras e fortalezas que El Rei de Portugal tem e possui em suas conquistas), capítulo 5 (de que os reis de Portugal têm na Província de Santa Cruz, chamada Brasil), onde se lê: “Divide-se esta Capitania [sic] em quatorze capitanias, as quais são: O Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Ilhéus, Espírito Santo, Porto Seguro, Rio de Janeiro, São Vicente – seis destas são de senhores particulares que as conquistaram e as outras oito são d’El Rei” (OLIVEIRA, 1620, p. 172).

valor dos vassallos de Sua Majestade.

Em primeiro lugar, não haveria razão que obrigasse a entregar mais de cento e cinquenta mil almas cristãs a hereges seus inimigos²⁴, sendo de temer que, por falta de sacramentos, e porque a isso os persuadissem, em breve perdessem a sua fé e religião. Se muitos deles se quisessem retirar para outras regiões, não o poderiam fazer senão para a Bahia, onde pereceriam, pois aí havia apenas o suficiente para sustento dos seus moradores. Também se devia considerar impossível pagarem os habitantes de Pernambuco aquilo que os holandeses pretendiam que lhes era devido, pois afirmavam existir moradores de quem tinham a haver mais de 300 mil cruzados.

Também de Sergipe iam os principais mantimentos para a Bahia, os quais passariam a faltar se lá ficassem os holandeses. Ficando com Angola, teriam a troca dos negros [tráfico de escravos], o ouro e prata das Índias, visto estarem em paz com Castela [Espanha], preparando-se assim com um maior poder para se tornarem os senhores das conquistas deste Reino [de Portugal]. [...]

Além disto, possuindo os holandeses tudo o que era necessário para o fabrico e navegação do açúcar, aniquilariam por completo o pouco que ainda pudéssemos cultivar. Não seriam as capitulações que impediriam o mandar guarnecer as praças da Bahia e Rio de Janeiro como se estivéssemos em guerra, pois se vissem uma oportunidade não deixariam de as atacar, aproveitando para isso o mais leve motivo.

RAU, Virgínia; SILVA, Maria F. G. **Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil**. v. 1 (séculos XVI e XVII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956. p. 71-72.

24 O termo herege é aqui aplicado de modo pejorativo pelo fato de os holandeses adotarem o calvinismo durante o contexto das Reformas Religiosas protestantes. Para os católicos, os protestantes eram heréticos por não aceitarem os dogmas da santa e madre Igreja Católica.

35. QUE SE DÊ SERGIPE AOS HOLANDESES!

Este documento foi escrito em 1648 pelo grande orador e escritor padre Antônio Vieira (1608-1697) no contexto das negociações de paz com a Holanda. Ficou conhecido como “papel forte”, dado o impacto da argumentação apresentada e justificada na formação da opinião dos conselheiros régios. O autor apresenta quatro pontos, sendo que no primeiro ele divide em oito partes, sendo a questão de Sergipe o quarto inconveniente (posições que geram discordâncias).

Terceira, porque damos Sergipe, que é o mesmo que entregarmos a Bahia, porque sendo os holandeses senhores de Sergipe, o ficam sendo dos gados e mantimentos de que a Bahia se sustenta.

Responde-se, que Sergipe tão célebre neste tratado, hoje não é nada, e nunca foi tão grande coisa como se imagina deu porventura motivo a esta equivocação, chamar-se na Bahia geralmente Sergipe, tudo aquilo que fica da torre de Garcia d’Ávila para o Norte, não sendo verdadeiramente Sergipe senão uma capitania que está distante da Bahia cinquenta léguas e o rio do mesmo nome (que é o que nos havia de dividir dos holandeses) que dista mais de sessenta léguas.

Daqui se segue primeiramente, que a distância não fica sendo tão pequena como se considera; principalmente havendo de ficar as fortalezas dos holandeses dez léguas mais atrás conforme o capitulado, e sendo todas as terras que estão em meio, retalhadas com muitos rios caudalosos, e com bosques e caminhos inacessíveis e incapazes de marcha, como experimentaram as tropas de D. Francisco de Moura, quando por mandado do marquês de Montalvão, foram desalojar dali o inimigo; o qual quando queria intentar alguma coisa na Bahia, não o pôde fazer senão por mar, e para isso não há de sair do rio de Sergipe, que mal é capaz de barcos, senão do porto do Arrecife, com que a distância fica sendo sempre a mesma.

Quanto aos mantimentos, sabida coisa é, que os de que se sustenta a Bahia, nunca jamais vieram de Sergipe, senão de Cairu, Boipeba e

Camamu, que ficam quinze até vinte léguas para a parte do Sul, e mais de oitenta de Sergipe.

Gados havia antigamente em Sergipe; mas depois que aquela capitania foi duas vezes tomada pelos holandeses, ficou totalmente deserta. E se acaso depois do levantamento de Pernambuco se lhe tem metido algum gado, pode-se tirar outra vez, e não será a primeira que isto se tem feito. De maneira, que o que se dá aos holandeses, não são gados, nem é Sergipe, senão a terça parte de Sergipe, e está deserta: e além das duas partes que nos ficam, temos também o rio Real e Itapicuru, a Cachoeira, a Terra Nova, a torre Itaparica, a Mata²⁵ e outras muitas terras de gados, de que se sustenta e sustentou sempre a Bahia. Mas ainda essa terça parte de Sergipe, que se tem prometido aos holandeses, se pode resgatar facilmente, dando-lhes algum dinheiro ou açúcar por ela, com que cessa toda a questão.

VIEIRA, Pe. Antônio. Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses. *In: Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 323-325.

25 O autor se refere a localidades do Recôncavo baiano que estavam sob o domínio das tropas luso-brasílicas.

CAPÍTULO V

Governo, Administração e Poder Político

(1645-1763)

CAPÍTULO V

Governo, Administração e Poder Político (1645-1763)

Depois da expulsão dos holandeses, a Capitania de Sergipe é reintegrada ao domínio português, agora sob o comando da dinastia Bragança. Entre a última metade do século XVII e primeira do século XVIII, Sergipe tinham uma estrutura administrativa com poderes militar (capitães-mores), judiciário (ouvidores) e municipal (camaristas) que viviam em constantes atritos. Essa situação impactava sobre o desenvolvimento da Capitania.

Em 1695 é criada a ouvidoria de Sergipe d'El Rei e ouvidores-gerais da comarca serão constantemente nomeados para administrar a justiça e fiscalizar os capitães-mores (governadores) e camaristas. Esses bacharéis de direito formados pela Universidade de Coimbra promoveriam a aplicação da justiça e a criação e fiscalização de câmaras municipais. Nesse período foram criados os primeiros municípios (denominados de vilas), como Itabaiana, Lagarto e Santo Amaro. Cabe destacar a criação da vila do Geru, destinada à população indígena.

As forças militares foram reestruturadas coma criação de regimentos de cavalaria, infantaria e artilharia e as tropas eram divididas em: primeira linha, ordenanças e milícias. Era o capitão-mor da capitania que administrava os efetivos militares. Grande prestígio tinha aqueles que tinham patentes militares. Era um sinal de *status* social.

Em relação à economia, a pecuária continuava sendo a principal atividade, porém começou a ganhar força a produção de cana de açúcar e os primeiros engenhos surgiram, principalmente na região da Cotinguiba. A presença de engenhos reforçou a necessidade de mão-de-obra escravizada e da ocupação permanente de terras. Nesse período surge uma poderosa elite econômica de senhores de engenhos e terras.

Questões norteadoras:

1. O que a Revolta de Pestana de Brito nos ensina sobre as relações entre Sergipe e Bahia no século XVII? (texto 36)
2. Qual a maior preocupação das altas autoridades de Sergipe na segunda metade do século XVII, conforme o texto 37?
3. Compare as Revoltas de Pestana de Brito e aquelas relacionadas no texto 38.
4. O que os textos 39 e 43 expõem sobre a relação entre os indígenas e escravizados e as autoridades da Capitania de Sergipe no século XVIII?
5. Como podemos compreender a carta régia de D. João V estabelecendo limites de atuação aos ouvidores e capitães-mores? (texto 40)
6. Quais os principais destaques mencionados por Sebastião da Rocha Pita em relação a Sergipe na primeira metade do século XVIII? (texto 41)
7. Com base no texto 42, qual era a principal região produtora de açúcar em Sergipe e quais os cinco maiores fabricantes de açúcar mascavo e branco dessa área?
8. De acordo com o documento 44, quais as motivações para a criação das vilas em Sergipe (1697)? Comente essas razões.
9. Compare as descrições de São Cristóvão (ou cidade de Sergipe d'El Rei) nos textos 45 e 46.

36. REVOLTA DE PESTANA DE BRITO

Nesse trecho de artigo, a professora e historiadora Edna Maria Matos estuda a Revolta do capitão-mor Manuel Pestana de Brito que se aliou à câmara de São Cristóvão contra as imposições do Governo Geral, sediado na Bahia.

Assim, da Capitania de Sergipe, entre os anos de 1651 e 1652, foram enviadas para a Bahia mais de trezentas cabeças de gado. Pela continuidade da finta nos anos seguintes, os camarários de São Cristóvão remeteram ao governo da Bahia uma representação para reclamar dessa ordem. Na ocasião, pediram a permissão para criar novos impostos voltados à reconstrução da cidade, arrasada após a passagem das tropas batavas, para lançar uma taxa sobre o uso e logro da passagem do rio Real e para revogar a ordem aos curraleiros de participar da defesa da cidade em eventual ataque a Portugal e seus domínios. [...]

O Capitão-mor Manoel Pestana de Brito foi nomeado em 9 de março de 1654 pelo Governador-Geral no Brasil, Dom Jerônimo de Ataíde, Conde de Atouguia (1654-1657), e enviado para administrar a Capitania entre 1654 e 1656. Sua missão era aplinar os conflitos devido à insatisfação com a cobrança dos impostos, mas ocorreu justamente o aprofundamento dos atritos entre o capitão-mor e a elite da cidade, que enviou reclamações ao governo geral. [...]

O substituto, João Ribeiro Vila Franca, que já havia governado Sergipe em 1650, também se envolveu em conflito com grupos locais pois encontrou posicionamentos contrários ao seu retorno ao cargo, sendo enviadas reclamações ao governo. Em dezembro de 1655, o governador-geral ordenou que ele entregasse o cargo de governador de Sergipe, dizendo ter sido informado tardiamente dos atos de injustiça da primeira administração. Fora acusado de arbitrário, violento e de desrespeitoso à jurisdição das autoridades da Capitania, o que levou o Conde de Atouguia a nomear

um novo capitão-mor para Sergipe, Balthazar dos Reis Barrenho.

Nos entremeios para a posse do novo capitão-mor, em 1656, Manoel Pestana de Britto não apenas desobedeceu à ordem do Conde de Atouguia para retornar à Bahia como chefiou um motim. Apoiado pelos proprietários de currais, convocou, em 26 de agosto de 1656, os habitantes de São Cristóvão a não atenderem mais às determinações do governo-geral. Libertaram alguns presos da cadeia e ocuparam a cidade sem terem as milícias locais condições de reagir. Alguns moradores fugiram e os rebeldes teriam tomado o governo, assumindo a responsabilidade de governar a Capitania, sem atender mais às ordens vindas da Bahia, do Governo-Geral.

Em fevereiro de 1657, o Conde de Atouguia enviou o Desembargador Bento Rabelo com o fim de prender Manoel Pestana de Brito e abrir devassa contra os participantes da sedição em Sergipe. [...] Com o uso de numerosas forças mandadas da Bahia, o recém-nomeado capitão conseguiu sufocar o movimento em março e, finalmente, prender Pestana de Brito. Este teve seus bens confiscados para pagamento das despesas da ação militar e foi enviado para Salvador, com os demais participantes, para receber a devida punição, conforme informação da carta do escrivão Francisco Osório ao Rei, em 31 de março de 1657.

Em 1658, a rainha D. Luísa de Gusmão, numa correspondência particular a Francisco Barreto, Governador-Geral do Brasil naquele ano, fez referência à revolta de 1656 e à devassa instaurada sobre os excessos que “em Sergipe Del Rei cometeram contra meu serviço”. Na carta, ela se reportava à prisão de 58 pessoas, entre elas Manoel Pestana de Brito, qualificado como “muito culpado”, e reforçava a necessidade de punição exemplar uma vez que “convém que caso semelhante não fique sem castigo” [...]

ANTÔNIO, Edna M. Matos. Correspondências e cultura política na América Portuguesa: cartas e uma rebelião colonial. *In: Revista Brasileira de História da Mídia*. v.5, n.1, p. 13-17, jan./jun. 2016.

37. AS NOVAS PREOCUPAÇÕES DE SERGIPE (SÉCULO XVII)

O historiador são-cristovense Felisbelo Freire (1858-1916) é considerado um dos maiores pesquisadores do passado colonial sergipano. Em *História Territorial do Brasil* (1906), ele estudou a formação político-administrativa da Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Trazemos um trecho que ele trata do período posterior à expulsão dos holandeses da Capitania de Sergipe.

Data de 1668 a divisão de Sergipe em distritos militares, com a criação do corpo de infantaria de ordenanças para zelar a ordem pública da capitania. Depois da expulsão dos holandeses, a formação de mocambos de negros fugidos preocupou a atenção dos governos. Seus pontos prediletos foram: Itabaiana, Rio de São Francisco e Rio Real.

Em 23 de março de 1668 foi nomeado capitão de infantaria de ordenança do distrito da Itabaiana Domingos de Lapenha Alvorado. A 22 de novembro do mesmo ano foi nomeado Melchior Moreira capitão do mesmo corpo do distrito do Lagarto. Em 12 de setembro de 1673, pediu o governo da Bahia ao capitão-mor de Sergipe indicação para nomear o capitão de ordenanças do Distrito de Cotinguiba. Em 1674, foi dividido este distrito em dois, em vista de sua grande extensão (12 léguas), ficando o de nova formação compreendido entre os rios Sergipe e Japarutuba.

Até o fim do século estava a capitania dividida em cinco distritos: Rio Real, Lagarto, Itabaiana, Cotinguiba e Japarutuba. Com o correr dos tempos, estes distritos foram sofrendo uma nova divisão e sendo traçados novos limites.

Foi também em dezembro de 1674, criada uma companhia de homens pardos, da qual o primeiro capitão foi o pardo Francisco de Barros,

morador do Lagarto, o mestiço mais simpatizado naqueles tempos. Tomou parte nas lutas holandesas. Estas medidas provam que os sertões da capitania viviam infestados de negros que atacavam a propriedade e a vida.

Além destes corpos já existiam um de voluntário, intitulada “entrada dos mocambos” que nada recebia da fazenda, sendo seu capitão-mor, em dezembro de 1674, Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreira, cuja jurisdição estendia-se da Torre de Garcia d’Ávila ao rio São Francisco. A este corpo pertenciam as companhias de capitães do mato, que em Sergipe tornaram-se célebres, até mesmo nos períodos adiantados do movimento abolicionista. Destas companhias, saliento a que tinha por sede o distrito do rio Real, que compreendia toda a extensão do rio até a borda da mata de São João e que era sede dos mais temerosos mocambos. Foi nomeado seu primeiro capitão Sebastião Correia de Sá e incumbido de destruí-los.

FREIRE, Felisbelo. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secult/FUNDEPAH, 1995. p. 43-44.

38. A REVOLTA DO SAL E DA VILA NOVA (1709-1711)

O historiador itabaiense Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior (1856-1929) é um dos mais importantes pesquisadores sergipanos do século passado. Ele escreveu o manuscrito “Capitães-mores em Sergipe, 1590-1820”, que se encontra depositado no Arquivo Público do Estado de Sergipe, e foi publicado em 1985. Trazemos um trecho em que esse antigo historiador discorre sobre as duas mais importantes revoltas populares do século XVIII em Sergipe

Como represália e protestos contra os abusos e perseguições do clero, sobretudo da ordem dos jesuítas, que preponderavam e oprimiam os povos, particularmente os índios reduzidos por eles ao estado de quase escravidão, os habitantes de Vila Nova se insurgem contra o seu vigário e no momento em que este celebrava o sacrifício da missa, invadem a igreja,

prendam-no e com ameaças obrigam-no a se retirar do lugar.

Em 1709, ciente do ocorrido, pelas queixas do clero levadas ao Governo do Reino, este, por uma carta régia, manda a Sergipe o Desembargador Manoel de Azevedo Soares com instruções para proceder a uma devassa contra os implicados nos motins sediciosos havidos no interior. Recebida a missão Azevedo com protestos e manifestações de desagrado por parte do elemento popular, em breve, acalmaram-se os espíritos diante do resultado negativo da devassa, por falta de prova, resultando disto a impunidade dos culpados.

Em 1710, teremos uma nova insurreição dos viamonenses e desta vez mais séria e comprometedora dos créditos da administração. Pobre e sobrecarregado de impostos onerosos mandados cobrar sobre fazenda e escravos, sujeitos ao monopólio do sal, cujo preço foi elevado pelo contratante a mais de 50% com permissão legal, o povo de Vila Nova e de outras vilas e povoações revoltadas, encaminha-se para São Cristóvão, sede do Governo, e depois de uma marcha de trinta léguas ataca de surpresa a Capital, em dezembro, e seus habitantes fogem espavoridos escondendo-se nos subúrbios, acompanhados na fuga pelo próprio capitão-mor Salvador de Sá Bragança, com receio de ser assassinado.

Senhores da praça tomada sem resistência, apoderam-se da força pública, demitem as autoridades e edificam a anarquia, ficando o Governo acéfalo até que pelo Governo da Bahia foi ordenado ao capitão-mor reasumir o exercício da administração. O aumento de impostos que motivou a sedição, foi devido a necessidade que o Governo teve de aumentar os recursos do erário para guarnecer o litoral, aumentar as fortificações da Bahia e mandar uma esquadra cruzar a costa por causa da invasão do Rio de Janeiro pelos franceses e da revolução de Pernambuco apoiada pelo governador Sebastião de Castro.

A revolta de Sergipe parece ter ecoado simpaticamente na Bahia

onda, pelas mesmas causas e seguindo o mesmo rumo, revoltou-se também o povo, exigindo do novo Governador Pedro de Vasconcelos e Souza, a revogação do novo imposto da importação e a restauração do antigo imposto do sal. Embora menos completa e comprometedora do que a de Sergipe, por não ter sido deposto o Governo e tomada a praça, a revolta teria aumentado de proporções, se não fora a intervenção de D. Lourenço de Almada, ainda na Bahia e em palácio, aconselhando Vasconcellos a transigir, cedendo às exigências populares, o que se fez, sendo logo anistiados os sediciosos.

Em 1711, exercia o cargo de Ouvidor, como sucessor de Albernaz, o Dr. João Pereira de Vasconcelos, nomeado por carta régia de 9 de maio de 1711, juramentado em outubro do mesmo ano, o qual armou contra si as más disposições dos chefes e partidários do movimento sedicioso. Entre estes contavam-se os camaristas de São Cristóvão, os quais, em 5 de abril, solicitaram a D. Lourenço de Almada, anistia em favor dos culpados. Em resposta de 15 de junho, Almada declarou-lhes peremptoriamente, que negava a mercê solicitada e que, pelo contrário, mandava a Sergipe, para abrir devassa e punir os rebeldes, o seu ex-ouvidor o Desembargador João de Sá Souto Maior, então Ouvidor do crime na Relação da Bahia.

Data deste acontecimento de iniciativa principal dos habitantes de Vila Nova e o mais grave pelas suas consequências, havido durante o longo período da submissão de Sergipe à Bahia, as profundas mágoas que dividiram a família sergipana, colocada em campos opostos, originando disputas e contendas intermináveis.

LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães-mores de Sergipe (1590 a 1820)**. Aracaju: SEGRASE, 1985. p. 31-33.

39. ÍNDIOS CONTRA LATIFUNDIÁRIO (1718)

Os indígenas por intermédio de seu missionário se queixaram das ações de um importante latifundiário que estava invadindo suas terras para criar gado. O Capitão-mor Custódio Rabelo Pereira entrevistou favoravelmente a causa deles. Esse manuscrito inédito foi transcrito e modernizada sua escrita a partir do original.

Petição: Senhor Capitão-mor,

Dizem os Índios da Missão da Pacatuba, que eles estão moradores da dita aldeia da Missão da Pacatuba por mercê de Sua Majestade que lhe concedeu na dita aldeia uma légua de terra em quadra, a qual possuíam para serem doutrinados e por seus antepassados conservou da mesma posse da que Sua Majestade lhe faz mercê e nas sesmarias de seus estados em qualquer parte que as lhe determinasse; a como aos suplicantes se lhe determinou a sua habitação no distrito da mesma aldeia, em que estão sujeitos ao missionário Frei Francisco Romano, missionário apostólico na mesma aldeia em que os suplicantes viveram e vivem até o presente em mansa e pacífica posse, sem haver até o presente quem os quisesse inquietar na mercê que Sua Majestade lhe faz da dita aldeia com a dita légua de terra em quadro; ao agora de presente instantemente veio Francisco Barreto de Meneses levantando currais, e metendo gados nas terras da missão, privando aos suplicantes de os cultivar com grande inquietação e perigo das lavouras, não deixando aos suplicantes por este modo acudir na obrigação do serviço de Deus, com que estão sujeitos ao dito missionário.

Despacho: O suplicado Francisco Barreto de Meneses não inquiete aos Suplicantes, nem levante currais, nem meta gados nas terras que Sua Majestade, que Deus guarde, concedeu aos suplicantes nas sesmarias destes estados para seus sustentos, e administração das suas almas, e fazendo o contrário procederei contra dele e darei parte a Sua Majestade.

Requerimento dos índios da Missão de Pacatuba ao capitão-mor de Sergipe em 30 de julho de 1718. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe – avulsos. Cx 01, doc. 106.

40. CONFLITOS ENTRE CAPITÃES-MORES E OUVIDORES-GERAIS

Este documento está entre os manuscritos avulsos da Capitania de Sergipe salvaguardados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa (Portugal). Trata-se de uma provisão régia, em virtude das seguidas queixas do Vice-rei do Brasil, Conde de Sabugosa, sobre os conflitos entre o capitão-mor e o ouvidor de Sergipe em 1733. Fizemos uma transcrição modernizada do manuscrito.

Dom João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Conde de Sabugosa, vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, que se viu a vossa carta de 13 de agosto do ano passado [1733] sobre as contendias que vive o capitão-mor de Sergipe d’El Rei Francisco da Costa com o ouvidor-geral da mesma capitania Manuel Gomes Coelho, acerca das regalias e proeminência de lugares em que tomastes a resolução de ordenar ao capitão-mor que de nenhuma maneira assistisse as festas e funções públicas que costuma fazer a câmara na forma que dispõem a carta de 4 de setembro de 1709, firmada por minha real mão.

E que pudesse assistir a todas as mais em seu assento debaixo do arco por ser o lugar que lhe toca e que em nenhuma ocasião viesse o ouvidor geral dele na referida parte senão do arco para baixo nem ainda quando for em corpo de câmara. Representando-me a dúvida que o dito ouvidor tinha sobre os presos do capitão-mor, a respeito do que declarastes ao dito Ministro que esta matéria estava decidida por provisão de 19 de abril de 1723, e que em observância dela não se intromettesse com eles. E se a esse respeito houvesse excesso, vos deve contar.

E enquanto ao aviso que vos fez de que o dito capitão-mor pretendia que os oficiais de justiça lhe obedecessem nas suas diligências, advertíeis ao dito Capitão-mor de mandar por portarias passar certidões ao escrivão da câmara, porque com o tal ele não era subordinado, e só nos casos pertencentes a milícia se o dito escrivão tivesse incumbência nela, o que sendo visto. Pareceu-me dizer-vos que se aprova o que determinastes nesta matéria, e assim o avisareis ao capitão-mor e ouvidor para que eles inviolavelmente observem esta minha determinação. E vós recomendo, tendes todo o cuidado que desta divisão do capitão-mor e ouvidor não se sigam consequências perniciosas aos meu real serviço.

Provisão régia de 8 de abril de 1734 do rei D. João V ao vice-rei do Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe – avulsos. Cx. 03, doc. 285.

41. A CAPITANIA DE SERGIPE EM 1730

O cronista Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) é considerado um dos maiores escritores do período colonial. Em sua “História da América Portuguesa”, impressa em 1730, ele registra importantes informações sobre a Capitania de Sergipe no começo do século XVIII.

Em altura de onze graus está a província de Sergipe, fundada por ordem real. A cidade de São Cristóvão é a sua capital, com suntuosa matriz da invocação de Nossa Senhora da Vitória. Misericórdia, formosos conventos de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco e uma devota capela de Nossa Senhora do Rosário. É magnífica a Casa do Conselho e Cadeia, nobres as dos moradores que havendo sido em outro tempo muitos. hoje não excedem de quinhentos vizinhos. No seu arrabalde está uma ermida do glorioso São Gonçalo, frequentada romaria daquele povo e das

suas vilas.

Tem capitão-mor que governa a província, com sargento-mor e uma companhia paga de presídio. No seu termo, para a parte que chamam Cotinguiba, há outra paróquia com quatro capelas e para o rio Vaza-Barris tem mais cinco capelas. No seu recôncavo e no das suas vilas se contam vinte e cinco engenhos, donde sai todos anos bom número de caixas para a Bahia, de perfeito açúcar em qualidade e benefício.

As vilas da sua jurisdição, que se compreendem no seu distrito, são a de Santo Amaro das Brotas, a de Santo Antônio da Itabaiana, a Vila Nova de Santo Antônio do Rio de S. Francisco, a do Lagarto, com a invocação de Nossa Senhora da Piedade e a Vila Real do Piauí - todas têm boas igrejas paroquiais, muitas capelas e ermidas devotas. Na do Lagarto têm uma missão os padres da Companhia [de Jesus]; duas na Vila Nova de Santo Antônio os religiosos capuchinhos da Piedade; uma os do Carmo, os quais têm um hospício na Vila Real do Piauí.

Em todas elas há mais de oito mil vizinhos, que possuem cabedais, e têm muitas lavouras, sendo para todos o terreno tão dilatado e fecundo, que faz férteis as suas povoações e aos seus habitantes ricos e abundantes. São pródigos os seus campos na criação dos gados, na produção das sementeiras e do tabaco. Deste gênero, da courama e do açúcar, lhe resulta muito comércio e ainda fora mais franco, a não serem as suas barras tão estreitas que não dão trânsito mais que a pequenas sumacas.

PITA, Rocha. **História da América Portuguesa**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson, 1970. p. 86-87.

42. OS PRODUTORES DE AÇÚCAR EM SERGIPE (1757)

Esse documento deve ter sido algum dado oficial de algum órgão fazendário da capitania da Bahia. José Antônio Caldas (1725-1782) era sargento-mor e engenheiro. É importante mencionar que o termo “partido” se refere ao local onde as embarcações partiam da barra. É possível constatar a existência de senhoras de engenhos e a quantidade estimada de açúcar branco e mascavo em arrobas (equivalente a quinze quilos cada arroba).

Partido da Cotinguiba		
<i>Senhores de Engenho</i>	<i>Açúcar Branco</i>	<i>Açúcar Mascavo</i>
Sebastião Pedroso de Góes	443	1.197
Manuel Pereira de Andrade	805	1.392
Manuel José de Vasconcelos	846	1.020
Gonçalo Pinheiro da Costa	417	715
Francisco de Araújo Silva	320	820
Domingos Dias Coelho	366	420
Domingos Dias Coelho (outro engenho)	554	461
João Andrade de Moura	160	340
Francisco de Góes Teles	910	1.050
Manuel Martins Brandão	694	741
Gonçalo Paes de Azevedo	780	1.390
Felipe Pereira do Lago	922	762
Manuel Suzarte de Andrade	1.603	1.050
Luís Pacheco de Oliveira	1.160	950
Catarina Borges	586	810
Gonçalo Cardoso Botelho	110	130
Francisco Pacheco de Lima	724	904
Gaspar Maciel	666	710
José Pacheco de Paes	660	806
José Pacheco de Almeida	665	370
João Paes de Azevedo	970	786
Lourenço da Rocha Pita	794	1.152

Luiza Maria	363	376
Constantino Velho de Moura	1.335	1.102
Manuel de Sande Ribeiro	1.443	1.100
José Correia de Araújo	750	870
Francisco Correia de Vasconcelos	630	490
Albano do Prado Pimentel	1.255	1.316
Manuel José de Vasconcelos	682	636
Antônio Dutra de Almeida	110	217
Antônio Dutra de Almeida (outro engenho)	351	390

Partido de Sergipe d'El Rei		
<i>Senhores de Engenho</i>	<i>Açúcar branco</i>	<i>Açúcar mascavo</i>
Leandro Freire de Mesquita	228	214
Domingos Ferreira Leite	565	312
Luís Ferreira Pinto	120	260
José Carlos de Távora	330	225
Antônio da Costa Rocha	1.093	622
Simão Mesquita da Silva	555	290
Religiosos do Carmo	544	170
José Pacheco da Paz	950	280

Partida do Garajau		
<i>Senhores de Engenho</i>	<i>Açúcar branco</i>	<i>Açúcar mascavo</i>
João Gonçalves Franco	356	540
Manuel Rolemberg	625	632
José Correia da Gama	130	350
Lourenço da Pina Cruz	335	810
João Teles Barreto	825	1.230
Antônio Pereira de Simas	130	520
Antônio Correia Dantas	470	930

CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759 [edição fac-similar]**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951. p. 435-438.

43. O MILAGRE DE SANTO ANTÔNIO E A ESCRAVIDÃO (1761)

O texto abaixo foi extraído da obra de Frei Antônio de Santa Maria Jaboa-tão (1695-1779). Essa obra rara foi impressa em 1761 em Lisboa. Apenas em 1859, houve uma reimpressão por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desta última edição, selecionamos a narrativa abaixo. A engenhosa história está no 1º tomo, do livro 4º, capítulo 13, tópico 546. É uma narrativa que reforça os laços entre as autoridades religiosas e a sociedade escravista.

Não deixaremos de repetir por último, um milagre do nosso Santo Antônio também em benefício dos seus devotos. Fugiu ao coronel Domingos Dias Coelho, morador nos distritos desta cidade de Sergipe Del Rei, um preto, escravo seu, levando em sua companhia duas pretas, escravas também de outros senhores. Com estas se foi arrancar no centro dos Ser-tões da Jacoca, onde viveu alguns anos fora de todo o comércio de outra gente; ao princípio com o que lhe davam o campo, os matos e os rios do Vaza-barris; e ao depois com roças, e lavouras que plantava, vestindo-se ele e as concubinas, com os filhos que delas ali teve de peles de veados, que apanhava em fojos e à frecha e os curtia. Valeu-se o Senhor de Santo Antônio, depois de outras diligências sem efeito.

Eis que aparece ao negro um frade lá nesse recôndito em que se achava e com voz repreensiva lhe pergunta: “Negro, que fazes aqui?”. Respondeu ele que estava ali por não se atrever com o serviço do Senhor, que o não deixava descansar. Seja assim ou não, disse o frade, “vai-te embora daqui”. E enquanto o negro se não pôs a caminho, o frade o não largou, pondo-se-lhe sempre adiante e repelindo: “Negro, vai-te daqui”. Veio enfim o negro e o frade adiante dele até à casa do homem, de quem

era uma das pretas, que entregou. E detendo-se ali algum tempo, foi aviso ao Capitão do Campo, que o prendeu, e entregou a seu senhor, como também a outra negra a quem pertencia, fazendo Santo Antônio este benefício ao seu devoto, e sendo também a causa de se livrarem as almas destes miseráveis escravos das contínuas culpas em que caíam.

JABOATAM, Frei Antonio de S. M. **Novo Orbe Serafico Brazilico**: Chronica dos frades menores da Provincia do Brazil. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Braziliense, 1859. p. 588-589.

44. CRIAÇÃO DAS VILAS DE SERGIPE (1697)

A carta do governador-geral do Brasil para o ouvidor-geral da Capitania de Sergipe d'El Rei Diogo Pacheco de Carvalho, em 20 de outubro de 1697, pode ser considerado o documento de fundação das mais antigas vilas (municípios) de Sergipe. Esse documento se encontra no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Em 1891, José de Oliveira Campos e Francisco Vicente Viana publicaram a transcrição desse importante documento histórico na obra “Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia”, por ordem do presidente do Estado vizinho José Gonçalves da Silva, em virtude da polêmica questão de litígio de fronteiras entre os dois estados.

Sua Majestade, que Deus guarde, foi servido ordenar-me por carta sua que, por convir a seu real serviço, mandasse formar as vilas que me parecessem necessárias nos recôncavos e sertões desta Capitania [da Bahia], por ser informado que as pessoas que neles vivem não só faltam as obrigações de vassallos, senão também as de católicos, e que para se evitar uma e outra coisa, se fizessem povoações onde vivam com temor de Deus e da Justiça, evitando-se por este meio os inumeráveis delitos que cometem por se não castigarem, como é justo.

Tanto que Vossa Mercê receber esta vá logo ao lugar da Itabaiana e Lagarto a formar duas vilas, escolhendo para isto os sítios [lugares] mais

acomodados e fazendo com que os moradores dessa Capitania [de Sergipe] queiram fazer as casas da câmara e cadeia a sua custa. E porque me dizem que no Porto da Cotinguiba se pode fazer uma vila, Vossa Mercê, mandará chamar a casa da câmara dessa cidade [de São Cristóvão], os oficiais dela com as principais pessoas desse povo para que com toda ponderação vejam se o dito porto é capaz de formar-se nele a dita vila ou se há mais lugares no distrito da jurisdição dessa Capitania em que se formem outras.

E de tudo me informará Vossa Mercê com a clareza e brevidade possível e porque cada vila das que se fizerem há de ter um escrivão da câmara que sirva também de escrivão da almotaceria, um escrivão dos órfãos, um tabelião do judicial e notas, um inquiridor, distribuidor e contador, um alcaide e um escrivão da vara, Vossa Mercê me mandará um rol [relação] com os nomes das pessoas que nessa Capitania houver mais capazes e suficientes para servirem os ditos ofícios. Deus guarde a Vossa Mercê. Bahia. 20 de outubro de 1697. D. João de Lencastre, Governador-geral do Estado do Brasil.

Correspondência do governador-geral do Brasil ao ouvidor de Sergipe em 20 de outubro de 1697. Livro de correspondências dos governadores gerais (1694-1706). Arquivo Público do Estado da Bahia . Seção Colonial, Maço 146, fol. 196v. Transcrito primeiramente em: CAMPOS, José de O.; VIANNA, Francisco V.. **Estudo sobre a origem historica dos limites entre Sergipe e Bahia.** Bahia: Typ. e Enc. do Diario da Bahia, 1891. p. 45.

45. DESCRIÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO EM 1724

Está na segunda parte, no final da dissertação primeira sobre a fundação das igrejas no Brasil, escrita pelo padre Gonçalo Soares da Franca (1678-172?) foi membro supranumerário da Academia Real da História, de Lisboa, e um dos fundadores da Academia Brasílica dos Esquecidos, onde apresentou as Dissertações da História Eclesiástica do Brasil (1724), que se encontrava manuscrita num códice da Biblioteca Pública de Évora. Há um interessante relato sobre a cidade de São Cristóvão que editamos aqui.

A terceira vigaria, que sem dúvida erigiu o dito prelado [quarto bispo da Bahia D. Constantino Barradas] e sexta no número das eretas, foi a de Nossa Senhora da Vitória na Cidade de Sergipe de El-Rei, no ano de 1617. É suntuoso o templo, exceto a Metrópole, a nenhum do Arcebispado cede vantagens. Está fabricado de mármore, mineral que produz aquele clima, sem mais diferença do europeu, que resistir menos aos cinzéis, que nele lavram quanto dita a fantasia. Jaz situada esta freguesia entre os dois Rios Vaza-barris e o de Sergipe, que faz barra na Cotinguiba. Tem de longitude pela costa cinco léguas, em que entram duas pela terra dentro. De latitude para o Sertão conta sete léguas, por onde se divide das freguesias do Lagarto e Itabaiana. Todo o distrito da Cidade de Sergipe lhe pertencia, hoje pertence a Cotinguiba a paróquia de Nossa Senhora do Socorro, com quem pelo Norte parte a sobredita freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Numera pessoas sete mil seiscentos e setenta e seis. Homens mil e seiscentos. Mulheres mil e oitocentos e cinquenta e seis. Criados vinte. Escravos quatro mil e duzentos.

Notavelmente, ficou dissipada esta freguesia com a ereção da de Nossa Senhora do Socorro acima dita porque não só lhe tirou a maior porção da gente, mas muitas igrejas filiais, deixando-lhe somente Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga. Nossa Senhora de Nazaré no Itaparaguá. Santo António e São Gonçalo no Camuci. Renderia esta freguesia antes da divisão todos os anos pouco mais ou menos de conhecenças duzentos e

cinquenta mil réis hoje muito menos ou muito pouco.

Foi seu primeiro vigário o padre Sebastião Pedroso de Góis, cujas célebres memórias ainda duram não só em Sergipe d'El Rei, mas em toda a Bahia, segundo, Manoel Vieira de Barros. Terceiro, José de Araújo. Quarto, que agora existe Antônio de Sousa Brum.

A Cidade de São Cristóvão, que está em doze graus da Equinocial para o sul, jaz entre os dois Rios já nomeados de Vaza-barris e de Sergipe, que lhe deu o nome, não porque a banhe (como escreve um nosso autor ilustre, Francisco de Brito Freire), pois dista dela doze léguas, mas porque a banhou. Principiou a fundar-se esta Cidade no Rio de Sergipe, a que chamaram de El-Rei, para distinção de outro Sergipe, que se dizia do Conde; depois por maior conveniência transferindo-se para onde hoje está a povoação, mudou o lugar, que a denominou, mas não perdeu o nome, que teve; aparece em sítio elevado e plano, a quem serve de cortina a alva praia, que a cinge; dá-lhe escasso porto; só capaz de sumacas, o Vaza-barris, Rio que dividindo-se em dois braços forma uma como península: o da parte do Norte inclina para a Cidade, o da do Sul corre para a Tejupeba, fazenda dos Religiosos da Companhia [de Jesus].

Sendo a povoação pequena, porque constara de quatrocentos e cinquenta vizinhos, a agradece muito a amena fertilidade do seu contorno, em que se contam trinta e dois engenhos, algumas fazendas de gado, muitas roçarias, muitos legumes, e na marinha super abundante cópia de pescados, mariscos, frutas e hortaliças.

FRANCA, Pe. Gonçalo Soares da. Dissertação da História Eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicistas Brasileiro, 1640-1820-22**. v. 1. Tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. p. 291-292.

46. DESCRIÇÃO DA CIDADE DE SERGIPE D'EL-REI (1694)

Esse soneto é supostamente de autoria do poeta Gregório de Matos (1636-1696). Gregório de Matos foi um dos maiores poetas brasileiros do período do Barroco. Além de poeta, Gregório foi bacharel durante o período colonial. É conhecido como o “Boca do Inferno”, sendo famoso por seus sonetos satíricos, onde ataca, muitas vezes, a sociedade baiana da época. Dono de uma personalidade rebelde, Gregório criticou diversos aspectos da sociedade, do governo e da Igreja Católica. Por esse motivo, foi perseguido pela inquisição e condenado ao degredo em Angola no ano de 1694.

Três dúzias de casebres remendados,
Seis becos, de mentrastos²⁶ entupidos,
Quinze soldados, rotos e despídos,
Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seis frades, três letrados,
Um juiz com bigodes sem ouvidos
Três presos de piolhos carcomidos
Por comer dois meirinhos esfaimados.

As damas com sapatos de baeta²⁷,
Palmilha de tamanca como frade,
Saia de chita, cinta de raqueta²⁸ .

O feijão que só faz ventosidade²⁹
Farinha de pipoca, pão de greta³⁰,

26 Planta medicinal da família das labiadas. É uma erva que pode atingir um metro de altura. Conhecida por ser muito aromática, essa planta cresce de forma espontânea no Brasil e é muitas vezes vista como uma planta daninha. O poeta aqui ironiza o aspecto descuidado das vias públicas da antiga São Cristóvão (CUNHA, 2010, p. 420-421).

27 Tecido felpudo de lã, normalmente de cor castanha (CUNHA, 2010, p. 75).

28 Cinto grande que se usava em jogo de raqueta (atual tênis), comum na França, onde era jogo de Pela (CUNHA, 2010, p. 547).

29 Sinônimo de peidos, flatulência (CUNHA, 2010, p. 672).

30 Pão rachado, com buracos e aberturas estreitas (CUNHA, 2010, p. 324).

De Sergipe d'El-Rei esta é a cidade.

MOTT, Luiz. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade.** São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008. p. 127

CAPÍTULO VI

A Época da Subalternidade Administrativa

(1763-1820)

CAPÍTULO VI

A Época da Subalternidade Administrativa (1763-1820)

Com a transferência da sede administrativa de Salvador para o Rio de Janeiro, no contexto do período pombalino (1750-1777), é criada a Capitania Geral da Bahia, com os territórios das capitanias do Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe, além da comarca da Jacobina e área do Recôncavo.

Com isso, Sergipe ficará por mais de meio século como território anexo à Bahia. Essa condição denominamos subalternidade administrativa. Nesse período, os capitães-mores (governadores) serão interinos e indicados pelo capitão-general e governador da Bahia. Durante o final do século XVIII e começo do XIX novas vilas surgiram.

A produção açucareira se expandirá e teremos uma poderosa classe de senhores de engenhos e de terras que influenciarão os destinos políticos da Capitania. A violência descontrolada, por outro lado, será constante, chegando a ameaçar a própria estrutura de poder e atijando os atritos entre os membros das elites econômicas.

A subalternidade político-administrativa e crescimento econômico são características desse momento histórico anterior à Independência de Sergipe. Essa situação chegará ao fim apenas a partir de 08 de julho de 1820, com a carta régia de D. João VI, que concederá a independência à Capitania de Sergipe

Questões norteadoras:

1. Qual a razão alegada por Acrísio Torres para a subalternização da Capitania de Sergipe em 1763? Explique-a. (texto 47)
2. Como o capitão-mor Mesquita Pimentel apresenta o sargento-mor Bento José de Oliveira? (texto 48)
3. Por que o sargento-mor Bento José de Oliveira preocupava as altas autoridades da Capitania de Sergipe? (texto 48)
4. Quais as condições favoráveis e desfavoráveis apresentadas por Southey em relação à Capitania de Sergipe no final do século XVIII? (texto 49)
5. Qual a imagem que o Frei Santa Rita Durão tem de Sergipe? (texto 50)
6. Compare a descrição de Santa Rita Durão (texto 50) com o texto anterior a esse (49).
7. Como o vigário Marcos Antônio de Souza vê a sociedade sergipana e a escravidão em Sergipe no começo do século XIX? (texto 51)
8. Como o ouvidor entende que são os indígenas aldeados de Sergipe no começo do século XIX (texto 52)?
9. Com base nos textos deste capítulo, caracterize a Capitania de Sergipe durante o período de subalternidade administrativa em relação à Bahia.

47. O COMEÇO DA SUBALTERNIZAÇÃO DA CAPITANIA DE SERGIPE

O professor Acrísio Torres (1931-) nasceu no Ceará, mas viveu durante décadas em Sergipe. Deixou uma vasta e diversificada produção acadêmica e literária, destacando-se os livros didáticos sobre História de Sergipe.

A 1763, meados do século XVIII, dava-se a mudança da sede do governo colonial, da velha Baía de Todos os Santos para o Rio de Janeiro. Determinou-a a maior importância assumida pelas regiões do centro-oeste e defesa do sul da colônia luso-americana. Não só pelo descobrimento, no centro-oeste, de ricas minas de ouro e diamantes, que constituíram um dos ciclos, o terceiro, da história econômica do Brasil. Mas, principalmente, pela necessidade de atender mais de perto às questões de fronteiras com os domínios espanhóis, na parte meridional.

Por isso mesmo, foram principalmente de ordem militar as preocupações dos primeiros vice-reis sediados no Rio de Janeiro. Explicável, facilmente, em vista das guerras seculares entre Portugal e Espanha, com repercussões ao sul, mormente, e centro-oeste da Colônia.

Ao mesmo tempo a coroa lusa juntava as quatro capitanias régias, isto é, Bahia, Sergipe d'El Rei, Ilhéus e Porto Seguro. Uma espécie de tetarquia, constituindo o início da fase que só terminaria, para Sergipe d'El Rei, em julho de 1820.

Essa união das quatro capitanias régias foi denominada Capitania Geral da Bahia, mas “unicamente quanto ao fórum”, uma vez que cada uma delas mantinha o seu território e o seu governo próprio. Assim, governaram, na capitania geral, o capitão general e, nas outras capitanias, os capitães-mores.

ARAÚJO, Acrísio Torres. **História de Sergipe**. 2.ed. Aracaju: J. Andrade,

48. OS ABUSOS DO SARGENTO-MOR BENTO JOSÉ DE OLIVEIRA

Esse documento manuscrito é uma correspondência do capitão-mor Mesquita Pimentel direcionada ao governador da Bahia. Ele relata os abusos do sargento-mor Bento José de Oliveira, um dos mais poderosos membros da elite administrativa e econômica de Sergipe da virada do século XVIII para o XIX. O documento original se encontra salvaguardado no Arquivo Histórico Ultramarino, entre os manuscritos avulsos de Sergipe.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,

Em 31 de maio, recebi a carta de ordens que Vossa Excelência foi servido mandar-me em 28 de abril, e me foi entregue por via do mesmo facinoroso Bento José de Oliveira a quem veio remetida e antes de eu saber a ordem, já aqui era pública que ele tivera aviso que vinha ordem para ser preso, quem lhe faz estes avisos, é pessoa que sabe o que os excelentíssimos senhores generais mandam fazer, pois esta comunicação é muito antiga e por isso é que tem chegado ao despotismo em que se acha.

Ele tem mais de vinte matadores a sua ordem, uns em casa e outros agregados. Tem mandado matar os que constam da minuta inclusa dos que se diz publicamente manda açoitar, manda dar palmatoriadadas, tem cárcere privado, e se paga uma pataca de carceragem. Dá mulheres e as tira de seus maridos, faz pagar a quem não deve e manda que não pague quem deve, tem mandado alçada dos seus agregados à Capitania de Pernambuco a fazerem mortes. Dão-se as sentenças que quer tanto no Ordinário, como na Ouvidoria, tiram-se as devassas que quer, e como quer, e ficam sopitadas nas que ele é cúmplice. Tem roubado a Misericórdia desta Vila e está consumindo o resto, ficando pelas terras dois anos provedor, sendo

cobrador. Finalmente, é impossível que se possa dizer o seu préstimo que é para tudo e faz aqui tudo quanto quer e é mais respeitado o seu nome que o do Príncipe Nosso Senhor que aqui pouco se conhece.

Da maior parte desses delitos têm culpa os ouvidores desta comarca, pois como é senhor dos bens desta comarca também os sabe repartir não sei se é esta causa se por medo que nada tem lugar o que quer Bento José. O atual ouvidor para sua casa estar meses e tem lhe dado toda a jurisdição e poder. Fê-lo provedor de ausentes para mais honestamente roubar a comarca. Dá-lhe comissões para tirar testemunhas nas causas de sua proteção, isto não é só no crime, mas para dar e tirar fazenda. Manda as suas ordens todos os seus oficiais de justiça na sua mesma presença fazer audiência todas as sextas feiras e é decisivo aquele tribunal.

A exemplo destes outros muitos vão seguindo os seus passos e o capitão-mor em nada é respeitado pelas poucas forças que tem e, principalmente, depois que viram que os excelentíssimos antecessores de Vossa Excelência não lhe deferiam a algumas queixas de meu antecessor e estão persuadidos de que o capitão-mor não tem poder nenhum e só o ouvidor é que tem jurisdição e este pisa o capitão-mor e lhe faz perder o respeito ao povo de forma que pensando que fazia boa harmonia com o presente sem a menor causa me tem desatendido, não só por si, mas por seus meirinhos, pois sendo um desses cortador de carne no açougue e mandando eu por arroba e maia para dar de comer a minha numerosa família a mim não mandou senão meia arroba de pescoço e costelas e mandando-o prender por não dar carne, como é obrigado por ordem dizem de Sua Majestade e costume sempre praticado, de se reservar uma banda de uma res para tirarem para o capitão-mor a sua porção se não me quis dar a prisão e foi para a casa de Bento José, onde estava o ouvidor e queixando-se eu deste insulto me respondeu a carta que remeto a presença de Vossa Excelência e mandou o meirinho passear e se alguém o prendesse que ele o soltaria,

e nunca mais fez caso de mim e se ele tem alguma coisa que a dê, pois eu a ignoro e pessoa de Vossa Excelência uma satisfação deste caso, porque não a havendo morrerrei de fome e a minha família, pois aqui não há muita coisa que se coma por ser sertão e falta de todo necessário e só há este gênero quando o há e porque aqui todos vivem de absorverem os gêneros de primeira necessidade para as suas vendas e os da governança são os primeiros não dão providência a nada.

Excelentíssimo Senhor, milhares de vezes me tenho arrependido de deixar o meu Regimento, onde era respeitado e onde não via perecer os meus filhos para me ver numa terra onde me pareceu que tinha melhor cômodo e fazia mais serviço a sua alteza. Acho tudo pelo contrário, só vejo insubordinações e facinorosos fiados nas proteções e é tão melindroso o ponto que se os excelentíssimos senhores generais querem dar alguma providência antes de vir a ordem, vem diante o aviso das suas disposições e por esta causa mandou entregar em via própria a Vossa Excelência para não ir a outra mão para cá não tornará ver logo ou rascunho do seu conteúdo, como tem sucedido. Clemente José do Nascimento ainda não me apareceu e me persuado não terias notícia de que veio a ordem de Vossa Excelência em ele aparecendo farei cumprir a retíssima ordem de Vossa Excelência ainda que não há muito para que se possa recorrer, pois é temido e se precisa toda a segurança no que porei todo cuidado.

Devo representar o deplorável estado em que se acham os dois regimentos milicianos desta comarca que só tem o nome e nada existe. Não há um só soldado matriculado nenhuma só arma, nenhum só corriam, e em todos os dois regimentos não tem uma dúzia de soldados fardados e não tem sujeição alguma e não aparecem dois soldados em ocasião do Real Serviço, os mesmo oficiais não chegam a ter dez patentes confirmadas e muitos estão sem elas dos excelentíssimos senhores generais, e para melhorar o estado deles, pedi aos coronéis um mapa do seu estado para

remeter a Vossa Excelência para lhe dar providência que for servido. Deus guarde a Vossa Excelência. Sergipe, 10 de junho de 1806 = De Vossa Excelência o mais humilde súdito, Manoel Ignácio de Moraes de Mesquita Pimentel, Capitão-mor.

Correspondência do capitão-mor de Sergipe ao governador e Capitão-general da Bahia em 10 de junho de 1806. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe - avulsos. Caixa 06, doc. 481.

49. SERGIPE NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Robert Southey (1774-1843) foi um escritor, poeta e historiador britânico que esteve no Brasil e produziu sua “História do Brasil” (1810-1819) em diversos volumes. Trazemos um pequeno trecho onde esse escritor registra informações sobre Sergipe no final do século XVIII.

Situada entre Pernambuco e Bahia, com vinte e seis léguas de costa e quarenta pouco mais ou menos de fundo, não possuía a subordinada província de Sergipe Del-Rei, vantagens naturais para o comércio, como as capitanias vizinhas, tendo por isso ficado muito atrás dela seus progressos, sem, contudo, conservar-se estacionária. [...]

Tinha a província sete vilas, fora a Cidade de Sergipe, ou de São Cristóvão. Depois de duas vezes mudada tinha esta cidade afinal sido bem situada sobre terreno elevado, à margem do Paramopana, a cinco léguas do mar, podendo ali chegar sumacas e carregar de algodão e açúcar. Era cidade considerável e populosa, com dois conventos de franciscanos e carmelitas uma misericórdia, duas capelas, uma de Nossa Senhora do Rosário, santa dos pretos, e a outra de Nossa Senhora do Amparo, santa dos mulatos, aulas régias de latim e primeiras letras, bela casa da câmara, comprida ponte e abundância de água. Mas a maior e mais ativa povoação

da capitania (superior à mesma capital em importância comercial) era a da Estância, a cinco léguas do mar, sobre o rio Piauí, que deságua no rio Real. Nenhum dos rios é navegável para embarcações maiores que sumacas, excessivamente perigosa a entrada de todos por causa dos baixios, penedos e tremenda ressaca.

Estes óbices postos ao comércio retardaram os progressos do povo, explicando até certo ponto a maior ferocidade dos seus costumes, comparados com os dos pernambucanos e baianos. Em fins do século dezoito teve um ouvidor desta capitania em menos de dois anos denúncia de mais de duzentos homicídios e depois disso só uma freguesia se cometeram doze durante uma semana! Fatos terríveis são estes, mas recordá-los é dever do historiador, pois indicam o estado do povo e da polícia. Onde quer que tais costumes existem, mais é dos magistrados a culpa do que do povo, que boas leis tinham os portugueses, bastando-lhes que as fizessem guardar os governantes. Fosse o primeiro destes assassinos punido de morte, ou com galés perpétuas, e talvez se tivessem salvado todas as outras vidas. De todas as gradações de cor eram os habitantes de Sergipe, não havendo entre eles nenhum tão longo como os mamelucos.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Trad. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. 3.ed. São Paulo: Obelisco, 1965. p. 301-302.

50. ELOGIO À CAPITANIA DE SERGIPE

“Caramuru” é a principal obra do frei José de Santa Rita Durão (1720-1784). É um poema épico que narra o descobrimento da Bahia e as capitanias próximas. O trecho selecionado está no canto VI, estrofe 76.

Sergipe então d’El-Rei, logo o terreno
de que viste a beleza e perspectiva;
Nem cuidado que outros visses mais ameno
Nem onde com mais gosto a gente viva:

Clima saudável, céu sempre sereno,
Mitigada na névoa a calma ativa;
Palmas, mangues, mil plantas na espessura,
Não há depois do céu mais formosura.

DURÃO, José de Santa Rita. **Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia. 2.ed.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 204.

51. SERGIPE EM 1808

O vigário Marcos Antônio de Souza (1771-1842) atuou na freguesia do Pé do Banco (atual Siriri). Em 1808 escreveu o manuscrito “Memória sobre a Capitania de Sergipe”, que seria impresso apenas na década de 1870. É a mais conhecida e importante memória sobre Sergipe do final do período colonial. Selecionamos alguns trechos sobre a sociedade sergipana sob a ótica desse cronista.

É povoada esta Capitania por homens de diversas denominações. Ali moram muitos europeus das províncias de Portugal. Também constitui uma parte dos colonos grande número de pretos de Guiné e maior número de Angola. Vivem ali poucos índios aldeados e dispersos. Primeiramente habitam ali mazombos ou nascidos de pais europeus. Segundo mamelucos, filhos de pais europeus e mães índias. Terceiro, mulatos, filhos de europeus e negras. Quarto, curibocas nascidos de pais índios e mães negras.

Quinto, crioulos, sendo ambos os pais negros [...]

Vivem contentes os povos de todos os distritos daquela capital, porque gozam dos mais fáceis cômodos da vida humana. Nos seus mangues se criam diversas espécies de mariscos; nos seus rios se nutrem saborosos pescados: robalos, carapebas, piaus, tainhas e gostosas curimãs.

Seus campos são próprios para a criação e propagação de gado vacum e cavalar. As terras são fertilíssimas; as margens dos rios são cobertas de húmus ou massapê em que se plantam os feijões, que servem de ordinário sustento a todos os habitantes deste território, de sorte que ali não há mesa em que se não apresente esta vianda. Um alqueire de semente produz algumas vezes oitenta e mais alqueires de feijão. Ali também se planta a mandioca, que produz muito bem. Muitas vezes mil covas rendem vinte e trinta alqueires de farinha.

A cultura mais considerável é a da cana, que plantam nas margens do Vaza-barris e fazem a manipulação do açúcar em dez engenhos situados nas campinas por onde dirige seu rápido curso o sobredito rio, que fertiliza os terrenos, que banha quando sai de seu leito. Mas, quando as enchentes alagam os canaviais e estes por mais de três dias ficam afogados debaixo das ensoberbecidas correntes, então apodrecem as terras e verdes canas. Depois desta enchente, que chamam de dilúvio, fica a terra mais fecunda, reanimam-se os agricultores pelo vantajoso lucro, que esperam da nova planta, a qual muito floresce e bem compensa o seu trabalho.

Também se aplicam a esta lavoura nas várzeas do Poxim e seus contornos, onde não experimentam a estagnação das águas, porque este rio ainda que transborde e alague as suas margens não demora a sua enchente. Todo o fabrico de açúcar chega a oitocentas caixas, que exportam para a Bahia e em seu troco recebem escravos para os engenhos e mercadorias de Portugal.

São muito ativos os moradores de Sergipe, que empreendem este

ramo de lavoura, porque com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos. Mas eu descubro e apresento a razão de proveito tão vantajoso. Ali são mais bem tratados estes homens desgraçados, sujeitos à lei do cativo; são nutridos com os saudáveis alimentos de vegetais com feijões e com milho que por toda a parte colhem com abundância. Os escravos do recôncavo da Bahia se nutrem com o escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande; suas pequenas casas são cobertas de palhas e mal os agasalham do rigor da estação, quando as senzalas em Sergipe são cobertas de telhas. Os escravos são vestidos com algodão manufaturado pelas escravas, quando os do recôncavo pela maior parte parecem mudos orangotangos. Ali se lhes permite a mais doce sociedade; podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outra, quando os proprietários da vizinha Bahia embaraçam a liberdade do matrimônio, obstam a este contrato santo, esse grande sacramento, como escreve o Apóstolo.

Muito sofre a natureza humana quando é embaraçada por alguns óbices a reproduzir-se: esta é uma das causas porque morrem tantos escravos e se não vê multiplicar no Brasil a raça africana, quando em todos os anos sobem da África quase cinquenta mil.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a Capitania de Sergipe (1808)**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005. p. 17-18, 25-27.

52. OS ÍNDIOS ALDEADOS EM SERGIPE (1803)

Ofício do ouvidor da comarca de Sergipe José Antônio Alvarenga Barros Freire (1737-1805) para o governador da Bahia em 13 de outubro de 1803. Esse documento tem o título: “Estado atual da civilização dos índios da comarca de Sergipe d’El Rei”.

Vila de Tomar a Nova [Geru]

Compõe-se de mais de cem casais. Tem escrivão, diretor e professor das primeiras letras e por vigário um clérigo secular e um capitão-mor índio. A governança da câmara tem alternativa com portugueses.

Missão da Pacatuba

No termo da Vila Nova Real d'El Rei. É dirigida por um missionário capuchinho. Tem capitão-mor da mesma nação. Compõe-se de mais de trezentos casais.

Missão da Japarutuba

No termo da vila de Santo Amaro. É dirigida por um religioso carmelita calçado. Compõe-se de mais de setenta casais e tem diretor português.

Missão de São Pedro (Porto da Folha)

No termo da Vila Nova de Propriá. É dirigida por um missionário capuchinho. Tem capitão-mor índio e consta de mais de cinquenta casais.

Todos estes índios se acham civilizados com a religião e com a polícia do estado. Ocupam em cultivar as suas terras e alguns em ofícios mecânicos. Sabem ler e escrever a maior parte. Vivem pacíficos e obedientes às leis e interessam a toda sociedade.

Estado atual da civilização dos índios da comarca de Sergipe d'El Rei em 1803. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. BAHIA – Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 132, doc. 26.329.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Carta do governador-geral do Brasil Luís de Souza ao Rei de Portugal D. Felipe II em 15 de setembro de 1619. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe -avulsos. Cx. 01, doc. 01.

Carta do padre Inácio de Toloza ao padre geral da Companhia de Jesus em 07 de setembro de 1575. Biblioteca Nacional (Lisboa). Códice 4.532, f. 161-167.

Correspondência do capitão-mor de Sergipe ao governador e Capitão-geral da Bahia em 10 de junho de 1806. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe - avulsos. Caixa 06, doc. 481.

Correspondência do governador-geral do Brasil ao ouvidor de Sergipe em 20 de outubro de 1697. Livro de correspondências dos governadores gerais (1687-1704). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial, Maço 146, fol. 196v.

Estado atual da civilização dos índios da comarca de Sergipe d'El Rei em 1803. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. BAHIA – Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 132, doc. 26.329.

Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633). Biblioteca do Itamaraty. Seção de Manuscritos. f. 190-190v.

MORENO, Diogo de Campos. **Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612 [Manuscrito]**. Biblioteca Municipal do Porto (Portugal). Arquivo -

Setor de Manuscrito, Ms. 126. f. 69-70.

Provisão régia de 8 de abril de 1734 do rei D. João V ao vice-rei do Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe – avulsos. Cx. 03, doc. 285.

Requerimento dos índios da Missão de Pacatuba ao capitão-mor de Sergipe em 30 de julho de 1718. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Sergipe – avulsos. Cx 01, doc. 106.

TELES, Oliveira. **Christophaneida (1892) - Introdução à História de Sergipe (manuscrito)**. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Arquivo Teodoro Sampaio, Cx. 04, Doc. 07.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, Pe. José de. Informações dos primeiros aldeamentos da Bahia. *In: Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 349-394, 1933.

ANTÔNIO, Edna M. Matos. Correspondências e cultura política na América Portuguesa: cartas e uma rebelião colonial. *In: Revista Brasileira de História da Mídia*. v. 5, n.1, p. 11-19, jan./jun. 2016.

ARAÚJO, Acrísio Torres. **História de Sergipe**. 2.ed. Aracaju: J. Andrade, 1967.

ARAÚJO, Emanuel. **A colonização de Sergipe d'El Rei**. Aracaju: J. Andrade, 1999.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

BELCHIOR, Elyσιο de Oliveira. **Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965. p. 77-81.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 03

ago. 2021.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História.** Brasília: MEC /SEF, 1998.

CALADO, Frei Manuel. **O Valeroso Lucideno e Trinfo da Liberdade.** V.1. 4.ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral de toda esta capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759** [edição fac-similar]. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

CAMPOS, José de O.; VIANNA, Francisco V. **Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia.** Bahia: Typ. e Enc. do Diário da Bahia, 1891.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *In: Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.3 n.2, p. 544-552, 1995.

CARVALHO, Fernando Lins. **A Pré-História Sergipana.** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** 6.ed. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DUSSEN, Adriaen Van Der. **Relatório sobre capitanias conquistadas Brasil pelos holandeses (1639)**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

FONTES, Ilma. **A fúria da raça**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

FRANCA, Pe. Gonçalo Soares da. Dissertação da História Eclesiástica do Brasil. *In*: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicistas Brasileiro, 1640-1820-22**. v. 1. Tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. p. 223-313.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secult/FUNDEPAH, 1995.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2007.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: correspondências com os Estados Gerais**. 2.ed. Recife: Ed. UFPE, 2006.

JABOATAM, Frei Antonio de S. M.. **Novo Orbe Serafico Brazilico:**

chronica dos frades menores da Provincia do Brazil. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Braziliense, 1859.

LAET, Johannes de. **Novus Orbis seu descriptionis Indiae Occidentalis libri XVIII**. Leiden: Lugdunum Batavorum apud Elzevirios, 1633.

LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães-mores de Sergipe (1590 a 1820)**. Aracaju: SEGRASE, 1985.

MORAN, José. **Metodologias ativas de bolso: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda**. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão ao Estado do Brasil - 1612**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 161-166.

MOTT, Luiz. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de. **Livro das grandezas de Lisboa**. Lisboa: Tipografia de Jorge Rodrigues, 1620.

PITA, Rocha. **História da América Portuguesa**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson, 1970.

RAU, Virgínia; SILVA, Maria F. G. **Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil**. v. 1 (séculos XVI e XVII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial - Brasil c. 1530 - c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

SACCHINO, Francesco. *Historiae Societatis Jesu*. In: LEAL, Antonio Henrique. **Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil**. Tomo II. Lisboa: Castro Irmão, 1874. p. 133-162.

SALOMÃO, Lilian da Fonseca. A lenta penetração portuguesa no Brasil. O caso de Sergipe d'El Rey, território marginal. In: **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão-SE, v.2, n.3, p. 105-115, 1996.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (Eds.). **Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática/Ministério das Relações Exteriores, 2001. p. 240-241.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil – 1500-1627**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SERGIPE. **Currículo de Sergipe**: ensino médio. Aracaju: SEDUC, 2021. p. 512-541.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SMITH, Andrea. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. Trad. Bruna Zoch. In: **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Hedra, 2010. p. 58-64.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Trad. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. 3.ed. São Paulo: Obelisco, 1965.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a Capitania de Sergipe (1808)**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo (Ed.). Relação das Capitânicas do Brasil (anônimo - século XVII). *In: **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro***. Rio de Janeiro, tomo 62, parte 1, p. 5-34, 1900.

VIEIRA, Pe. Antônio. Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses. *In: **Escritos Históricas e Políticos***. São Paulo: Martins Fontes, p. 323-325, 2002.

